

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO - FECAP

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GILBERTO CAETANO

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE CONTROLE INTERNO E
GESTÃO DE RISCOS: ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DOS ARTIGOS
APRESENTADOS NO CONGRESSO USP E NO ENANPAD
ENTRE 2001 E 2008**

São Paulo

2010

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO - FECAP

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GILBERTO CAETANO

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE CONTROLE INTERNO E
GESTÃO DE RISCOS: ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DOS ARTIGOS
APRESENTADOS NO CONGRESSO USP E NO
ENANPAD ENTRE 2001 E 2008**

Dissertação apresentada à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Ivam Ricardo Peleias

São Paulo

2010

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO - FECAP

Reitor: Prof. Dr. Sergio de Gouvea Franco

Pró-reitor de Graduação: Prof. Edison Simoni da Silva

Pró-reitor de Pós-graduação: Prof. Dr. Sergio de Gouvea Franco

Coordenador do Mestrado em Ciências Contábeis: Prof. Dr. Claudio Parisi

FICHA CATALOGRÁFICA

Caetano, Gilberto

C128p

Produção científica sobre controle interno e gestão de riscos: estudo bibliométrico dos artigos apresentados no Congresso USP e no ENANPAD entre 2001 e 2008 / Gilberto Caetano. - - São Paulo, 2010.

148 f.

Orientador: Prof. Dr. Ivam Ricardo Peleias.

Dissertação (mestrado) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP - Mestrado em Ciências Contábeis.

1. Auditoria interna 2. Administração de risco 3. Bibliometria.

CDD 657.45

FOLHA DE APROVAÇÃO

GILBERTO CAETANO

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE
RISCOS: ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DOS ARTIGOS APRESENTADOS
NO CONGRESSO USP E NO ENANPAD ENTRE 2001 E 2008**

Dissertação apresentada à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Francisco Carlos Fernandes
Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB

Prof. Dr. Cláudio Parisi
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP

Prof. Dr. Ivam Ricardo Peleias
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP
Professor Orientador - Presidente da Banca Examinadora

São Paulo, 31 de março de 2010

AGRADECIMENTOS

A minha eterna gratidão ao Professor Doutor Ivam Ricardo Peleias pela orientação amigável, profissional, competente e sobretudo dedicada durante a elaboração desta dissertação, fatores sem os quais não teria sido possível chegar até aqui.

Um agradecimento especial ao Professor Doutor Anísio Cândido Pereira, da FECAP, pela amizade, confiança e incentivo.

Agradeço na pessoa do Professor Doutor Cláudio Parisi, coordenador do Mestrado em Ciências Contábeis da FECAP, a todos os professores do Programa pela dedicação e pelos importantes conhecimentos transmitidos.

Aos professores da Banca Examinadora pelas importantes, sinceras e precisas contribuições dadas por ocasião do Exame de Qualificação.

Meus sinceros agradecimentos ao Professor Mestre Ricardo Maroni Neto, ex-colega do Mestrado da FECAP, pelo incentivo e costumeira troca de ideias.

Ao Professor Doutor Waldomiro Piedade Filho, da PUC-SP, pela nossa longa e duradoura amizade e pelo estímulo a este projeto.

Um agradecimento especial à minha esposa, Maria Magaly, companheira de todas as horas, pelo apoio e compreensão, principalmente nos vários momentos em que não pôde contar com a minha presença em virtude do meu envolvimento com este trabalho.

Por fim, agradeço aos meus filhos, Francine e Thiago e respectivos cônjuges, pela continuidade da obra e a meus netos, Gustavo e Henrique, para os quais reservo um lugar especial em meu coração.

RESUMO

Esta dissertação trata do estudo bibliométrico dos artigos científicos que abordam a temática Controle Interno e Gestão de Riscos apresentados e publicados no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e no EnANPAD entre 2001 e 2008. Tal tema foi escolhido em função da importância e da atualidade que assume em uma sociedade globalizada e complexa como a atual, de forma que pesquisar sobre a evolução e os conceitos teóricos relacionados a esses assuntos tornou-se imprescindível nos dias de hoje. O método de pesquisa empregado foi o descritivo, do tipo levantamento, com enfoque quantitativo e com características bibliográfica e documental. Do total de 6.960 artigos apresentados nos eventos supracitados, selecionaram-se 149 (2,1%), sendo 90 do EnANPAD e 59 do Congresso USP. Esse foi o volume de artigos utilizados na pesquisa. O presente estudo demonstrou, por meio da aplicação da Lei de Lotka, que ainda não existe uma elite de autores que escrevem sobre Controle Interno e Gestão de Riscos no Congresso USP e no EnANPAD. Revelou ainda que, no somatório de ambos os eventos, a quantidade de artigos assinada por até dois autores no período chegou a 49% do total (44,1% no Congresso USP e 52,3% no EnANPAD); 78,6% dos autores são do sexo masculino; 68,1% deles são professores universitários; e que somente 23,5% dos artigos foram publicados posteriormente em periódicos especializados.

Palavras-chave: Auditoria interna. Administração de riscos. Bibliometria.

ABSTRACT

This dissertation is a bibliometric study of scientific articles on Internal Control and Risk Management presented and published at the USP Congress on Financial Control and Accounting and at EnANPAD between 2001 and 2008. The subject was chosen because of the importance and current relevance that Internal Control and Risk Management have taken on in the global and complex society of today. Researching the evolution and theoretical concepts related to these issues has become essential nowadays. The research method employed was the descriptive one, of the survey type, with a quantitative focus and bibliographical and documental characteristics. Of the 6,960 articles presented and published by the USP Congress and EnANPAD in the period 149 (2.1% of the total 6,960) were selected, 90 from EnANPAD and 59 from the USP Congress. This was the volume of articles used in the research. The application of Lotka's Law showed in this study that there is not yet an elite group of authors that have written on Internal Control and Risk Management at the USP Congress and at EnANPAD. The study also revealed that: in the two events taken together the quantity of articles signed by up to two authors in the period reached 49% of the total (44.1% in the USP Congress and 52.3% at EnANPAD); 78.6% are male; 68.1% of them are University lecturers; and that only 23.5% of the articles on Internal Control and Risk Management at the USP Congress and EnANPAD were published afterwards in specialist periodicals.

Key-words: Internal auditing. Risk management. Bibliometrics.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Gestão de Riscos de empresas não-financeiras com ações listadas na BOVESPA - 31 de dezembro de 2008.....	16
QUADRO 2 - Os dez princípios da Gestão de Riscos.....	42
QUADRO 3 - Resumo das principais leis e princípios bibliométricos.....	53
QUADRO 4 - Exemplos de trabalhos bibliométricos de outras áreas de conhecimento.....	64
QUADRO 5 - Relação dos artigos do Congresso USP publicados em periódicos.....	104
QUADRO 6 - Relação dos artigos do EnANPAD publicados em periódicos.....	106

LISTA DE TABELAS

TABELA 1-Resumo quantitativo dos trabalhos apresentados nos EnANPAD – Período 2001 a 2008.....	70
TABELA 2-Resumo em porcentagem dos trabalhos apresentados nos EnANPAD - Período 2001 a 2008	71
TABELA 3-Resumo quantitativo dos trabalhos apresentados nos Congressos USP de Controladoria e Contabilidade - Período 2001 a 2008	73
TABELA 4-Resumo em porcentagem dos trabalhos apresentados nos Congressos USP de Controladoria e Contabilidade - Período 2001 a 2008	74
TABELA 5-Resumo quantitativo dos trabalhos apresentados nos Congressos USP de Controladoria e Contabilidade – Iniciação Científica (*) - Período 2001 a 2008	75
TABELA 6-Resumo em porcentagem dos trabalhos apresentados nos Congressos USP de Controladoria e Contabilidade – Iniciação Científica (*) - Período 2001 a 2008	Erro! Indicador não definido.
TABELA 7-Resumo quantitativo dos trabalhos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos selecionados dos Congressos USP de Controladoria e Contabilidade (inclusive Iniciação Científica) e dos EnANPAD - Período 2001 a 2008 (*)	77
TABELA 8-Quantidade de artigos selecionados (Controle Interno e Gestão de Riscos) e número de autores do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade (inclusive Iniciação Científica) - Período 2001 a 2008.....	80
TABELA 9-Quantidade de artigos selecionados (Controle Interno e Gestão de Riscos) e número de autores do EnANPAD - Período 2001 a 2008	80
TABELA 10-Quantidade de artigos selecionados (Controle Interno e Gestão de Riscos) e número de autores - Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e EnANPAD - Período 2001 a 2008.....	81
TABELA 11-Formação (*) na graduação dos autores dos artigos selecionados - Congresso USP e EnANPAD - Período 2001 a 2008.....	82
TABELA 12-Titulação (*) nível de mestrado dos autores dos artigos selecionados - Congresso USP e EnANPAD - Período: 2001 a 2008	83
TABELA 13-Titulação (*) nível de doutorado dos autores dos artigos selecionados – Congresso USP e EnANPAD - Período 2001 a 2008	84
TABELA 14-Resumo por titulação – artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD - Período 2001 a 2008.....	85
TABELA 15-Situação do Curriculum Lattes dos autores dos artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD – Período 2001 a 2008.....	87
TABELA 16-Distribuição por gênero dos autores dos artigos selecionados Congresso USP e EnANPAD – Período 2001 a 2008	88
TABELA 17-Atividades profissionais dos autores dos artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD – Período 2001 a 2008.....	89
TABELA 18 -Época da obtenção (*) da graduação, mestrado e doutorado pelos autores dos artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD - Período 2001 a 2008	91
TABELA 19- Posição das universidades representadas segundo o número de autores (*) dos artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD - Período 2001 a 2008.....	92

TABELA 20-Autores dos artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD com participação total em ambos os eventos em dois ou mais artigos - Período 2001 a 2008.....	94
TABELA 21-Quantidade de participações dos autores nos artigos selecionados Congresso USP e EnANPAD - Período 2001 a 2008.....	96
TABELA 22 -Assuntos tratados nos artigos selecionados sobre a categoria Controle Interno (CI) no Congresso USP - Período 2001 a 2008.....	99
TABELA 23 -Assuntos tratados nos artigos selecionados sobre a categoria Controle Interno (CI) no EnANPAD - Período 2001 a 2008.....	100
TABELA 24 -Assuntos tratados nos artigos selecionados sobre a categoria Gestão de Riscos (GR) no Congresso USP - Período 2001 a 2008.....	101
TABELA 25 -Assuntos tratados nos artigos selecionados sobre a categoria Gestão de Riscos (GR) no EnANPAD - Período 2001 a 2008.....	101
TABELA 26 -Destino dos artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD - Período 2001 a 2008.....	103
TABELA 27-Artigos selecionados do Congresso USP com resumo, palavras-chave, <i>abstract</i> , <i>key-words</i> , ferramentas gráficas, média de palavras por resumo e média de páginas por artigo – Período 2001 a 2008.....	108
TABELA 28-Artigos selecionados do EnANPAD com resumo, palavras-chave, <i>abstract</i> , <i>key-words</i> , ferramentas gráficas, média de palavras por resumo e média de páginas por artigo – Período 2001 a 2008.....	110
TABELA 29-Artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD com resumo, palavras-chave, <i>abstract</i> , <i>key-words</i> , ferramentas gráficas, média de palavras por resumo e média de páginas por artigo – Período 2001 a 2008.....	111
TABELA 30-Estrutura dos resumos dos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do Congresso USP - Período 2001 a 2008.....	113
TABELA 31-Estrutura dos resumos dos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do EnANPAD - Período 2001 a 2008.....	114
TABELA 32-Estrutura dos resumos dos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do Congresso USP e EnANPAD - Período 2001 a 2008.....	115
TABELA 33-Estrutura dos artigos selecionados do Congresso USP e sua adequação às Normas da ABNT conforme consta no Apêndice A - Período 2001 a 2008.....	116
TABELA 34 -Estrutura dos artigos selecionados do EnANPAD e sua adequação às Normas da ABNT conforme consta no Apêndice A - Período 2001 a 2008.....	116
TABELA 35 -Estrutura dos artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD e sua adequação às Normas da ABNT conforme consta no Apêndice A - Período 2001 a 2008.....	117
TABELA 36 -Quantidade e composição das fontes bibliográficas utilizadas nos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade - Período 2001 a 2008.....	119
TABELA 37 -Quantidade e composição das fontes bibliográficas utilizadas nos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do EnANPAD - Período 2001 a 2008.....	120
TABELA 38 -Quantidade e composição das fontes bibliográficas utilizadas nos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do Congresso USP e EnANPAD - Período 2001 a 2008.....	121

TABELA 39 -Uso de referências bibliográficas, bibliografia e fontes em línguas estrangeiras - Congresso USP e EnANPAD - Período 2001 a 2008.....	124
--	-----

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AICPA	American Institute of Certified Public Accountant
ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração
ANPCONT	Associação Nacional de Pós-Graduação em Contabilidade
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
CAPES	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBC	Congresso Brasileiro de Contabilidade
CBC	Congresso Brasileiro de Custos
CD-ROM	Compact Disc-Read Only Memory
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CI	Controle Interno
CICA	Canadian Institute of Chartered Accountants
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COSO	Committee of Sponsoring Organizations
CLATTES	Curriculum Lattes
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EnANPAD	Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração
FCPA	Foreign Corrupt Practices Act
FEA-USP	Faculdade de Economia e Administração da USP
FECAP	Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado
FERMA	Federation of European Risk Management Associations
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
GR	Gestão de Riscos
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBCIT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituição de Ensino Superior
NBR	Norma Brasileira
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SEC	Securities and Exchange Commission
SOX	Lei Sarbanes-Oxley
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo
VAR	Value At Risk

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Contexto e questão de pesquisa	13
1.2 Justificativas e objetivos da pesquisa	18
1.2.1 <i>Objetivos da pesquisa</i>	20
1.2.1.1 Objetivo geral	21
1.2.1.2 Objetivos específicos	21
2 REVISÃO DA LITERATURA	22
2.1 Contextualização	22
2.1.1 <i>Uma visão conceitual de controle</i>	22
2.2 Conceito, evolução e classificação dos controles internos	25
2.3 Risco	32
2.3.1 <i>Conceito, evolução e tipos</i>	32
2.3.2 <i>Gestão de Riscos</i>	39
2.4 A pesquisa científica: a relevância da bibliometria	45
2.4.1 <i>Bibliometria: evolução histórica, conceitos e objetivos</i>	46
2.4.1.1 Leis básicas da bibliometria	49
2.4.2 <i>Pesquisas bibliométricas sobre a produção científica em Ciências Contábeis no Brasil e no exterior</i>	54
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	65
3.1 A questão da pesquisa	65
3.2 Tipificação da pesquisa	65
3.3 Universo da pesquisa	66
3.4 Critérios de seleção da amostra	66
3.5 Levantamento dos dados	67
3.6 Limitações e desafios da pesquisa	68
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	69
4.1 Volume de artigos	69
4.2 Artigos selecionados	77
4.3 Perfil dos autores	79
4.3.1 <i>Parcerias entre autores</i>	79
4.3.2 <i>Formação dos autores</i>	81
4.3.3 <i>Perfil dos autores quanto ao gênero</i>	87
4.3.4 <i>Produtividade dos autores</i>	92
4.3.4.1 <i>Produtividade dos autores com base na Lei de Lotka</i>	95
4.3.5 <i>Assuntos tratados nos Congressos USP e EnANPAD classificados por categorias e subcategorias</i>	98
4.3.6 <i>Destinação dos artigos selecionados</i>	102
4.3.7 <i>Estrutura dos artigos selecionados</i>	107
4.3.8 <i>Análise da estrutura dos artigos</i>	116
4.3.9 <i>Características das fontes bibliográficas</i>	118
4.4 <i>Principais conclusões</i>	125
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	133
APÊNDICE A - ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO	142
APÊNDICE B - MODELO DE LEVANTAMENTO: CURRÍCULUM LATTES	144

APÊNDICE C - LISTA DOS ARTIGOS UTILIZADOS NA PESQUISA: CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS - CONGRESSO USP.....	145
APÊNDICE D - LISTA DOS ARTIGOS UTILIZADOS NA PESQUISA: CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS – ENANPAD	147

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contexto e questão de pesquisa

Tem-se vivido uma realidade econômica de grande volatilidade e complexidade, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Alguns fatos contribuíram expressivamente e vêm afetando a realidade (MELLO, 2007; KRUGMAN, 2009; HITT, 2002). São eles:

- a) o rompimento dos Estados Unidos com o padrão-ouro em 1971 (base do acordo de Bretton Woods em 1944);
- b) as duas grandes crises do petróleo, em 1973 e 1978;
- c) a crise da dívida externa seguida da declaração de moratória pelo México em 1982, as crises de mesma natureza no Brasil em 1987, 1990 e 1999, esta também de natureza cambial, e a crise da Argentina em 2001;
- d) mais crises econômicas, especialmente no México entre 1994 e 1995, no Sudeste Asiático entre 1997 e 1999 e na Rússia em 1998;
- e) problemas na economia norte-americana, particularmente o estouro das empresas *pontocom* em 2000, a destruição do *World Trade Center* por atos terroristas em 11 de setembro de 2001, a ocorrência de significativas fraudes empresariais, a promulgação da Lei Sarbanes-Oxley em 2002 e a crise dos financiamentos imobiliários (*subprime*) no início de 2007, agravada no final de 2008, em decorrência de uma grande mudança na legislação daquele país com o objetivo de regular seu sistema financeiro com mais rigor (deixando, por exemplo, de socorrer o banco de investimentos Lehman Brothers, fundado em 1850);
- f) fatos políticos com implicações econômicas, financeiras e sociais mundiais, tais como a queda do muro de Berlim em 1989 e a extinção da União Soviética em 1990, também provocaram relevantes alterações geopolíticas globais. Foi o fim da Guerra Fria;
- g) mudanças significativas na natureza da concorrência, exigindo maior competitividade por parte das organizações, que devem adotar uma nova mentalidade de natureza

globalizada, com vistas a competir em ambientes altamente caóticos e turbulentos, geradores de desordem e grande incerteza;

- h) inovações tecnológicas importantes, como o surgimento dos grandes bancos de dados, dos microcomputadores, dos telefones celulares, da inteligência artificial, da realidade virtual e da internet, provocaram significativas mudanças no campo das telecomunicações e, por extensão, no modo de fazer negócios. O comércio eletrônico foi um desses resultados importantes.

Esse novo contexto impôs novas restrições no âmbito da competitividade empresarial e das instituições em geral. Para enfrentar tais desafios, muitas organizações empresariais passaram a investir em programas de redução de custos e de aumento de produtividade no sentido de manter ou elevar seus retornos econômico-financeiros. Técnicas como o *downsizing*, *benchmark* e reengenharia, entre outras, foram muito utilizadas com essa finalidade.

Para ficarem mais ágeis e flexíveis e poderem enfrentar os riscos decorrentes desse novo ambiente de negócios, as organizações passaram a implementar mudanças em suas estruturas administrativo-organizacionais e em seus processos operacionais e a promover maior adequação de seus controles internos. Se por um lado essas medidas buscam maximizar o resultado econômico das organizações e agregar valor aos seus *stakeholders*, por outro tal implementação pode ampliar a exposição destas organizações a riscos diversos, tais como financeiros e operacionais, entre outros.

Em função do exposto, identifica-se a relevância de abordar no presente trabalho importantes questões acerca das expressões Controle Interno e Gestão de Riscos nas organizações.

A presença cotidiana na mídia dos termos risco, controle e suas nuances, somada à ocorrência de fatos como os previamente descritos, provocam maior interesse e reflexão sobre o assunto, ainda que a sua fundamentação teórica seja desconhecida por muitos.

A mídia especializada tem registrado a manifestação de empresas de ramos de atividades e portes variados interessadas em implementar sistemas mais eficientes de controle interno e de gestão de riscos, seja em função de algum tipo de regulamentação externa ou mesmo de forma voluntária. Muitas encontram o apoio de entidades como o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), criado em 1995, que atende a grupos distintos

de associados: empresas de capital aberto, de capital fechado, entidades do terceiro setor e até mesmo pessoas físicas.

Esse cenário indica a existência de um amplo espaço para a discussão e implementação de sistemas de controle interno e gestão de riscos nas organizações.

Reportagem publicada no Jornal Gazeta Mercantil — Seção Vida Executiva de 10 de maio de 2009 — relatou o resultado de uma pesquisa feita pela IBM com 1.130 executivos financeiros de mais de 40 países acerca do uso formal de gestão de riscos. Essa pesquisa indicou que apenas metade das empresas representadas pelos entrevistados usava algum mecanismo formal para gestão de riscos. O restante considerou o assunto importante, mas informou não ter implementado ou usado de maneira formal qualquer mecanismo dessa natureza. Cabe salientar que 65% das empresas pesquisadas declararam-se favoráveis à utilização desse recurso em 2003, 68% em 2005 e 84% em 2007.

No Brasil, em vista da crise financeira originada nos Estados Unidos por conta de empréstimos mal conduzidos a compradores de casa própria, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou, em 17 de dezembro de 2008, a Instrução CVM nº 475. Tal normativo induz as companhias de capital aberto a divulgarem em seus balanços patrimoniais, em notas explicativas específicas, informações detalhadas sobre seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não, como ativos ou passivos.

Em decorrência dessa norma, algumas organizações estão estruturando-se internamente e publicando suas políticas de controle interno e gestão de riscos. Ilustra esse fato uma amostra de 22 empresas de capital aberto com ações listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. (BM&FBOVESPA - sigla resultante da fusão entre a BM&F e a BOVESPA em 2008), de um total de 122 não-pertencentes ao setor financeiro, que evidenciaram práticas sobre controles internos e gestão de riscos dentro do espírito da Instrução CVM nº 475/2008. Essas informações foram obtidas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008 e são expostas no quadro seguinte.

Empresa	Setor	Receita Líquida R\$ Bilhões	Riscos	
			Categoria	Tipificação
Gol Linhas Aéreas	Transporte Aéreo	6,4	Financeiros	Câmbio, crédito, taxa de juros e preços dos combustíveis
			Operacionais	Processos internos
Abril S/A	Editora/Gráfica	2,9	Financeiros	Câmbio, crédito, taxa de juros e títulos e valores mobiliários
			Operacionais	contingências
J. Macedo	Alimentício	1,3	Financeiros	Câmbio e preços de insumos
			Operacionais	Produtos acabados
Portobello S/A	Ind. Cerâmica	0,41	Financeiros	Crédito, liquidez, juros e câmbio
Lojas Americanas	Varejo Multicanal	6,9	Financeiros	Juros, câmbio e crédito
Ambev	Bebidas	20,9	Financeiros	Estrutura de capital, liquidez, transações e crédito
Cia. Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar)	Varejo	14,9	Financeiros	Crédito, taxa de juros e câmbio
Klabin S/A.	Papel e Celulose	3,1	Financeiros	Mercado, crédito, juros e câmbio
Profarma	Distribuição de Medicamentos	2,5	Financeiros	Crédito, juros e câmbio
Hypermarcas	Adm. de Marcas	1,3	Financeiros	Crédito, liquidez, mercado, juros e câmbio
Vale S/A.	Mineração	70,5	Financeiros	Juros, câmbio, preços e crédito
			Operacionais	Processos internos
Petrobrás	Energia	215,1	Financeiros	Juros, câmbio, preços e impostos
			Operacionais	Processos internos e legislação
Embraer	Ind. da Aviação	11,7	Financeiros	Crédito, liquidez, juros e câmbio
Nec do Brasil	Telecomunicações	0,47	Financeiros	Crédito, preços e câmbio
Arthur Lundgren Tecidos S/A	Ind. Textil	3,1	Financeiros	Crédito, juros e câmbio
Anhanguera Educacional	Ensino	0,65	Financeiros	Crédito, juros, câmbio e preços
Bunge Fertilizantes S/A	Ind. Química	8,0	Financeiros	Crédito e câmbio
Magnesita S/A.	Refratários	1,5	Financeiros	Crédito, câmbio e juros
Lupatech	Telecomunicações	0,7	Financeiros	Mercado, crédito e liquidez
Eucatex	Chapas de Madeira	0,5	Financeiros	Crédito, liquidez, juros e câmbio
Tam S/A.	Transporte Aéreo	10,6	Financeiros	Câmbio, juros, crédito e preços do petróleo
Paranapanema (Holding)	Metalurgia	3,4	Financeiros	Câmbio, juros e preços das commodities

QUADRO 1 – Gestão de Riscos de empresas não-financeiras com ações listadas na BOVESPA - 31 de dezembro de 2008

Fonte: Do autor com dados retirados dos balanços publicados na imprensa em 31 de dezembro de 2008. A categorização foi realizada com base na literatura e a tipificação com base em julgamento do autor.

Essa realidade vem sendo identificada e estudada por pesquisadores no Brasil e no exterior. Livros, teses, dissertações, artigos científicos, seminários e congressos acadêmicos e profissionais da área vêm tratando de várias questões relacionadas a Controle Interno e Gestão de Riscos. Na modalidade de congressos e encontros nos quais habitualmente esses temas podem ser tratados, identificam-se alguns eventos:

- a) Congresso USP (Universidade de São Paulo) de Controladoria e Contabilidade: é um evento nacional que existe desde 2001, sendo organizado e coordenado pelo Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI). Possui classificação nacional A pelo sistema Qualis da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);
- b) Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD): é um evento internacional que existe há mais de 30 anos (1976), sendo organizado e coordenado pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (ANPAD). Classificado como internacional A pelo sistema Qualis da CAPES. Sua missão é promover o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da criação do conhecimento no campo das ciências administrativas e contábeis em nível de pós-graduação;
- c) Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Contabilidade (ANPCONT): pouco tempo de existência (criado em 2007) e portanto com uma pequena série histórica. Possui classificação nacional A pelo sistema Qualis da CAPES;
- d) Congresso Brasileiro de Custos (CBC): existe desde 1994 e tem o foco na gestão estratégica de custos. Está classificado como nacional A pelo sistema Qualis da CAPES;
- e) Seminários sobre Empreendedorismo e Inovação (SEMEAD): existe desde 1996 e é organizado e coordenado pelo Departamento de Administração da FEA-USP. Tem a classificação nacional B pelo sistema Qualis da CAPES;
- f) Congresso Brasileiro de Contabilidade: promovido e organizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) desde 1924. Não possui classificação pela Qualis da CAPES e ocorre a cada quatro anos (última edição em agosto de 2008).

Destes, destacam-se o EnANPAD, o Congresso USP e o Congresso da ANPCONT. Estes três eventos vêm recebendo ao longo do tempo os trabalhos produzidos por pesquisadores contábeis brasileiros e estrangeiros. O EnANPAD possui espaço reservado para a Contabilidade, seja em conjunto com outras áreas ou de forma específica, desde o início de sua existência. O Congresso USP ocorre desde 2001 e o Congresso ANPCONT teve sua primeira realização em 2007. Não se observou nos demais eventos volume expressivo de trabalhos que tratassem de Controle Interno e Gestão de Riscos ao longo do período de tempo analisado. Esta é a razão pela qual são identificadas e analisadas nesta pesquisa as características bibliométricas dos trabalhos que abordam essa temática apresentados em tais eventos.

Juntos, o Congresso USP e o EnANPAD receberam e aprovaram, no período de 2001 a 2008, 149 (depurados de um total de 154) artigos científicos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos. A presente pesquisa trata dessa quantidade de trabalhos, visando a identificar e analisar as características bibliométricas adotadas e praticadas nos dois temas já citados. Em virtude disso, formulou-se a seguinte questão de pesquisa:

Quais são as características bibliométricas da produção científica dos artigos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos apresentados no Congresso USP e no EnANPAD no período de 2001 a 2008?

1.2 Justificativas e objetivos da pesquisa

Controle Interno e Gestão de Riscos são temas atuais e relevantes à sociedade. Rocha (2007, p. 5) relata que, desde o final do século XX, a gestão de riscos corporativos aumentou seu papel nas atividades da área financeira em função das várias crises bancárias e de seus efeitos negativos acerca de outros agentes econômicos, o que, em muitas ocasiões, tem acarretado o risco conjuntural ou sistêmico. O referido autor afirma que uma maior exposição a esse tipo de risco provoca o *crash* no sistema financeiro, citando algumas das crises relacionadas no início deste trabalho.

Ainda, aponta o Acordo da Basileia de 1988 (Basileia I) como o início de respostas a problemas desse tipo. Ao prescrever o estabelecimento de capital mínimo para efeito de

determinação de alavancagem dos bancos, já estaria sendo mitigada, em princípio, a possibilidade de risco de liquidez do sistema como um todo.

Em seguida, Rocha (2007, p. 6) descreve que, para aprimorar o funcionamento do sistema bancário, instituiu-se em 2004 o Acordo de Basiléia II, ainda em implantação em muitos países, inclusive no Brasil. Esse acordo determina a adoção de três pilares para gestão de riscos: de crédito, operacional e de mercado.

Rocha (2007, p. 6) relata que as empresas não-financeiras também foram atingidas pela questão regulatória. Assim, passaram a observar mais rigidamente o controle dos riscos decorrentes das crises financeiras já mencionadas, potencializados em razão da interligação entre mercado financeiro, comércio e bolsas de valores.

Em 1995, a *Securities and Exchange Commission* (SEC) obrigou as empresas americanas de capital aberto a divulgarem trimestralmente indicadores de controle de risco. No Brasil, isso ocorreu a partir do Ofício-Circular CVM nº 01/2002 (CVM, 2002). Entretanto, a atuação da SEC não impediu a ocorrência de vários escândalos financeiros nos Estados Unidos da América (EUA) no início do século XXI.

Conforme Rocha (2007, p. 6), esses fatos levaram o senado americano a aprovar a Lei Sarbanes-Oxley (SOX), em 30 de julho de 2002. Tal lei é complexa e de aplicação ampla, contemplando penalidades rigorosas para desvios de conduta por parte dos gestores, negligência administrativa e ocorrência de fraudes corporativas. O autor complementa que o objetivo principal da SOX é “coibir práticas lesivas que possam expor as sociedades anônimas a grau indesejado de risco” (2007, p. 6).

A corroborar essa assertiva, Moeller (2007, p. xi) faz referência às mesmas falhas e escândalos empresariais ocorridos nos EUA. Ressalta a importância do impacto positivo trazido pela SOX ao exigir das organizações melhorias e aumento da eficiência na gestão de riscos, na implementação dos controles internos e na governança corporativa. Para tanto, o autor considera importante que as organizações adaptem a aplicação da SOX aos princípios de gestão de riscos propostos pelo *Committee of Sponsoring Organizations* (COSO) por meio de sua estrutura de gestão de riscos, conhecida como *Enterprise Risk Management* (ERM), publicada em 2004 nos EUA.

Borgerth (2007, p. XVI) destaca a SOX como uma das principais medidas regulatórias tomadas nos últimos tempos e que, embora introduzida nos EUA, espalhou-se pelos principais mercados do mundo com muita rapidez. Para a autora, a SOX tem como grande objetivo a

restauração do equilíbrio dos mercados por meios que garantam a responsabilidade dos gestores de cúpula das empresas, principalmente no tocante à confiabilidade das informações fornecidas.

Jorion (2003, p. 9) aponta que o gerenciamento de riscos ocorre como uma resposta ao aumento da já mencionada volatilidade nos mercados financeiros globais e que, graças às inovações tecnológicas, esse gerenciamento tornou-se possível. O autor (2003, p. 333) assinala que a tendência pelo maior uso do gerenciamento global dos riscos pelas empresas baseia-se em dois fatores: a exposição às novas fontes de risco e a maior volatilidade decorrente do lançamento de novos produtos.

Justifica-se assim a presente pesquisa: a busca por lucratividade em um ambiente competitivo e sujeito à regulamentação severa insta as organizações a desenvolverem e introjetarem em suas culturas modelos e instrumentos (artefatos) de controle interno e gestão de riscos que mitiguem sua exposição aos vários tipos de riscos. Esse cenário estimula a pesquisa, a qual tem como um de seus resultados a produção e apresentação de trabalhos em eventos científicos.

1.2.1 Objetivos da pesquisa

A realização da pesquisa científica requer o estabelecimento de objetivos, que são alvos ou metas a serem alcançados. A clara definição dos objetivos orienta a ação do pesquisador e cria as condições necessárias à obtenção de melhores resultados. Em certas circunstâncias, é preciso desdobrar os objetivos em categorias, por várias razões: extensão, complexidade, tamanho de amostras e relevância do tema. Uma maneira de estabelecer objetivos para que se tenha maior eficiência na realização do trabalho acadêmico é desdobrá-los em gerais e específicos (COOPER, SCHINDLER, 2003, p. 96).

Assim, foram estabelecidos o objetivo geral e um conjunto de objetivos específicos para esta pesquisa, apresentados a seguir.

1.2.1.1 Objetivo geral

- Analisar as características bibliométricas dos artigos científicos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos apresentados no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e no EnANPAD no período de 2001 a 2008.

1.2.1.2 Objetivos específicos

- Localizar, levantar e analisar o que vem sendo apresentado sobre Controle Interno e Gestão de Riscos no Congresso USP e no EnANPAD no período de 2001 a 2008;
- Levantar e descrever, dentro do intervalo de tempo definido, o que ocorreu com os artigos após sua apresentação nos eventos objeto da análise.

O emprego da pesquisa bibliométrica no presente trabalho justifica-se ainda mais em função do crescente interesse por parte de vários pesquisadores na produção e publicação de estudos bibliométricos sobre temas ligados à área contábil-financeira, entre outras.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Contextualização

O cenário competitivo previsto para o século XXI envolve uma mudança significativa no ambiente de negócios em geral. A globalização, o avanço tecnológico, as mudanças rápidas nos campos social e político apresentam-se como grandes desafios aos gestores.

Segundo Hitt (2002, p. 6), essas questões exigirão a adoção de uma nova mentalidade de gestão estratégica por parte das organizações que quiserem sobreviver nesse cenário de profunda e constante volatilidade. De acordo com o autor, elas precisarão aprender a concorrer nesse ambiente de turbulência e caos, gerador de desordem e incertezas.

Peleias (2003a, p. 1) confirma essa preocupação ao relatar que:

o novo ambiente de negócios é a realidade atual, na qual as organizações se inserem. Este cenário apresenta os mais variados desafios às empresas, que precisam garantir sua sobrevivência, continuidade e crescimento.

Tal fato implica desenvolver padrões de desempenho, para que as organizações possam competir em um ambiente de riscos elevados e diversificados. Assim sendo, é preciso adotar modelos de gestão de riscos, com o suporte de estruturas sólidas e modernas baseadas em eficientes sistemas de controles internos.

2.1.1 *Uma visão conceitual de controle*

No sentido etimológico, o termo controle remete à ideia de fiscalização exercida sobre atividades/ações para que essas ocorram dentro das normas ou padrões pré-existentes. Como todos os atos são humanos, o controle deve ser o conhecimento de como as pessoas conduzem as suas atividades e, a partir desse conhecimento, ser possível estabelecer, previamente, padrões de conduta adequados.

Conforme Koontz e O'Donnell (1976, p. 225), o controle consiste em verificar se tudo ocorre em conformidade com o plano adotado, as instruções emitidas e os princípios

estabelecidos. Objetiva apontar as falhas e os erros para retificá-los e evitar sua reincidência. Ademais, o controle tem grande aplicação: às coisas, às pessoas e aos atos.

No sentido geral, controles visam a resguardar as atividades, as escolhas e as ações, em conformidade com as bases normativas (conjunto de leis, regras, normas e regulamentos aplicáveis). Possibilitam uma cultura de divulgação, informação e efetiva blindagem frente ao risco.

De acordo com Bio et al. (1989, p. 105), o controle, enquanto função administrativa, visa a garantir que os objetivos e metas da empresa preconizados no planejamento sejam atingidos. Isso vale tanto para a empresa como um todo quanto para os seus departamentos e setores.

Portanto, controlar conduz à tomada de decisões corretivas e que muitas vezes pode levar à identificação dos responsáveis pelos desvios. Entretanto, para essa identificação é preciso que o controle esteja apoiado na estrutura administrativo-organizacional, principalmente no sistema de autoridade ou hierarquia (BIO et al., 1989, p. 105).

Bio et al. (1989, p. 105) salientam que as empresas podem dispor de vários meios de controle, desde a simples observação pessoal sobre o desempenho dos subordinados até a elaboração de demonstrativos contábeis-financeiros e econômicos, entre outros. Esses autores entendem o orçamento como ferramenta fundamental para o exercício do controle.

Para Chiavenato (2003, p. 635), controle pode ser definido como “a função administrativa que consiste em medir o desempenho a fim de assegurar que os objetivos organizacionais e os planos estabelecidos sejam realizados”.

O controle deve ter por finalidade o estabelecimento de padrões para que haja a medição do desempenho real, agindo previamente e evitando que erros sejam constantes. Isso pode ser feito por meio da identificação e eliminação de suas causas, observando toda a rotina estabelecida, com vistas ao seu aperfeiçoamento (MORAES JUNIOR; ARAÚJO, 2006, p. 23).

Ademais, para que o conceito de controle seja entendido, cabe destacar que seu objeto não deve ser apenas a tomada de conhecimento sobre o ato ou a sua efetivação dentro dos padrões, das normas ou dos princípios estabelecidos. É preciso evitar, corrigir ou restringir a ocorrência de situações fora das especificações. Dessa forma, o ato de controlar deixa de ser apenas a ação posterior ao fato para constituir-se em um processo que vai do diagnóstico ao acompanhamento, efetivando-se em ações corretivas.

De acordo com Chiavenato (2003, p. 613), o controle exerce uma função restritiva e coercitiva, no sentido de coibir ou restringir desvios indesejáveis, e pode ser também “um sistema automático de regulamentação no funcionamento de um sistema e, por fim, como função administrativa, através do planejamento, organização e direção”. Para Henri Fayol (1977, p. 129), o controle “consiste em verificar se tudo corre de acordo com o programa adotado, as ordens dadas e os princípios admitidos”.

A respeito disso, pode-se afirmar que essa visão de controle está totalmente fundamentada na necessidade de se planejar. E como planejar relaciona-se com o futuro (o referido autor denomina essa atividade de previsão), quando há planejamento é necessário lidar com situações de risco e incerteza, sobre as quais se deseja o controle. Segundo o mesmo autor, o controle, enquanto parte da função administrativa (planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar), aplica-se às pessoas, às coisas e aos atos, e significa a possibilidade de apontar as faltas e os erros com vistas a repará-los e evitar a sua repetição.

Ainda para Fayol (1977, p. 130), o controle poderia ser utilizado sob os pontos de vista administrativo, comercial, técnico, financeiro, de segurança (proteção aos bens e às pessoas) e contábil. E complementa que o controle para a contabilidade seria:

verificar se os documentos necessários chegam rapidamente, se eles proporcionam visão clara da situação da empresa, se o controle encontra nos livros, nas estatísticas e nos diagramas bons elementos de verificação e se não existe nenhum documento ou estatística inútil.

Koontz e O'Donnell (1974, p. 225) salientam que:

controle é a função administrativa que consiste em medir e corrigir o desempenho de subordinados para assegurar que os objetivos da empresa e os planos delineados para alcançá-los sejam realizados. É, pois, a função segundo a qual cada administrador, do presidente ao mestre, certifica-se de que aquilo que é feito está de acordo com o que tencionava fazer.

Ao tratar da natureza do controle, Griffin (2007, p. 470) conceitua a função de controlar como a “ação de monitorar e ajustar as atividades da organização, a fim de que o desempenho permaneça dentro de limites aceitáveis previamente estabelecidos”.

O autor acrescenta que a atividade de controle tem quatro propósitos básicos: adaptar-se às mudanças ambientais, evitar a repetição de erros, ajudar a empresa a lidar com a complexidade empresarial e minimizar custos.

Para completar, Jucius e Schlender (1976, p. 127) definem controle como:

a função administrativa de restringir e regular vários fatores, de modo que as obras e projetos sejam completados pela maneira por que foram planejados, organizados e dirigidos. Isto equivale a verificar que cada pessoa faz a coisa certa, no tempo certo, no lugar certo, e com os recursos certos.

A visão aqui apresentada revela convergência de opinião dos autores examinados, sobretudo em relação ao relevante papel do controle enquanto parte da função administrativa por tratar-se de importante fase do processo de gestão; vincula-se, portanto, ao planejamento e à imposição de disciplina, por meio de padrões previamente estabelecidos, quando da execução das ações planejadas, postura essa que permite os ajustes necessários e de forma tempestiva (em muitas ocasiões, até antecipando-se aos próprios fatos), quando da ocorrência de possíveis desvios entre o planejado e o realizado.

Na seção seguinte (item 2.2), são examinados aspectos específicos do Controle Interno.

2.2 Conceito, evolução e classificação dos controles internos

As organizações enxergam riscos ou incertezas em seus negócios não apenas nas ações dos indivíduos, mas da mesma forma no comportamento das variáveis que compõem a dinâmica de suas operações nos mercados em que atuam.

Ao formularem e implementarem políticas para a gestão de riscos, as organizações não estão visando apenas às operações, mas principalmente observando a estratégia em função da qual são construídas as políticas, as normas e procedimentos e as instruções operacionais. Entende-se o termo política, quando aplicado à gestão, como um plano geral de ação que orienta os membros da empresa na conduta de suas operações (NEWMAN, 1976, p. 48).

É necessário vincular a Política de Gestão de Riscos a um Sistema de Controle Interno. Isso significa incentivar a criação de uma cultura voltada ao pensamento sistêmico, evitando-se, portanto, o tratamento desse assunto de forma isolada, não o deixando restrito a um grupo de pessoas ou áreas. É preciso o envolvimento de todos os atores, usuários e colaboradores na construção de uma ideologia voltada para a prevenção de riscos em um sentido bem mais amplo.

Segundo Moeller (2007, p. 146), as primeiras definições para Controle Interno foram desenvolvidas pelo *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), nos EUA, para colaborar com a SEC na preparação do *Securities Exchange Act*, de 1934 (por meio desse ato também foi criada a SEC).

Ainda para o mesmo autor, embora tenha havido mudanças ao longo dos anos, o primeiro padrão de normas do AICPA foi codificado e denominado *Statement on Auditing Standards n° 1* (SAS n° 1).

Na visão de Moeller (2007, p. 146), esse padrão foi o componente-chave na definição das práticas estabelecidas de auditoria financeira nos Estados Unidos por muitos anos, além de ter sido usado de maneira similar pelo *Canadian Institute of Chartered Accountants* (CICA). O autor relata que a SAS n° 1 usava a seguinte definição de Controle Interno:

Controle interno compreende o plano da empresa, e a coordenação de todos os métodos e medidas adotadas para o negócio no sentido de proteger os seus ativos, compará-los com os dados contábeis, promover a eficiência operacional e incentivar de forma aderente a prescrição de políticas administrativas.

Com o tempo, o conceito de Controle Interno estabelecido pela SAS n° 1 do AICPA foi separado em dois tipos de controle, conforme informa Moeller (2007, p. 146-147):

- a) Controle administrativo: inclui mas não de forma limitada, o plano da empresa, os procedimentos e os registros que estão vinculados ao processo decisório de conduzir a administração no que concerne as autorizações de transações; e
- b) Controle contábil: compreende o plano da empresa e os procedimentos para proteger os ativos e os registros financeiros de forma correta.

De acordo com Moeller (2007, p. 147), as discussões sobre as definições estabelecidas pelo AICPA evoluíram de tal maneira que acabaram gerando mudanças e interpretações significativas sobre Controle Interno, principalmente a partir da década de 1970. O autor aponta que muitas foram as publicações de diretrizes (*guidelines*) para definir tal conceito por parte da SEC, do AICPA (a SAS n° 55 e a sua série, por exemplo) e das empresas de contabilidade.

Em 1976, a SEC submeteu ao senado americano um relatório sobre possíveis pagamentos e práticas ilegais cometidas por empresas supostamente envolvidas com o escândalo de *Watergate*, que culminou com o *impeachment* do presidente Richard Nixon em 1974. Conforme o autor mencionado, esse fato fez com que o senado americano aprovasse, em dezembro de 1977, o *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA).

O autor salienta ainda que foram muitos os fatos envolvendo falhas empresariais nas décadas de 1970 e 1980, sobretudo motivadas pelas altas taxas de inflação do período, pelo elevado custo da energia (petróleo) e pelo excesso de regulamentação governamental. Assim, o congresso norte-americano decidiu, por meio da *Treadway Commission Report* (antes denominada *National Commission on Fraudulent Financial Reporting*), rever toda a legislação a respeito do funcionamento desse setor.

O autor comenta que, em 1987, a *Treadway Commission*, formada por várias entidades (a *American Accounting Association* (AAA), o *Institute of Management Accountants* (IMA), o *Institute of Internal Auditors* (IIA), o *Financial Executives Institute* (FEI) e o AICPA) convidadas a participarem dos estudos para a reorganização da legislação empresarial americana, apresentou o seu relatório final, em que constavam recomendações para regular a atuação dos gestores, dos conselhos de administração e dos profissionais de contabilidade. Esse relatório apontou também a necessidade de uma definição consistente de Controle Interno.

Segundo o autor, o *Committee of Sponsoring Enterprises* (COSO), que trabalhou na elaboração do *Treadway Report*, ficou com a missão de elaborar tal definição. Esse fato resultou, em setembro de 1992, no documento final denominado *Internal Control - Integrated Framework*, também conhecido como COSO 1.

A partir de então, o COSO (1994) ofereceu a seguinte definição:

controle interno é um processo executado em conjunto, pelo conselho de administração, diretoria, gerência e outros profissionais, desenhado para promover razoável segurança de que os seguintes objetivos das empresas serão atingidos: confiabilidade das demonstrações contábeis; eficácia e eficiência das operações; e adequado cumprimento das normas e regulamentos.

Ainda conforme o COSO (1994), a estrutura de controle interno é composta por:

- a) Ambiente de controle: relacionado com a consciência de controle da alta administração da empresa. Considera fatores como ética e integridade, além de enfatizar a todos os profissionais da organização, a importância dos controles internos e sua preocupação em saber se os controles implantados estão sendo executados como previamente previstos;
- b) Análise de riscos: envolve a identificação dos fatores internos e externos às operações da empresa que, de alguma forma, poderiam afetar a realização de seus objetivos e metas. Esta análise de risco deve ser efetuada de forma constante e contínua e os controles internos devem ser periodicamente reavaliados para que se possa considerar a existência de novos riscos ou riscos que não foram previamente identificados;
- c) Atividade de controle: são consideradas as políticas internas da empresa que asseguram que os planos definidos pela alta administração estão sendo implantados

e atingidos em todos os níveis hierárquicos, incluindo o sistema de tecnologia da informação;

d) Informação e comunicação: refere-se à produção de informações operacionais, financeiras e de conformidade com os normativos (*compliance*), necessárias à administração da empresa. As informações são utilizadas por usuários internos e externos e devem seguir um fluxo, que atenda a todos os níveis hierárquicos da organização;

e) Monitoramento: é o constante acompanhamento das operações e atividades regulares da empresa, decorrente do desempenho de seus profissionais. Envolve a comunicação das deficiências identificadas ao gestor responsável pelo controle das operações.

Segundo o COSO, o processo de controle interno visa à proteção dos ativos das empresas, à verificação da exatidão e da fidedignidade dos dados contábeis, à promoção da eficiência operacional e ao encorajamento da adesão à política traçada pela administração.

Penha (2005, p. 61) estudou a proposta elaborada pelo COSO e ofereceu a seguinte definição para Controle Interno:

pode-se concluir que controles internos são o plano da organização e o conjunto de políticas, normas, procedimentos, sistemas operacionais de informação, outros instrumentos e ações, estabelecidos de forma sistemática para atingir os seguintes objetivos: a) garantia de que os resultados planejados serão atingidos; b) proteção do patrimônio; c) condução eficiente e ordenada dos negócios; d) adequação e confiabilidade dos dados contábeis; e) transparência das operações praticadas; f) promoção da eficiência operacional; g) melhoria dos processos empresariais e seus resultados.

A definição dada pelo autor, apesar de representar importante contribuição, pode ter ficado ampla demais, sobretudo por subordinar ao Controle Interno os sistemas operacionais de informação e a responsabilidade pelos resultados da organização, quando o normal seria o contrário. Essa definição foi além daquela formulada pelo COSO e aproxima-se um pouco daquela desenvolvida pelo AICPA, conforme consta em Bio (1986, p. 131).

Diante dessas considerações, a definição apresentada por Peleias (2003b, p. 4) dá uma ideia mais precisa do papel do controle interno:

O controle interno é um conjunto de normas, procedimentos, instrumentos e ações, adotados de forma sistemática pelas empresas, que deve estar em constante evolução, assegurando o atingimento de resultados conforme objetivos preestabelecidos, protegendo o patrimônio e garantindo transparência às operações.

Ao tratar da classificação de controles internos, Peleias (2003a, p. 8) faz distinção entre controles contábeis e controles administrativos, afirmando que, apesar das diferenças em termos de abrangência, ambos fazem parte do sistema de controle interno da organização:

Os controles contábeis são os elementos do sistema de controle interno desenvolvidos pelos contadores, por determinação dos proprietários, controladores e

administradores, que servirão de suporte ao planejamento, à execução e ao controle das atividades empresariais.

Esses controles compõem o sistema contábil, aqui definido como o conjunto de conceitos, tecnologia, mídias e procedimentos, para processar e registrar dados planejados e realizados sobre eventos, transações e atividades, de acordo com as orientações do modelo de gestão adotado pela organização.

O sistema contábil deve atender a dois grupos distintos de usuários:

1. Usuários internos - os gestores dos diversos níveis.
2. Usuários externos - as entidades com as quais a organização se relaciona.

Quanto aos controles administrativos, Peleias (2003a, p. 6-8) destaca que esses são os elementos do sistema de controle interno comuns a todas as áreas da organização e envolvem a definição da estrutura organizacional (missão da empresa, atividades a serem desenvolvidas, inter-relação e interdependência, entre as várias áreas de responsabilidade, eventos e transações objeto das decisões operacionais), as regras para a delegação de autoridade, as instruções escritas, o ambiente operacional (representado pelo *modus operandi* das áreas componentes da organização e por seus ciclos de transações) e o ambiente de tecnologia da informação (conjunto de recursos tecnológicos usados pelas empresas para execução eficiente e segura de suas operações).

Penha (2005, p. 62) corrobora com as definições fornecidas por Peleias por achá-las em conformidade com sua própria definição, que insere o controle no processo de gestão, e por atenderem aos usuários internos e externos. O autor complementa que os controles administrativos são, de fato, comuns a todas as áreas da organização e, por isso, diferenciam-se dos contábeis.

Por fim, Peleias (2003a, p. 10) propõe que os sistemas de controle interno devem ser eficazes (atingir os resultados esperados) e eficientes (funcionais e rápidos), não devem gerar trabalho desnecessário e devem ser avaliados com base na relação custo-benefício.

De maneira semelhante, Boynton, Johnson e Kell (2002, p. 321) destacam que, ao adotar controles internos, a administração de uma organização deve assegurar-se de que três objetivos sejam atingidos: confiabilidade das informações financeiras, obediência às leis e aos regulamentos (*compliance*) e eficácia/eficiência das operações. Contudo, é necessário considerar a existência de limitações de controles internos, mesmo que seu sistema tenha sido desenhado com todos os cuidados e atenção, conforme indicado no parágrafo anterior.

Estes mesmos autores afirmam que “controles internos podem fornecer apenas segurança razoável para a administração e para o conselho de administração quanto à consecução dos objetivos de uma entidade” (BOYNTON; JOHNSON; KELL, 2002, p. 332).

Para exemplificar, identificam algumas ocorrências que podem ser tomadas como consequências das limitações do próprio sistema de controles internos:

- a) erros de julgamento por parte dos gestores, devido à pressão ou a informações inadequadas;
- b) falhas em razão do não entendimento de algumas instruções ou mesmo da falta de cuidados, distração ou cansaço;
- c) conluio de pessoas que se juntam para praticar fraudes;
- d) “atropelamento” em virtude de a administração desconsiderar normas e procedimentos importantes com objetivos ilegítimos, tais como ganho pessoal e melhoria artificial de resultados, com vistas a aumentar os bônus, entre outras formas; e finalmente ;
- e) custos *versus* benefícios, sendo que o custo de determinado controle interno não deve ser superior ao benefício por ele produzido; por exemplo, o aumento da burocracia pode levar à perda de clientes.

Com vistas a reduzir as possibilidades de ocorrência de fatos como os mencionados no parágrafo anterior e identificar a responsabilidade dos gestores das organizações pelas consequências desses fatos, Trapp (2009, p. 46) destaca que, em decorrência da aprovação da SOX em 2002, a SEC apresentou a seguinte definição para Controle Interno:

Um processo desenhado pelo, ou sob a supervisão do presidente e diretor financeiro, ou pessoas desempenhando funções similares, aplicados pela diretoria da empresa, gerência e outras pessoas, para proporcionar razoável segurança sobre a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação de demonstrações contábeis para fins externos, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e inclui políticas e procedimentos que:

- 01. providenciem a manutenção de registros que, em razoável detalhamento, reflitam correta e adequadamente as transações e as posições dos ativos da companhia;
- 02. providenciem razoável segurança de que as transações estão registradas como necessário para permitir a preparação de demonstrações contábeis de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que as receitas e despesas da companhia estão sendo reconhecidas somente de acordo com as autorizações dos gerentes e diretores da companhia;
- 03. providenciem razoável segurança relacionada à prevenção ou tempestiva detecção de aquisições, uso ou disposição de ativos da companhia de forma não autorizada e que possam proporcionar efeitos materiais nas demonstrações contábeis.

Nota-se que apesar de as observações feitas por Trapp (2009, p. 46) referirem-se basicamente aos controles internos contábeis, isso não minimiza a importância de suas recomendações; ao contrário, eleva a relevância da contabilidade diante desse novo ambiente

de regulação imposto pela SOX, além de lançar luzes em termos da operacionalidade de tais controles quando da implantação do que recomenda a aludida lei.

Barragan (2005, p. 164) confirma o que outros autores já afirmaram, inclusive o próprio COSO, ao observar que os controles internos representam um processo pelo qual todos os funcionários e colaboradores da organização são responsáveis, tendo como papel fundamental proporcionar, com razoável segurança, que os objetivos da entidade sejam alcançados.

Ao tratar de Controle Interno, Bio (1986, p. 129) observa que muitas pessoas o confundem com Auditoria Interna, o que para ele é um grande equívoco, conforme demonstra a seguir:

a Auditoria Interna equivale a um trabalho organizado de revisão e apreciação de trabalho, normalmente executado por um departamento especializado, ao passo que o controle interno se refere a procedimentos e a medidas organizacionais adotadas pela empresa sistematicamente.

Bio (1986, p. 131) destaca que para compreender-se o que é Controle Interno torna-se necessário examinar esse significado em função de sua amplitude. Nesse caso, o autor recorre ao conceito elaborado pelo AICPA, o qual envolve o plano organizacional, os sistemas, as políticas administrativas e a eficiência do pessoal da empresa.

Para o autor, “as políticas são fundamentais ao planejamento e à operação dos sistemas, e estes, por sua vez, fluem segundo o arranjo organizacional definido”. Ele observa que se os procedimentos que fazem parte de um sistema forem estabelecidos em conformidade com a política, então a execução dos referidos procedimentos corresponderá à essa política.

Segundo Bio (1986, p. 53), “políticas são orientações pré-estabelecidas para a tomada de decisão no sentido dos objetivos” ou “ainda são guias de raciocínio planejados para a tomada de decisões repetitivas no sentido dos objetivos”.

O autor complementa (1986, p. 131) que se as situações organizacionais forem confusas ou se existirem políticas inadequadas fica difícil haverem sistemas eficientes. Assim ficou o conceito de Controle Interno do AICPA, traduzido por Bio (1986, p. 131):

Pode-se, então, traduzir o conceito de controle interno como sendo o conjunto de políticas operacionais, procedimentos e definições na estrutura organizacional, operados por pessoal capacitado, para garantir que as informações sejam fidedignas e para estimular a eficiência nas operações.

Na próxima seção, são examinados aspectos específicos sobre risco, razão fundamental da preocupação com controles internos.

2.3 Risco

2.3.1 Conceito, evolução e tipos

Em termos etimológicos, o vocábulo risco significa probabilidade de perigo (risco de infecção por exemplo); probabilidade de insucesso (risco de perder a verba). Essa palavra tem origem no francês *risque* (HOUAISS, 2004).

Sandroni (1996, p. 456) complementa que:

risco é uma situação em que, partindo-se de determinado conjunto de ações, vários resultados são possíveis e se conhecem as probabilidades de cada um vir a acontecer. Quando tais probabilidades são desconhecidas, a situação denomina-se incerteza. Corresponde à condição própria de um investidor diante das possibilidades de perder ou ganhar dinheiro.

O autor associa o risco a fatos econômico-financeiros, atribuindo a cada situação que possa ser enquadrada nessa categoria uma probabilidade de ocorrência do resultado (tanto para ganho quanto para perda), desde que haja um histórico que permita esse cálculo. Quando isso não é possível, o tratamento a ser dado não é mais de situação de risco, mas sim de incerteza.

Para Maximiano (2007, p. 169), em certas ocasiões o risco pode ser a contrapartida de um benefício potencial ou de uma oportunidade. Ao decidir correr determinados riscos, as pessoas e as organizações podem obter resultados positivos em decorrência dessa postura mais ousada. Caso não optem por essa alternativa, deixam de usufruir dessa nova situação ou patamar.

Sobre a incerteza, o autor afirma que essa situação está associada à inexistência de informações sobre as atividades e, por essa razão, denominou-a “mãe do risco”.

Segundo Giddens (2007, p. 32), “a idéia de risco parece ter se estabelecido nos séculos XVI e XVII, e foi originalmente cunhada por exploradores ocidentais ao partirem para suas

viagens pelo mundo”. O autor salienta que a palavra risco pode ter sido introduzida no vocabulário inglês (*risk*) pelo espanhol ou português, pois esse termo era empregado por essas línguas para indicar quando a navegação ocorria em águas não cartografadas. Acredita que o termo *risk* era empregado para dar indicação espacial.

Mais tarde, conforme o autor, o termo risco passou a ser utilizado para as transações bancárias e de investimento, especialmente para mensurar através de cálculos, as consequências de decisões tomadas por emprestadores e tomadores de recursos financeiros. Ao longo do tempo, passou a ser relacionado a uma ampla esfera de situações de incerteza.

Na antiguidade, discorre o mesmo autor, civilizações como Roma ou China valorizavam o passado em suas culturas, entregando o futuro ao destino, à sorte ou à vontade dos deuses. Atualmente, a tendência é usar o risco. Ao evoluir culturalmente, a sociedade passou a fundamentar suas decisões de maneira mais calculista (GIDDENS, 2007, p. 33-34).

O referido autor adiciona que:

a aceitação do risco é também condição para entusiasmo e aventura- pense nos prazeres que certas pessoas obtêm dos riscos de jogar, de dirigir em alta velocidade, aventureirismo sexual, ou do mergulho de uma montanha-russa de parque de diversões (2007, p. 34).

Conforme Giddens (2007, p. 34), a aceitação plena do risco transforma-se na fonte de energia que gera riqueza em uma economia moderna. Uma razão é que os aspectos negativo e positivo do risco manifestam-se desde os primórdios da sociedade industrial moderna.

Como aponta Bernstein (1997, p. 8), na definição entre a fronteira dos tempos passados e dos mais modernos, está a questão do domínio do risco, ou seja, o paradigma estabelecido é que os homens e mulheres não são passivos diante da natureza, diferentemente, portanto, da noção de que o futuro ficaria na dependência do capricho dos deuses.

A grande ideia revolucionária é colocar o futuro a serviço do presente, ao induzir a compreensão do que é risco, como medi-lo e como avaliar suas consequências. Assim, estariam criadas as condições para o progresso econômico e tecnológico e para a melhoria da qualidade de vida da sociedade em geral (BERNSTEIN, 1997, p. 1).

Em contraposição à fala de Giddens (2007, p. 32), Bernstein (1997, p. 8) informa que o vocábulo risco origina-se no italiano antigo *risicare*, que significa ousar. Esse autor considera o risco uma opção, não um destino final. E afirma que as ações a serem implementadas de maneira ousada dependem do grau de liberdade que se tem para optar.

Brito (2007, p. 3) conceitua risco como a possibilidade de ocorrência de um evento que pode afetar a todos negativamente. Afirma que risco é diferente de incerteza, apesar de esta apresentar igualmente a aleatoriedade; entretanto, o que dificulta o cálculo da sua probabilidade é o vínculo ao acaso.

Para Damodaran (2009, p. 21), o estudo do risco torna-se ainda mais fascinante porque, concomitantemente às situações de riscos involuntárias, há aquelas que são criadas em função do livre-arbítrio do ser humano. Alguns exemplos são impingir alta velocidade no veículo que se dirige ou aceitar participar de uma rodada de jogo de azar.

Conforme o mesmo autor, é possível defender a tese de que todos os avanços da civilização, desde o homem das cavernas até a atualidade, foram alcançados porque alguém decidiu correr riscos e desafiar o *status quo*. O autor ressalta que, durante a maior parte da história da civilização, o risco e a sobrevivência andaram de mãos dadas, pois a vida curta (na maioria das vezes não ultrapassava os trinta anos de idade) e brutal do homem pré-histórico estava diretamente condicionada às suas dificuldades para a obtenção de alimento e abrigo.

Essas situações, segundo o autor, levavam o homem a enfrentar os perigos inerentes à natureza, como o comportamento do clima e a necessidade de lutar contra animais ferozes, que, quando vencidos, proporcionavam-lhe o alimento e a pele para proteger o corpo. Para ele, nos tempos remotos da história do homem, risco físico e recompensa material sempre caminharam lado a lado, pois o homem das cavernas que corria riscos acabava logrando o necessário alimento, enquanto aquele que evitava o risco morria de fome.

Para demonstrar essa relação entre o risco físico e a recompensa material, Damodaran (2009, p. 21) aponta vários fatos históricos, associados ao espírito aventureiro do homem, que conduziram a humanidade a diferentes patamares de desenvolvimento, em várias épocas. Ele cita o advento das embarcações, que serviram tanto às aventuras dos Vikings pelos mares quanto à conseqüente conquista de terras em várias partes do mundo. Ao fazer um paralelo desse período com o que vem ocorrendo nos últimos séculos, destaca o desenvolvimento dos mercados e dos instrumentos financeiros, o crescimento da indústria do lazer, entre outros fatores, que possibilitaram separar o risco físico do econômico.

Para o autor, uma pessoa que adquire ações no ramo de tecnologia pode estar expondo-se a um importante risco econômico, sem no entanto envolver-se com riscos físicos em potencial. E usa o mesmo raciocínio para ilustrar que uma pessoa que resolve passar o fim

de semana praticando *bungee-jump* está, ao contrário da primeira, enfrentando uma grande exposição ao risco físico, sem nenhuma recompensa econômica.

Contudo, o mesmo autor salienta não haver, ainda, um consenso sobre a definição do termo risco, apesar de ele estar presente em quase todas as atividades humanas. Complementa que as primeiras discussões sobre o assunto fundamentaram-se na diferença entre a possibilidade de quantificar objetivamente o risco e a sua característica de subjetividade. Para confirmar essa preocupação, reproduziu o pensamento de Frank H. Knight, autor de *Risk, Uncertainty and Profit*, texto escrito e publicado em 1921:

A incerteza precisa ser considerada com um sentido radicalmente distinto da noção comumente aceita de Risco, da qual nunca foi adequadamente separada. O aspecto essencial está no fato de “Risco” significar, em alguns casos, uma variável passível de medida, enquanto em outros o termo não aceita esse atributo; além disso, há enormes e cruciais diferenças nas conseqüências desses fenômenos, dependendo de qual dos dois esteja realmente presente e operante. Está claro que numa incerteza mensurável, ou o risco propriamente dito, na acepção que utilizaremos, é diferente de uma incerteza não-mensurável, que não se trata, de forma alguma, de uma incerteza (Damodaran, 2009, p. 23).

De acordo com Damodaran (2009, p. 24), o risco está compreendido em várias disciplinas, como no Seguro, na Engenharia e na Teoria das Carteiras, entre outras atividades humanas. Assim, não causa surpresa o fato de ter diferentes definições, levando o autor a propor que sejam analisadas algumas dessas diferenças, pois cada uma delas estaria associada à identificação de certa probabilidade de ocorrência do evento e suas conseqüências.

O exemplo dado pelo autor seria a pequena probabilidade de ocorrência de um terremoto, mas, caso ocorresse, as conseqüências seriam muito grandes, caracterizando o evento de alto risco. Em sua opinião, seria mais significativo utilizar essa modalidade de avaliação do risco e calcular a sua probabilidade *versus* as conseqüências do evento, em vez de simplesmente ater-se à probabilidade.

Em um segundo grupo ou categoria de definições, conforme o referido autor, estaria o risco *versus* a ameaça. Nesse caso, a ameaça seria um evento de baixa probabilidade, porém, com consideráveis conseqüências negativas, que não dariam condições para calcular-se sua probabilidade de acontecimento.

Em contrapartida, o autor define risco como um evento ou fato de maior probabilidade de ocorrência, para o qual haveria maior quantidade de informações, tornando possível tanto o conhecimento da probabilidade de ocorrência do evento quanto a avaliação de suas conseqüências.

A terceira visão do mesmo autor sobre definição de risco seria aquela na qual ele é calculado concentrando-se em cenários mais negativos, como é o caso da Engenharia, que define o risco pela multiplicação da probabilidade de um evento indesejável ocorrer e o prejuízo estimado para a ocorrência de tal evento. Nas Finanças, o risco é definido em termos da variabilidade dos retornos realizados em comparação com os esperados, mesmo que esses resultados sejam muito positivos.

O mesmo autor recomenda que se considere, preferencialmente, uma definição de risco mais abrangente, que possa capturar tanto os resultados negativos quanto os positivos, o que equivaleria a considerar o risco como uma combinação de perigo (crise) com oportunidade, dependendo de como se possa ou se queira enxergar a situação. Essa seria, na opinião do autor, a definição com a qual ele mais identifica-se, justificando essa posição ao dizer que:

uma vez que representa perfeitamente tanto a essência do risco quanto os problemas quando nos concentramos apenas na redução do risco e na prática do hedge. Qualquer outra abordagem dedicada exclusivamente à minimização da exposição ao risco (ou perigo) reduz também o potencial da exposição às oportunidades (2009, p. 24).

Segundo Jorion (2003, p. 3), as atividades empresariais ou de negócios estão relacionadas à administração dos riscos, sabendo-se que aquelas com maior competência obtêm êxito, enquanto as que não têm fracassam. Diante disso, propõe que o “risco pode ser definido como a volatilidade de resultados inesperados, normalmente relacionada ao valor de ativos ou passivos de interesse”.

Sendo assim, e apesar de sua obra concentrar-se na modalidade de risco financeiro, afirma que, estando as empresas expostas a vários tipos de riscos, esses podem ser categorizados em estratégicos e não-estratégicos.

Os riscos estratégicos, aponta, são aqueles estabelecidos e assumidos de forma voluntária, pois decorrem de decisões que envolvem a criação de vantagem competitiva para agregar valor aos acionistas. Esse tipo de risco está vinculado ao ambiente de negócios da empresa, especificamente ao setor em que atua, incluindo inovações tecnológicas, desenvolvimento e lançamento de novos produtos e desempenho das funções de marketing.

Quanto aos não-estratégicos, o autor ressalta que são aqueles sobre os quais a empresa não possui controle, como mudanças no cenário econômico-político, cujo exemplo é a queda da antiga União Soviética no final da década de 1980, que afetou profundamente o setor industrial mundial.

Quando trata especificamente do risco financeiro, Jorion (2003, p. 14) classifica-o da seguinte maneira:

a) risco de mercado: origina-se dos movimentos no nível de volatilidade dos preços de mercado e divide-se em absoluto (medido pela perda potencial em uma determinada moeda) e relativo (medido em termos do desvio em relação a algum índice). Adicionalmente, o risco de mercado também pode ser classificado em direcional (exposição à direção dos movimentos de variáveis financeiras, como os preços das ações – medidos pelo “beta” –, as taxas de juro – medidas pela “*duration*” –, as taxas de câmbio e o preço das *commodities*) e não-direcional (trata dos demais riscos – exposições não-lineares e exposições a posições imunizadas ou a volatilidades – medidos através de cálculos matemático-estatísticos mais complexos);

b) risco de crédito: surge quando as contrapartes não querem ou não são capazes de honrar os seus compromissos e diz respeito à situação inadimplência. De maneira geral, o risco de crédito pode significar a perda potencial de valores “marcados” a mercado, caso acontecesse o evento de crédito. Pode incluir o risco soberano (originário de dívidas governamentais com a respectiva emissão de títulos) e o risco de liquidação (como, por exemplo, as operações de câmbio, que implicam pagamentos simultâneos entre instituições e agentes por meio de moedas diferentes e em horários diferentes, em razão de fusos horários também diferentes);

c) risco de liquidez: pode ocorrer na forma de risco de liquidez de ativos (ou risco de liquidez de mercado/produto, quando os volumes transacionados são muito grandes e os preços podem ser afetados por essa razão) e risco de liquidez ou de financiamento (risco de fluxo de caixa – incapacidade de honrar os pagamentos pela contraparte, o que obrigaria, por força contratual, a uma liquidação antecipada pela contraparte que estivesse em dificuldade);

d) risco operacional: originário de erros humanos, falhas tecnológicas ou acidentes (inclui fraudes, falhas de gestores, controles e procedimentos em desacordo com as necessidades), podendo resultar também em risco de crédito e de mercado, dependendo da falha ocorrida;

e) risco legal: pode ocorrer quando determinada transação acontece sem o devido amparo legal, gerando processos contra o lado que não observou tal instrumento, por desconhecimento ou negligência dos gestores. Por exemplo, um acionista insatisfeito com o prejuízo realizado pode recorrer à justiça, alegando desrespeito à determinada norma interna (referente à política de risco, por exemplo) ou à própria legislação.

Para Dorfman (2002, p. 6), a palavra risco está frequentemente associada a Seguros e não há uma definição geralmente aceita para risco. Entre as várias existentes, duas destacam-se e são comumente usadas. Uma trata o risco como a variação nos possíveis retornos de um evento baseado na probabilidade de sua ocorrência; assim, o risco estaria na própria variação (ou irregularidade) dos resultados obtidos. A outra definição de risco é a da incerteza vinculada à perda; nesse caso, o risco não estaria na simples variação dos resultados obtidos, mas sim na possibilidade de perda.

O autor relata que a definição de risco baseada na possibilidade de variação dos resultados é a mais utilizada, pois está focada nos diversos graus de risco que cada situação apresenta; grau esse que permite medir com maior precisão a probabilidade de ocorrência de um evento futuro.

De acordo com Penha (2005, p. 27), o conceito de risco vincula-se historicamente às possibilidades de ameaças e perdas. Sendo assim e considerando o ambiente empresarial, o risco representa uma circunstância que pode dificultar o alcance das metas e dos objetivos traçados.

O autor adiciona que, todavia, deve-se observar que o risco pode estar relacionado com oportunidade. Essa situação ocorre quando se percebe a existência de riscos por meio de sinais de ameaças à empresa, ocasião em que o gestor pode enxergar oportunidades não previstas. Esse seria o chamado risco positivo.

Após pesquisar várias definições de risco, Penha (2005, p. 27) concluiu que:

risco é a probabilidade de perda relacionada ao processo de tomada de decisão, ou à falta de ação, sobre um evento interno ou externo, ao qual está associado um certo grau de incerteza. A perda pode ser traduzida em prejuízo ocasionado por uma ameaça, ou lucro não auferido pelo não aproveitamento de uma oportunidade de negócio.

Entendimento semelhante ao anterior pode ser observado no conceito de risco apresentado pela *Federation of European Risk Management Associations* (FERMA):

O risco pode ser definido como a combinação da probabilidade de um acontecimento e das suas conseqüências. O simples fato de existir atividade, abre a possibilidade de ocorrência de eventos ou situações cujas conseqüências constituem oportunidades para obter vantagens (lado positivo) ou então ameaças ao sucesso (lado negativo) (FERMA, 2003, p. 3).

Sem a pretensão de eleger uma definição para risco como a mais apropriada, observa-se a convergência entre os autores citados em relação aos aspectos negativos e positivos do risco. Esta convergência sugere a necessidade da gestão eficaz e da realização eficiente das atividades de gestão de riscos. Esse assunto é tratado na seção seguinte.

2.3.2 *Gestão de Riscos*

Segundo Jorion (2003, p. 4), pode-se atribuir o crescimento da indústria de Gestão de Riscos a fatores fortemente vinculados à volatilidade dos mercados financeiros. Tais fatores têm atuado desde o começo da década de 1970, conforme exemplificado abaixo:

- a) muitas economias vêm substituindo as taxas fixas de câmbio, desde 1971, pelo sistema de câmbio flutuante;
- b) os choques (crises) de oferta do petróleo, iniciados em 1973, provocaram elevação da inflação mundial e grandes oscilações nas taxas de juros;
- c) a segunda-feira negra (19 de outubro de 1987), data em que o mercado acionário americano caiu 23%; nessa ocasião houve uma perda de capital da ordem de US\$ 1 trilhão;
- d) a ocorrência da crise do Sistema Monetário Europeu em 1992 provocou a temporária suspensão do processo de unificação da economia monetária européia;
- e) problemas com os títulos do Tesouro Americano em 1994 ocasionaram o início de fortes elevações das taxas de juros pelo *Federal Reserve Bank* (FED) naquele país, atingindo várias economias em diversas partes do mundo;
- f) outros fatos, como a queda das bolsas japonesas em 1989; a crise asiática de 1997, cujo início deu-se na economia da Tailândia com importantes repercussões na Indonésia, Coréia e Malásia, atingindo diversas outras economias fora da região asiática; a crise russa em agosto de 1998, que levou à falência, entre outras

empresas no mundo, o *Long Term Capital Management*, um importante *hedge fund* da época.

Conforme Jorion (2003, p. 4), a volatilidade iniciada na década de 1970 fez com que as empresas, de maneira geral, ficassem mais sensíveis às oscilações ambientais, principalmente em relação àquelas denominadas variáveis financeiras, cujo impacto tornava-se maior graças ao alto grau de regulamentação das economias existentes na época.

Para enfrentar esse novo cenário, de acordo com o mesmo autor, muitos governos e instituições de peso mundial iniciaram um processo de desregulamentação dos mercados financeiros. Essa postura política objetivava dar maior capacidade às companhias em geral de competirem em um ambiente rigorosamente mais hostil, o que as obrigaria a terem maior consciência e habilidade para lidarem com o risco financeiro.

Entende-se, então, que essa ideia de acelerar o processo de desregulamentação poderia quase de maneira natural, por meio do livre mercado, fornecer as condições básicas para solucionar os mais diversos problemas, tanto no âmbito econômico quanto no social e político. E o conjunto de ações praticadas dentro dessa nova visão foi responsável pelo atual modelo de globalização dos mercados e de grande parte da economia mundial.

Jorion (2003, p. 7) explica que esse modelo de globalização levou muitas “empresas a reconhecerem a verdadeira natureza global da competição. Nesse processo, as companhias ficaram expostas a maior variedade de riscos financeiros”.

Por essa razão, o autor enfatiza a necessidade de gerenciar-se o risco no âmbito geral da organização, apesar de direcionar a discussão para o risco financeiro: “o gerenciamento de risco surgiu como uma resposta ao aumento da volatilidade nos mercados financeiros globais. Ele se tornou possível graças às inovações tecnológicas” (JORION, 2003, p. 7).

Ao confirmar essa visão, Damodaran (2009, p. 363) observa que a natureza do risco mudou muito e continuará a mudar ao longo dos anos, o que requer o abandono dos velhos remédios e, ao mesmo tempo, a concepção de novos. Diante disso, o autor apresenta o que denomina de as três grandes tendências sobre o risco a partir da década de 1990:

- a) o risco está globalizado: assim como as empresas e os mercados globalizaram-se, o mesmo ocorreu com o risco;

- b) o risco esparrama-se entre os setores: outrora, os riscos concentravam-se em determinados setores mais expostos e hoje a contaminação tende a atingir outros ramos de atividades muito rapidamente;
- c) o risco origina-se cada vez mais nos mercados financeiros: pelo fato de as empresas acorrerem frequentemente aos mercados financeiros, visando a obter recursos para os seus projetos tanto a partir de instrumentos mais tradicionais (como a emissão de ações) ou mais sofisticados quanto de derivativos, elas acabam por tornarem-se vulneráveis aos próprios mercados.

A partir dessas reflexões, o referido autor pondera que a análise do risco deve considerar que, da década de 1990 para cá, houve um grande deslocamento do poder na direção dos consumidores. Estes estão mais equipados em termos de informações e diante, portanto, de maiores e melhores possibilidades de escolhas e ganhos no processo de negociação, fato que pode levar à redução de lucros e ao aumento de exposição a riscos para as empresas.

Com base nessa potencial situação, apresenta-se conforme quadro 2 a seguir, dez princípios que devem ser seguidos no processo de Gestão de Riscos.

Princípios da Gestão de Riscos	Descrição do Princípio
Primeiro	Os maiores riscos advêm de lugares que não sabemos, assumindo formas inesperadas; portanto, a adequada gestão de risco é aquela cuja essência deve ser a criação da capacidade de reduzir o impacto do inesperado e seguir adiante.
Segundo	O risco envolve uma mistura de ganhos e potenciais perdas. A adequada gestão de riscos não consiste em buscar ou evitar o risco, mas sim em encontrar o correto equilíbrio entre ambas as escolhas.
Terceiro	A gestão de riscos é uma atividade executada pelo ser humano; portanto, um sistema de gestão de riscos é tão bom quanto as pessoas que o gerenciam.
Quarto	A gestão dos riscos deve ser conduzida de forma correta, ou seja, é imprescindível que se adote a perspectiva correta sobre ele e que se mantenha a coerência por todo o processo. Essa postura indica que a escolha do olhar que é utilizado para a avaliação do processo deve ser mantido ao longo do tempo, seja ele o do gestor, do acionista ou de outro <i>stakeholder</i> .
Quinto	A escolha das ferramentas corretas para a identificação e avaliação do risco tem de ser entendida tanto sob o ponto de vista das diferenças de umas em relação às outras, bem como a forma de empregar os resultados obtidos por elas, separada ou conjuntamente.
Sexto	Os tipos de ferramentas ou instrumentos usados para identificar e avaliar os riscos bem como os resultados do diagnóstico daí obtido é que devem adaptar-se ao processo de tomada de decisão, e não o inverso disso.
Sétimo	Buscar a proteção contra o risco deve ser considerada uma pequena parte de sua gestão. O segredo está na escolha de quais riscos devem merecer a proteção e quais não devem. Além disso, é fundamental que se decida quais riscos são utilizados em favor da vantagem da empresa.
Oitavo	A correta administração do risco envolve a compreensão das principais alavancas que definem o valor do negócio, ou seja, significa encontrar maneiras de capturar as potencialidades positivas do risco para poder incorporá-las ao valor da empresa ou do negócio. Nesse caso, a escolha do método de avaliação a ser empregado é fundamental, pois nenhum método deve ser escolhido e utilizado com vistas a direcioná-lo para contentar ou satisfazer apenas um segmento de interessados na empresa.
Nono	A adequada gestão de riscos deve ser implementada associando-a à prática correta do negócio, pois ela é responsabilidade de todos.
Décimo	O sucesso da gestão de riscos consiste na sua disseminação por toda a organização, introjetando-a na sua cultura e permeando-a por meio da própria estrutura.

QUADRO 2 - Os dez princípios da Gestão de Riscos

Fonte: Damodaran (2009, p. 364).

Conforme Moeller (2007, p. x), a falta de uma consistente compreensão sobre a Gestão de Riscos até há pouco tempo assemelha-se ao que ocorria por volta dos anos 1950, quando não havia consenso sobre como conceituar Controle Interno, apesar de auditores e gestores concordarem com a sua importância. Somente no início dos anos 1990, com a publicação pelo COSO de uma estrutura de controle interno, foi possível o reconhecimento de uma definição por todas as organizações.

Como aponta o mesmo autor, o COSO lançou em 2004 nos EUA um documento denominado COSO-ERM (*Enterprise Risk Management*), para ajudar a esclarecer essa questão e fornecer uma definição padrão para Gestão de Riscos. Tal documento possui um conjunto de definições sobre essa temática, para ser utilizado por todos os tipos e tamanhos de organizações, permitindo-lhes um melhor entendimento sobre os riscos presentes no ambiente

em geral. Essa nova estrutura conceitual pode proporcionar uma visão mais precisa e adequada de todos os aspectos de risco enfrentados cotidianamente pelas organizações.

Com o advento da SOX, aprovada pelo Governo Norte-Americano em 2002, elaborada a partir da discussão sobre a ocorrência de diversos escândalos empresariais naquele país, as organizações devem passar a utilizar o COSO-ERM, adaptando-o a esse novo instrumento legal, conforme sugere Moeller, (2007, p. x).

O autor salienta, ainda, que algumas das empresas envolvidas naqueles escândalos tinham o hábito de denominar os seus profissionais que tratavam de riscos como administradores de riscos; no entanto, para estes não estava claro o significado do papel que exerciam enquanto administradores de riscos, ou seja, não havia uma convergência em termos de definição do papel de administrador de riscos entre o que pensavam as empresas e os profissionais contratados para tal função.

Dada essa percepção, relata o autor, o COSO contratou em 2001 a empresa de auditoria *Pricewaterhouse-Coopers* (PWC) para desenvolver uma definição consistente para Gestão de Riscos, resultando no COSO-ERM. Ademais, essa gestão esteve por muitos anos relacionada à contratação de Seguros - aspecto já observado por Dorfman (2002) - o que, de certa forma, limitava as decisões sobre riscos às questões vinculadas à proteção patrimonial e/ou operacional propriamente ditas.

Atualmente, segundo Moeller (2007, p. 21), tanto as empresas quanto os indivíduos defrontam-se com uma enorme variedade de riscos, situação que os leva a buscarem ajuda e ferramentas adequadas, de forma que as decisões sejam tomadas mais racionalmente e estejam fundamentadas em uma criteriosa análise de custo-benefício.

O autor relata ser esse o processo de gestão de riscos, no qual os riscos são avaliados pelo grau que representam (alto, médio e baixo), resultando em decisões mais seguras, com o uso de ferramentas qualitativas e quantitativas de sofisticação variável, para que se possa compreender a evolução e respectiva dimensão dos riscos com o objetivo de mitigá-los e controlá-los.

O COSO-ERM, segundo Moeller (2007, p. 22), apresenta quatro etapas para o gerenciamento de riscos: identificação do risco, avaliação quantitativa e qualitativa dos riscos levantados, elaboração de um plano de prioridades e respostas (ações) e monitoramento do risco.

Independentemente de os gestores utilizarem o modelo COSO-ERM ou outro modelo qualquer de avaliação de risco, há sempre a necessidade de se identificar e compreender os vários riscos, como observa o autor citado. Esses riscos seriam aqueles que envolvem a organização como um todo e precisam ser avaliados em termos da probabilidade de seus impactos em termos de custos.

O autor ressalta a necessidade de se desenvolver respostas em função do risco que o suposto evento representa, de elaborar um documento contendo procedimentos para descrever o que pode acontecer e de apontar as ações corretivas necessárias.

Ademais, conforme observa Moeller (2007, p. 22), o processo de gestão de riscos deve envolver a empresa de maneira sistêmica, incluindo as pessoas de todos os níveis hierárquicos e de todas as unidades organizacionais. Em complementaridade, segue a definição de Gestão de Riscos dada pelo COSO:

o gerenciamento de riscos corporativos é um processo conduzido em uma organização pelo conselho de administração, diretoria e demais empregados, aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar em toda organização eventos em potencial, capazes de afetá-la e administrar os riscos de modo a mantê-los compatíveis com o apetite a risco da organização e possibilitar garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos (COSO, 2007, p. 4).

De maneira análoga, ao considerar a gestão de riscos como um elemento central na gestão estratégica das organizações, a FERMA apresenta a seguinte definição para Gestão de Riscos:

É o processo através do qual as organizações analisam metodicamente os riscos inerentes às respectivas atividades, com o objetivo de atingirem uma vantagem sustentada em cada atividade individual e no conjunto de todas as atividades. (FERMA, 2003, p. 3).

Em suma, o objeto central da Gestão de Riscos vai além de sua identificação e mitigação. A sua contribuição fundamental consiste em agregar valor de forma sustentada para todas as atividades da organização, observando-se, nesse processo, a potencialidade dos aspectos negativos e positivos vinculados a eventos que possam causar impacto na dinâmica da organização. Isso significa direcionar esforços para transformar o que é negativo em positivo ou ameaças em oportunidades.

2.4 A pesquisa científica: a relevância da bibliometria

O que se busca com a pesquisa científica é o aumento do conhecimento científico, sem prescindir de sua divulgação e avaliação. De acordo com Ruiz (1996, p. 48), “pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com normas da metodologia consagradas pela ciência”.

O conhecimento científico, para Mattar (2005, p. 4), de maneira semelhante ao filosófico, é racional e, por isso, deve ser sistemático, para poder revelar aspectos da realidade. Nesse sentido, o autor afirma que o conhecimento científico ocorre de maneira circular, pois, partindo da observação da realidade extraída teoricamente, volta à realidade e retorna à abstração, em um fluxo repetitivo entre a experiência e a teoria.

Adicionalmente, observa que “as noções de experiência e verificação são essenciais nas ciências; o conhecimento científico deve ser justificado e é sempre passível de revisão, desde que se possa provar sua inexatidão” (MATTAR, 2005, p. 4).

Essa preocupação também é apresentada por Cardoso et al. (2005, p. 35) quando destacam: “Mapear e conhecer trabalhos acadêmicos publicados em determinada área por meio de revisões sistemáticas é uma das formas de possibilitar a avaliação e a reflexão desses trabalhos e da área em questão”.

Para que essa verificação e avaliação sistemática ocorram, é necessário que a produção científica seja comunicada e esteja disponível para tal finalidade crítica, como observam Araújo, Oliveira e Silva (2009, p. 1), citando Oliveira (2002) e Mendonça Neto, Riccio e Sakata (2009):

O meio mais utilizado para a comunicação científica quer em âmbito nacional ou internacional, é a divulgação dos trabalhos em congressos e periódicos, tendo como função construir um indicador do potencial em diferentes áreas do conhecimento. O conhecimento gerado pelas produções científicas acrescenta um inigualável valor a diferentes áreas, já que dão suporte cada vez mais para a criação e disseminação de avanços, acarretando o desenvolvimento científico-social.

Nesse sentido, conforme ressaltam Leite Filho e Lacerda Siqueira (2007, p. 2), a bibliometria pode ser uma das maneiras para avaliar-se a produção científica de uma determinada área do conhecimento, tendo como objeto o estudo das referências bibliográficas e de outros aspectos das publicações, por meio de métodos estatísticos adequados.

2.4.1 Bibliometria: evolução histórica, conceitos e objetivos

De acordo com Fonseca (1986, p. 10), foi o belga Paul Otlet quem criou a palavra bibliometria, que apareceu pela primeira vez no artigo “*La statistique internationale des imprimés*”, publicado em Bruxelas em 1900 no *Bulletin de l’Institut International de Bibliographie*.

Para Otlet (FONSECA, 1986, p. 20), “em todos os campos do conhecimento, a medida é uma forma superior de abordagem. É oportuno constituir, num conjunto coordenado, as medidas relativas ao livro e ao documento: a Bibliometria”.

Como justificativa para o estabelecimento de medidas que pudessem contribuir para uma avaliação quantitativa da bibliografia, Otlet (FONSECA, 1986, p. 20) afirma que “o livro não tem sido medido, tanto na sua realidade objetiva e material como no seu aspecto subjetivo e intelectual. Esforços nesse sentido são, portanto, desejáveis”.

Ademais, considera a bibliometria como parte integrante e definida da bibliografia, atribuindo a ela o papel de mensurar quantitativamente o livro, pois todos os elementos envolvidos na bibliografia são, em princípio, passíveis de mensuração. E o objetivo dessa medição seria poder comparar um livro qualquer a um padrão de livro, o qual deveria constituir-se no melhor dos livros.

Okubo (1997, p. 6) define a bibliometria como a ferramenta pela qual é possível observar o estado da ciência e da tecnologia em um determinado campo do conhecimento, examinando toda a literatura sobre a produção científica existente. Ela seria o meio para situar um determinado país em relação ao mundo, uma instituição em relação ao país e, igualmente, um cientista em relação à sua própria comunidade científica.

Em contraste com o passado, os indicadores de atividade científica estão atualmente no centro dos debates políticos, principalmente quando se compara os avanços na ciência e na tecnologia com os resultados obtidos em termos de desenvolvimento econômico e social (OKUBO, 1997, p. 6).

Em vista da conscientização sobre as vantagens de se utilizar pareceres e se fazer escolhas com base em critérios que melhor caracterizem a evolução quantitativa da produção científica, ainda para o referido autor, esse pode ser um fator explicativo do aumento da importância da bibliometria na atualidade.

Para exemplificar, Okubo (1997, p. 9) cita os seguintes campos de estudo, nos quais a bibliometria tem sido empregada: história da ciência, ciências sociais, análise da documentação e desenvolvimento de indicadores bibliométricos para formulação de políticas na área de pesquisa e desenvolvimento.

Conforme Glänzel (2003, p. 5), a bibliometria tem, nas últimas décadas, transformado-se na ferramenta-padrão para administrar-se a política de pesquisa científica. Além disso, o desenvolvimento de indicadores científicos confiáveis, usados para avaliar estatisticamente as citações sobre publicações com base em sofisticadas técnicas bibliométricas, principalmente por parte de instituições européias, tem tido considerável significado.

Como aponta Araújo (2006, p. 12), a bibliometria é uma “técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico”. Ademais, tem origem no começo do século XX, fundamentada na necessidade de se estudar e avaliar as atividades de produção e comunicação científicas.

O autor relata que o termo bibliometria popularizou-se a partir de 1969, após a publicação do artigo “Bibliografia estatística ou bibliometria?”, de autoria de Alan Pritchard (publicado no *Journal of Documentation*, Londres, v. 25, n. 4, p. 348-349, dez. 1969); pois, antes disso, era conhecida como bibliografia estatística. E pelo fato de a bibliometria utilizar métodos quantitativos por ocasião da avaliação objetiva da produção científica, essa característica passa a ser o seu ponto central.

Para Wahlmann (2008, p. 71), “a bibliometria constitui um importante instrumento de avaliação da produção científica e é utilizada nas diversas áreas de conhecimento mediante levantamentos quantitativos, aplicação de indicadores e verificação de comportamentos típicos”.

Vanti (2002, p. 152) constata que, nas últimas décadas, tem aumentado o interesse de se avaliar os avanços científicos e de se determinar o desenvolvimento atingido pelas várias disciplinas do conhecimento, o que implica medir a produtividade dos centros de pesquisa e dos pesquisadores individuais. O foco estaria em observar e identificar as instituições e áreas científicas com maiores potencialidades, a fim de direcionar os recursos públicos para pesquisa e desenvolvimento de acordo com determinadas prioridades.

Para Vanti (2002, p. 152), há várias maneiras de medir, no sentido de avaliar a ciência e os fluxos de informação decorrentes, destacando-se entre elas a bibliometria, a cienciometria, a informetria e a webometria, esta última a mais nova delas.

Vanti (2002, p. 152), com base em um levantamento feito com diversos autores citados em seu texto, apresenta a seguinte conceituação para a bibliometria: “desenvolve padrões e modelos matemáticos para medir esses processos, usando seus resultados para elaborar previsões e apoiar tomadas de decisões” (Nota19: TAGUE-SUTCKIFFE, tradução de Macias-Chapula, 1998, p. 134).

Para Guedes e Borschiver (2005, p. 2), a “bibliometria é um conjunto de leis e princípios empíricos que contribuem para estabelecer os fundamentos teóricos da Ciência da Informação”.

Um dos conceitos de bibliometria mais utilizados, segundo Guedes e Borschiver (2005, p. 2), consta do artigo escrito pelo inglês Alan Pritchard (publicado no *Journal of Documentation*, s. 1, v. 25, n. 4, p. 348-349, dez. 1969): “todos os estudos que tentam quantificar os processos de comunicação escrita”.

Em um sentido mais amplo, Café e Bräscher (2008, p. 55) sugerem que a “bibliometria pode ser definida como um conjunto de leis e princípios aplicados a métodos estatísticos e matemáticos que visam o mapeamento da produtividade científica de periódicos, autores e representação da informação”.

Para Macias-Chapula (1998, p. 134), todo avanço do conhecimento científico produzido por pesquisadores precisa ser informado à comunidade, pois um documento científico é o resultado expresso de uma pessoa ou grupo trabalhando em uma frente de pesquisa. E por essa razão enfatiza a necessidade do uso de indicadores para a atividade científica, que permitam a avaliação do progresso da ciência e da tecnologia frente ao progresso econômico e social.

O mesmo autor ressalta que o uso de indicadores científicos pode permitir a revisão de políticas científicas, que teriam os seus resultados melhor avaliados tanto em termos do uso de verbas quanto pessoal, mas, principalmente, em termos do alcance social desses avanços científicos.

Ao considerar os aspectos anteriormente apontados, o autor afirma que “em tudo o que se refere à ciência, os indicadores bibliométricos e cientiométricos tornaram-se essenciais” (MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 134). E a partir de 1988, o uso da informetria como campo geral de estudos, que inclui as áreas mais antigas da bibliometria e da cientiometria, tornou-se algo comum entre os cientistas, principalmente dos Estados Unidos e da Europa.

De acordo com Tague-Sutcliffe (1992) apud Macias–Chapula (1998, p. 134), a bibliometria “é o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada” em contraposição à cienciométrica, que corresponde aos aspectos quantitativos da ciência enquanto uma disciplina ou atividade econômica”.

Para Alvarado (1984, p. 91), o uso de termos como a biometria (usado na biologia), a psicometria (usado na psicologia) e a econometria (usado na economia) estiveram muito presentes por volta de 1920, inspirando a criação da sociometria, que se ocuparia de problemas relacionados ao *socius* (sócio, companheiro) e ao *metrum* (medida).

Conforme o referido autor, em torno de 1970, no Brasil, quando da instalação do curso de Mestrado em Ciência da Informação pelo então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), sucedido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), foi implantada a disciplina Processamento de Dados na Documentação.

Tal disciplina foi introduzida por *Tefko Saracevic*, da *School Library Science, Case Western Reserve University* de Cleveland, Ohio, USA. A partir dessa época, segundo o autor, iniciou-se no Brasil uma verdadeira “febre” pela bibliometria, que passou a ser aplicada nos mais diversos campos do conhecimento.

Para efeito de ilustração, em um levantamento feito pelo referido autor para o período de 1972 a 1983, verificou-se a existência de 78 trabalhos elaborados com a utilização de técnicas bibliométricas, resultando em uma média de 6,5 trabalhos por ano.

Então, conforme os parágrafos antecedentes, pode-se destacar que a bibliometria ao longo de sua trajetória, além da evolução conceitual e das técnicas estatísticas desenvolvidas, tem tornado possível a avaliação crítica da própria produção científica por parte da comunidade em geral. Isso pode ter implicações significativas no estabelecimento de políticas mais adequadas no sentido da aplicação mais racional de recursos humanos, financeiros e econômicos nessa área.

2.4.1.1 Leis básicas da bibliometria

Segundo Araújo (2006, p. 13), são três as leis aplicáveis à bibliometria: a Lei de Lotka, a Lei de Bradford e a Lei de Zipf, descritas a seguir:

a) a Lei de Lotka foi formulada em 1926 com base em um estudo para determinar a produtividade de cientistas. O seu autor, Alfred J. Lotka, verificou que uma proporção significativa da literatura científica tinha sido produzida por um número pequeno de autores, enquanto um grande número de autores tinha produzido quantidade semelhante ao do pequeno grupo. Essa constatação permitiu a Lotka deduzir o que ele denominou de a lei do quadrado inverso: $an = \frac{a_1}{n^c}$, onde a_n é a frequência de autores publicando um número n de trabalhos, a_1 é o número de autores que assinaram apenas um artigo e c corresponde a um valor constante para cada campo científico ($c \approx 2$) (WAHLMANN, 2008, p. 72).

b) a Lei de Bradford foi formulada em 1934 por Samuel C. Bradford, considerando a possibilidade de descobrir com qual extensão artigos de um assunto específico apareciam em periódicos destinados a outros assuntos, estudando a distribuição dos artigos em termos de variáveis de proximidade ou de afastamento. Assim ficou enunciada a lei de Bradford: “se os periódicos forem ordenados em ordem de produtividade decrescente de artigos sobre um determinado assunto, poderão ser distribuídos num núcleo de periódicos mais particularmente devotados a esse assunto e em diversos grupos ou zonas contendo o mesmo número de artigos que o núcleo, sempre que o número de periódicos e das zonas sucessivas for igual a $1:n:n^2$ ” (PINHEIRO, 1983, p. 62).

c) a Lei de Zipf (George Kingsley Zipf), formulada em 1949, busca quantificar e descrever a relação entre as palavras existentes em um determinado texto, com vistas a estabelecer a ordem de grandeza com que aparecem.

Guedes e Borschiver (2005, p. 3) confirmam que as principais leis da bibliometria são: a Lei de Bradford (que visa a medir a produtividade dos periódicos), a Lei de Lotka (que objetiva a mensurar a produtividade científica dos autores) e a Lei de Zipf (que analisa a frequência das palavras).

Adicionalmente, os autores relatam que a Lei de Bradford permite estimar o grau de importância de periódicos em uma área de conhecimento, sendo possível identificar a formação de um núcleo de periódicos supostamente de maior qualidade ou relevância para a área-objeto de estudo.

Segundo Brookes (1969) apud Guedes e Borschiver (2005, p. 4), “se periódicos científicos forem ordenados em ordem decrescente de produtividade de artigos sobre determinado assunto, poderão ser divididos em um núcleo de periódicos mais particularmente dedicados ao assunto e em vários grupos ou zonas contendo o mesmo número de artigos que o núcleo. O número de periódicos (n), no núcleo e zonas subsequentes, variará na proporção $1:n:n^2 \{ \dots \}$ ”.

Ainda para esses autores, a Lei de Bradford indica que assim que os primeiros artigos sobre um novo assunto são escritos e passados por uma pequena seleção por periódicos apropriados, no caso de serem aceitos acabam atraindo mais e mais artigos, à medida que aquele assunto vai desenvolvendo-se.

De maneira simultânea, conforme os mesmos autores, outros periódicos começam a publicar seus primeiros artigos sobre o assunto e se esse assunto continua em um processo de desenvolvimento poderá surgir um núcleo de periódicos que redundará em periódicos mais produtivos em termos de artigos sobre tal assunto. Seria equivalente ao sucesso gerando sucesso.

Os referidos autores salientam que a Lei de Bradford pode ser um instrumento útil para o estabelecimento de políticas mais adequadas à gestão de sistemas de informação e do conhecimento científico e tecnológico. Já por meio da Lei de Lotka é possível identificar que alguns pesquisadores, supostamente de maior prestígio em determinada área de conhecimento, produzem bastante e muitos pesquisadores, supostamente de menor prestígio, produzem pouco.

Segundo Voos (1974) apud Guedes e Borschiver (2005, p. 5), a Lei de Lotka “enuncia que a relação entre o número de autores e o número de artigos publicados por esses, em qualquer área científica, segue a Lei do Quadrado Inverso ($1/n^2$)”.

Os autores mencionados explicam que, em um dado período de tempo, ao se analisar um número n de artigos, o número de pesquisadores que escreveram dois artigos seria igual a $\frac{1}{4}$ do número de pesquisadores que escreveram um único artigo. E o número de pesquisadores que escreveram três artigos seria igual a $\frac{1}{9}$ do número de pesquisadores que escreveram um único artigo.

No que diz respeito à Lei de Zipf, os autores dizem que, por meio dessa lei, é possível estimar a frequência de ocorrência de determinadas palavras em um texto científico e tecnológico, com vistas a identificar a região de concentração de termos de indexação ou

palavras-chave, sendo viável verificar quando um pequeno grupo de palavras ocorre muitas vezes e quando um grande número de palavras aparece em poucas ocasiões no texto.

De acordo com Guedes e Borschiver (2005, p. 5), Zipf observou que:

num texto suficientemente longo, existia uma relação entre a frequência que uma dada palavra ocorria e sua posição na lista de palavras ordenadas segundo sua frequência de ocorrência. Essa lista era confeccionada, levando-se em conta a frequência decrescente de ocorrências. À posição nessa lista dá-se o nome de ordem de série (rank). Assim, a palavra de maior frequência tem ordem de série 1, a de segunda maior frequência, ordem de série 2 e assim sucessivamente. Zipf observou, também, que o produto da ordem de série (r) de uma palavra, pela sua frequência de ocorrência (f) era aproximadamente constante (c). Enunciou assim que: $r.f. = c$ o que ficou conhecida como a primeira Lei de Zipf.

Há ainda, de acordo com os autores, uma segunda Lei de Zipf, conhecida também como Lei de Zipf-Booth (BOOTH, 1967), em que se observa, em um determinado texto, que várias palavras de baixa frequência de ocorrência (alta ordem de série) têm a mesma frequência, observação que pode ser expressada na seguinte fórmula: $\frac{I_1}{I_n} = \frac{n(n+1)}{2}$, em que

I_1 é o número de palavras com frequência 1, I_n é o número de palavras com frequência n, sendo 2 a constante válida para a língua inglesa.

Para os mesmos autores, essa segunda Lei de Zipf também sofreu uma modificação, introduzida por Goffman (1966), ficando conhecida como o Ponto de Transição (T) de Goffman, cuja fórmula é $n = -1 + \frac{\sqrt{1+8I_1}}{2}$.

Ainda na visão dos autores, o Ponto T de Goffman, representado por n na fórmula, determina graficamente a localização onde ocorre a transição das palavras de baixa frequência para as de alta frequência. Isso porque ao redor desse ponto há uma região com elevada probabilidade de concentrar as palavras de grande conteúdo semântico, que seriam aquelas usadas para a indexação de um determinado texto.

Por fim, há a Lei de Pareto ou Princípio de Pareto, formulada por Vilfredo Pareto, economista, sociólogo e engenheiro italiano que viveu entre 1848 e 1923, o qual lecionou na Universidade de Lausanne na Suíça no período de 1892 a 1907 (SANDRONI, 1996, p. 381).

O Princípio de Pareto (ou análise de Pareto) é uma técnica que permite selecionar prioridades quando se enfrenta grande número de problemas ou quando é preciso localizar as mais importantes de um grande número de causas. De acordo com ele, a maior quantidade de ocorrências ou efeitos está associada à uma pequena quantidade de causas, daí esse princípio

também ser conhecido como 80/20. Pode-se dizer, também, que 20% das causas geram 80% dos efeitos (MAXIMIANO, 2007, p. 92).

No quadro que sucede, Guedes e Borschiver (2005, p. 11) resumem as leis e princípios citados nesta seção, incluindo as relativas à análise de citações, tais como a Frente de Pesquisa e Colégios Invisíveis, o Fator de Imediatismo ou de Impacto, o Acoplamento Bibliográfico e a Co-Citação, a Obsolescência e a Vida-Média, a Lei do Elitismo e a Teoria Epidêmica de Goffman:

Ciência da Informação		
Bibliometria		
Leis e Princípios	Focos de Estudo	Principais Aplicações
Lei de Bradford	Periódicos	Estimar o grau de relevância de periódicos em dada área do conhecimento
Lei de Lotka	Autores	Estimar o grau de relevância dos autores em dada área do conhecimento
Lei de Zipt	Palavras	Indexação automática de artigos científicos e tecnológicos
Ponto de Transição (T) de Goffman	Palavras	Indexação automática de artigos científicos e tecnológicos
Colégios Invisíveis	Citações	Indexação da elite de pesquisadores em dada área do conhecimento
Fator de Imediatismo ou de Impacto	Citações	Estimar o grau de relevância de artigos, cientistas e periódicos em determinada área do conhecimento
Acoplamento Bibliográfico	Citações	Estimar o grau de ligação de dois ou mais artigos
Co-citação	Citações	Estimar o grau de ligação de dois ou mais artigos
Obsolescência da Literatura	Citações	Estimar o destino da literatura de determinada área do conhecimento
Vida-Média	Citações	Estimar a vida-média de uma unidade da literatura de dada área do conhecimento
Teoria Epidêmica de Goffman	Citações	Estimar a razão de crescimento e declínio de determinada área do conhecimento
Lei do Elitismo	Citações	Estimar o tamanho da elite de determinada população de autores
Frente de Pesquisa	Citações	Identificação de um padrão de relação múltipla entre autores que se citam
Lei dos 80/20	Demanda de Informações	Composição, ampliação e redução de acervos

QUADRO 3 - Resumo das principais leis e princípios bibliométricos

Fonte: Guedes e Borschiver (2005, p. 11).

Em complemento ao uso das Leis de Bradford, Lotka e Zipf, Alvarado (1984, p. 91) também enfatiza, conforme já apresentado nesta seção, os seguintes princípios ou conceitos:

- a) a Lei de Goffman descreve a difusão da comunicação escrita como um processo epidêmico;

- b) a Frente de Pesquisa ou Elitismo descreve como uma seleta pequena parte da literatura mais recente está relacionada a uma parte maior da literatura mais antiga;
- c) a Obsolescência/Vida-Média/Idade da Literatura descreve a queda da validade ou utilidade de informações no decorrer do tempo.

Alguns fatores, como a globalização e o avanço da tecnologia no campo da informática e da internet, têm contribuído fortemente para o desenvolvimento da bibliometria, o que a transforma em um importante instrumento para o estabelecimento de diretrizes políticas no campo científico, permitindo que recursos financeiros e humanos sejam mais bem empregados na atividade científica.

Para finalizar este tópico e demonstrar a importância da bibliometria na área da avaliação da produção científica no mundo, especialmente no Brasil, cabe citar a realização do 1º Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cienciometria, no Rio de Janeiro, entre 14 e 16 de setembro de 2008. Na ocasião, compareceram pesquisadores e cientistas brasileiros e estrangeiros vinculados a vários campos do conhecimento científico.

2.4.2 Pesquisas bibliométricas sobre a produção científica em Ciências Contábeis no Brasil e no exterior

Um dos fatores que vem contribuindo para o aumento da produção científica em Ciências Contábeis no Brasil, conforme sugere Wahlmann (2008, p. 46), pode estar vinculado ao crescimento do número de programas de pós-graduação, fator de estímulo à pesquisa e à sua divulgação. É essa produção científica, em grande parte, que tende a ser objeto de avaliação, o que pode justificar o crescente interesse pelo uso da pesquisa bibliométrica no país.

De acordo com a CAPES, órgão vinculado ao Ministério da Educação do Governo Federal Brasileiro, fazem parte da grande área denominada de Ciências Sociais Aplicadas os cursos de mestrado e doutorado em Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Direito, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências da Informação, Comunicação, Urbanismo, Desenho Industrial, Museologia, Planejamento Urbano e Regional e Serviço Social.

São 370 os programas de pós-graduação enquadrados na grande área de Ciências Sociais Aplicadas, aos quais se vinculam 500 cursos de pós-graduação (316 de mestrado, 131 de doutorado e 53 de mestrado profissional), reconhecidos e autorizados a funcionar pela CAPES.

Ainda segundo a CAPES, do total de programas de pós-graduação pertencentes à grande área de Ciências Sociais Aplicadas, 19 são de Ciências Contábeis, os quais se desdobram em 16 cursos de mestrado *stricto sensu*, 4 de doutorado e 3 de mestrado profissional, totalizando 23 cursos.

Beuren e Souza (2008, p. 45) estudaram os dados publicados pela CAPES e observaram que os cursos de pós-graduação *strictu senso* em Ciências Contábeis no Brasil vêm crescendo de forma significativa, passando de 10 cursos avaliados pela CAPES no triênio 2001-2003 para 17 no período de 2004 a 2006. Esse fato tem resultado numa maior quantidade de produção científica na área, comunicada à sociedade por intermédio da apresentação em eventos como o EnANPAD e o Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. Outros meios de divulgação são os periódicos nacionais e internacionais especializados nessa área de conhecimento.

Considerando este cenário positivo para as Ciências Contábeis, o interesse em mensurar os diversos aspectos da produção científica na área tem crescido de forma razoável, efetivando-se por meio de estudos bibliométricos, conforme alguns exemplos nacionais e internacionais apresentados de forma sucinta a seguir.

Rocha, Araújo e Castro Silva (2009) evidenciaram as áreas e os temas em que está concentrada a maioria das pesquisas em Contabilidade Gerencial nos eventos EnANPAD, de 2004 a 2008. Examinaram 195 artigos e aplicaram a Lei de Zipf, constatando que houve uma redução nas publicações com a denominação de Contabilidade Gerencial no EnANPAD de 2008. Todavia, verificaram que a tipologia “outros” em Contabilidade Gerencial vem crescendo desde 2005, demonstrando novos interesses dos pesquisadores brasileiros.

Leite Filho e Lacerda Siqueira (2007) analisaram as principais características bibliométricas da Revista Contabilidade & Finanças da USP no período de 1999 a 2006. Analisaram 147 artigos e aplicaram a Lei de Lotka, concluindo que, no período em questão, houve predominância de autoria do gênero masculino, a colaboração entre dois autores foi a mais frequente (47%) e 76% dos autores tiveram apenas uma contribuição no periódico. Nas referências bibliográficas, enfatizaram a utilização de livros (40%), seguidos de artigos em

periódicos (23%). Além disso, foram encontrados indícios de endogenia, com a maioria dos autores vinculados à USP.

Leite Filho (2008) analisou a produtividade científica dos autores em anais de congressos e periódicos brasileiros na área de Contabilidade aplicando a Lei de Lotka. Os resultados evidenciaram uma padronização de publicação da área, a predominância de autores do gênero masculino, indícios de forte endogenia de instituições nacionais e concentração de autoria vinculada a poucas instituições, que apresentaram as mais altas frequências relativas nos veículos de publicação.

Oliveira e Carvalho (2008) examinaram a produção científica sobre Auditoria em periódicos, anais, dissertações e teses dos programas de mestrado e doutorado em Ciências Contábeis, a partir de levantamento efetuado nos Cadernos de Indicadores da CAPES, para o triênio 2004-2006. Aplicaram as Leis de Bradford e de Lotka, observando que foram produzidos 3.280 trabalhos e 653 teses e dissertações, conjuntamente em 13 programas de pós-graduação, sendo o programa da USP o que apresentou maior número de publicações na área. Outra constatação é que a publicação em periódicos internacionais ainda é muito baixa, não havendo nenhuma em Auditoria.

Theóphilo e Iudicibus (2005) fizeram um estudo de natureza crítico-epistemológica com foco na produção científica em Contabilidade no Brasil. Analisaram, no período de 1994 a 2003, 178 teses e dissertações dos programas de pós-graduação recomendados pela CAPES, além de 26 artigos de periódicos e 34 trabalhos de congressos com as melhores avaliações Qualis/CAPES. Os 238 trabalhos foram analisados nas dimensões epistemológica, teórica, metodológica e técnica, com base em modelo próprio, além do exame de conteúdo. Os resultados da análise crítica indicaram melhoria geral na qualidade metodológica dos trabalhos ao longo do período estudado.

Silva, Oliveira e Ribeiro Filho (2005) realizaram um estudo bibliométrico com o objetivo de avaliar a importância da Revista Contabilidade & Finanças da USP no meio acadêmico nacional e verificar as transformações ocorridas no periódico, desde a pesquisa realizada por Martins (2002).

Verificaram que, simultaneamente às mudanças quantitativas ocorridas na revista, houve acréscimo na sua periodicidade. Apuraram ainda que as referências sobre artigos científicos, dissertações e teses aumentaram muito, em detrimento das indicações bibliográficas, o que a coloca em linha com o que está ocorrendo internacionalmente.

Cardoso et al. (2005) realizaram estudo bibliométrico em 60 artigos, de um total de 2.037 publicados no período 1990 a 2003 nas revistas nacionais classificadas com conceito A pela CAPES. Analisaram a distribuição, as características metodológicas, a evolução e a temática das publicações científicas em Contabilidade e a produção de seus autores, utilizando a pesquisa descritiva por meio da Lei de Lotka.

Concluíram que a produção em Contabilidade ainda é muito baixa, perfazendo apenas 2,95% do total de artigos publicados no período analisado. Quanto aos autores de Contabilidade, segundo a pesquisa, apresentam uma produção menor em relação à internacional e inferior também aos seus pares da área de Administração e Finanças no Brasil. Outro dado relevante é que 80,52% dos autores aparecem com um único artigo publicado no período, bem acima do que é considerado normal pela Lei de Lotka (60,80%).

Lunkes et al. (2009) estudaram o perfil da produção científica sobre Controladoria existente nos anais do Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC), em 2000, 2004 e 2008. Os resultados obtidos podem ser assim resumidos: os artigos escritos por um único autor representam 45% do total e a FECAP foi a instituição responsável pelo maior número de artigos (dois).

Os artigos, em sua maioria, tiveram bases empíricas. Apesar de todos enquadrarem-se na perspectiva da gestão econômica, o alinhamento não ocorreu com as funções básicas. Salienta-se que as referências foram registradas basicamente por meio de livros nacionais. Convém mencionar que Armando Catelli foi o autor mais citado e a obra mais utilizada foi “Controladoria: uma abordagem da Gestão Econômica – GECON”.

Mendonça Neto, Riccio e Sakata (2009) analisaram a evolução temporal da produção de pesquisa científica em Contabilidade no Brasil com relação às abordagens normativa e positiva nos trabalhos apresentados nos EnANPAD de 1996 a 2005. Avaliaram a produção dos autores com base na Lei de Lotka e, como resultados, apontaram: aumento da abordagem positiva de 33,33% (1990) para 89,36% (2005), produtividade dos autores inferior ao que postula a Lei de Lotka, indicando menos concentração do conhecimento contábil do que o previsto na referida lei.

Quintas, Spessato e Fernandes (2009) estudaram a produção científica sobre Gestão de Riscos na Revista de Contabilidade e Finanças da USP, por meio da metodologia descritiva com abordagem quantitativa, entre 1989 e 2008. Concluíram que os artigos sobre Gestão de

Riscos, na referida publicação, tornaram-se mais frequentes e numerosos a partir de 2003, logo após a aprovação da Lei Sarbanes-Oxley em 2002.

Cardoso, Oyadormari e Mendonça Neto (2007) analisaram a influência da *Positive Accounting* sobre a produção científica dos programas de pós-graduação *stricto sensu* de Contabilidade no Brasil. Os autores examinaram os artigos referentes ao assunto em publicações classificadas como Nacional A e Internacional A, por meio da pesquisa descritiva documental e da Lei de Lotka na etapa bibliométrica.

Os resultados obtidos podem assim ser resumidos: é inegável o crescimento da influência da *Positive Accounting Theory* na produção científica dos programas de pós-graduação *stricto sensu* de Contabilidade, e a produção na área apresenta uma concentração de autores superior aos padrões empíricos dados pela Lei de Lotka.

Silva, Toledo Filho e Pinto (2009) examinaram as referências utilizadas nas publicações sobre Controladoria nos periódicos editados pelos 17 programas de pós-graduação em Ciências Contábeis recomendados pela CAPES. A amostra correspondeu a oito programas que disponibilizam o acesso aos periódicos por meio eletrônico. Com base em análise bibliométrica, concluíram que 55,4% das referências utilizadas nos artigos pesquisados são internacionais.

Martins e Silva (2005) analisaram, com base na abordagem bibliométrica, a plataforma teórica utilizada pelos autores dos textos aprovados e divulgados nos terceiro e quarto Congressos USP de Controladoria e Contabilidade, realizados em 2003 e 2004 respectivamente. Examinaram 221 textos envolvendo 3.795 referências, constatando a média de 17 referências por texto.

Concluíram que ainda não há um núcleo sólido de referências teóricas nas pesquisas de Ciências Contábeis, mas há uma variabilidade muito grande nas obras utilizadas, uma forte dispersão das fontes utilizadas, não se distingue clássicos nacionais ou internacionais, os autores raramente consultam periódicos, ignoram publicações de anais de congressos e, ocasionalmente, referenciam citações vindas de endereços eletrônicos. Os livros de Teoria de Contabilidade de Iudícibus e de Hendricksen e Breda foram os mais citados nos textos analisados.

Cardoso, Pereira e Guerreiro (2007) traçaram um perfil da pesquisa em Custos no âmbito da temática de Contabilidade e Controle Gerencial do EnANPAD entre 1998 e 2003.

Revisaram 170 artigos aceitos na área temática, excluindo 32 artigos que abordavam especificamente aspectos sobre Custos.

Os resultados obtidos são sintetizados a seguir: destaque para o crescimento da importância da Contabilidade no EnANPAD, que em 1998 (primeiro ano da temática no evento) representava 4,8% do total de trabalhos e em 2003 saltou para 8,89%; e presença forte da abordagem empírica nos trabalhos, um aspecto positivo segundo os autores e que revelou a não-fundamentação das pesquisas somente em revisão da literatura.

Quanto à área de Custos, observou-se a pouca utilização de técnicas de custos para demonstrar as aplicações sugeridas e o pouco uso de métodos quantitativos em apoio aos métodos empíricos. E quanto aos estudos de caso, simplesmente ilustraram a teoria consolidada, sem o aprofundamento de análises e conclusões.

Wahlmann (2008) descreveu algumas características da produção científica em Controladoria no período de 1997 a 2006. Analisou 154 artigos publicados em revistas com classificação A e B pela Qualis/CAPES na área contábil e os resultados obtidos podem ser assim resumidos: a temática Controladoria representou 4,43% dos trabalhos publicados nos periódicos analisados e a Lei de Bradford revelou a existência de três núcleos de periódicos referentes às publicações em Controladoria.

Além do mais, as Leis de Lotka e de Pareto indicaram a inexistência de uma elite de pesquisadores sobre Controladoria no Brasil e a dispersão do conhecimento entre um grande número de pesquisadores. Mais de 80% dos trabalhos originaram-se de programas de pós-graduação *stricto sensu* da área de Contabilidade e, destes, calcula-se que 94,2% dos autores eram alunos de programas de pós-graduação em Ciências Contábeis, Administração e Engenharia.

Faro (2007) desenvolveu um estudo bibliométrico com o objetivo de analisar a produção científica na área de Contabilidade Gerencial no período de 1997 a 2007. Para tanto, utilizou as cinco principais publicações internacionais da área, consideradas pela autora as mais influentes em Contabilidade.

Sua pesquisa baseou-se em um estudo realizado por Shields (1997) e teve a seguinte conclusão: “a análise dos dados nos permite verificar que o grande foco da pesquisa em Contabilidade Gerencial, a exemplo da pesquisa realizada por Shields há 10 anos e que cobriu o período de 1990 a 1996, ainda está nos estudos relacionados a Sistemas de Controle Gerencial”.

Magalhães (2006) objetivou levantar, caracterizar e analisar as fontes de informações utilizadas na construção das 48 teses defendidas no doutorado da FEA-USP entre 2002 e 2005. Foi um estudo quantitativo com abordagem bibliométrica sobre as plataformas teóricas dos trabalhos.

No aspecto qualitativo, realizou análise de conteúdo, tentando entender as motivações dos autores para empreender tais pesquisas. Algumas conclusões: das 5.737 referências analisadas, os livros foram os documentos mais citados, seguidos de artigos de periódicos, sendo que os cinco autores mais citados pertencem à FEA-USP, dos quais quatro orientaram 1/3 das teses examinadas.

A seguir, são examinados alguns trabalhos da área de Contabilidade, produzidos internacionalmente, envolvendo pesquisa bibliométrica.

Zeff (1996) identificou e analisou, com base em critérios bibliométricos, 77 jornais especializados em pesquisa acadêmica na área de Contabilidade editados na língua inglesa. Observou que o número de publicações nessa área passou de 42 em 1988 para 77 em 1996; além disso, constatou que a tendência no futuro seria a elaboração e a publicação desses periódicos em meios eletrônicos e sua disponibilização na forma impressa.

McEwen e Hunton (1999) realizaram um amplo trabalho de pesquisa a fim de saber onde os melhores analistas financeiros dos Estados Unidos buscavam as informações necessárias para fazer suas previsões sobre o desempenho futuro das empresas.

Havia indícios (preocupação também explicitada pelo AICPA desde 1994) de que os analistas, em muitas ocasiões, deixavam de considerar informações relevantes contidas, por exemplo, em notas de rodapé nos relatórios produzidos pelas empresas, preferindo focar as suas análises apenas nos demonstrativos de resultados e a fazer, a partir disso, as suas projeções. Muitas vezes, essas projeções sofriam grandes desvios quando se comparava o realizado com o estimado.

Para tanto, os autores examinaram detalhadamente vários modelos de relatórios anuais, concluindo que o fato de analistas ignorarem certas informações relevantes em suas análises poderia estar vinculado à falta de treinamento ou mesmo a uma deficiência educacional, não necessariamente à ausência de informações nos relatórios.

Chung, Park e Cox (1992) pesquisaram a existência ou falta de regularidade em termos de padrões por parte de pesquisadores da área de Contabilidade. Para tanto, estudaram

artigos publicados em 14 revistas americanas entre 1968 e 1988, ocasião em que aplicaram a Lei de Lotka.

Os autores concluíram que há forte regularidade bibliométrica na literatura contábil, indicando aderência à Lei de Lotka: 57,7% dos autores produziram um único artigo (Lei de Lotka = 60,8%); 16,8%, dois artigos (Lei de Lotka = 15,2%); 8,6%, três artigos (Lei de Lotka = 6,8%) e 9,8% produziram mais de nove artigos (Lei de Lotka = 11,0%).

Sprinkle (2003) estudou a importância da pesquisa experimental na Administração Contábil e desenvolveu um modelo para entender e avaliar as contribuições das pesquisas na área. Uma de suas conclusões revelou a importância fundamental da administração da informação contábil, que tem dois papéis críticos: influenciar e facilitar as decisões.

Shields (1997) analisou 152 artigos publicados por norte-americanos durante os sete primeiros anos da década de 1990, com vistas a conhecer o estado da pesquisa em Administração Contábil. Os mais importantes jornais pesquisados foram: *Accounting, Organizations and Society*; *The Accounting Review*; *Contemporary Accounting Research*; *Journal of Accounting Research*; e *Journal of Management Accounting Research*.

O autor analisou e comparou os artigos publicados a partir dos temas/tópicos, setores (empresas, governos, organizações não-governamentais), teorias, métodos de pesquisa utilizados e resultados obtidos. Pela pesquisa empírica efetuada, concluiu que os assuntos que mais apareceram nas publicações analisadas foram: sistema de controle gerencial (envolvendo incentivos diversos, orçamentos, avaliação de performance, preços de transferência e responsabilidade contábil), custos contábeis, gestão de custos e direcionadores de custos.

Hesford et al. (2005) analisaram 916 artigos publicados em jornais especializados, focando a área de Administração Contábil. Esse estudo abrangeu o período de 1981 a 2000, intervalo de tempo que, segundo os autores, provocou muitas mudanças na Administração Contábil.

Os artigos foram classificados por tópicos, métodos, fontes de conhecimento (disciplinas) e dados de citações em dez jornais (periódicos). Na primeira fase do estudo, os artigos foram classificados, tabulados e as tabulações cruzadas de acordo com as características citadas, ao longo do tempo. Essa análise revelou mudanças do controle orçamentário e organizacional para tópicos relacionados com a medição e a avaliação de performance.

Perceberam, também, modificações nos métodos de pesquisa e uma grande influência das disciplinas de Economia na essência das pesquisas sobre Administração Contábil. Em uma segunda fase, utilizaram as técnicas de análise de redes sociais e de citações para avaliar a existência de ligações entre as sub-redes pertencentes à comunidade de estudantes de Administração Contábil.

Essa avaliação considerou aspectos como os tópicos dos artigos, os métodos utilizados e as disciplinas envolvidas. Conforme os autores, a pesquisa indicou a existência de tais redes, cada qual, porém, com as suas peculiaridades, e confirmou a influência da Ciência Econômica nas pesquisas da Administração Contábil.

Bricker (1989) realizou estudo bibliométrico com seis importantes jornais especializados em publicações da área de Contabilidade nos Estados Unidos da América: *Abacus*; *Accounting Organizations and Society*; *The Accounting Review*; *Journal of Accounting and Economics*; *Journal of Accounting and Public Policy* e *Journal of Accounting Research*.

Com o intuito de traçar um perfil desses periódicos em termos da formação de *clusters* de assuntos tratados no âmbito da Contabilidade e de suas relações interdisciplinares, utilizou-se como ferramenta a análise discriminante de dados. Para tanto, considerou-se como amostra 428 artigos publicados pelos periódicos citados, entre 1983 e 1986, estudando as 10.938 citações neles contidas, tendo apurado a média de 25,8 citações por artigo.

A pesquisa foi conduzida pela análise das citações e revelou alguns dados relevantes: enquanto as 10.938 citações foram consideradas como principais pelos periódicos, esses deixaram, segundo o autor, de considerar *papers* importantes, apresentações, monografias e artigos de outros jornais não pertencentes ao grupo de análise. Ademais, muitas fontes de pesquisa em Contabilidade não estavam sendo cobertas pelos periódicos (como por exemplo Tributos, Sistema de Informações e História).

Das 10.938 citações, 10.911 resistiram positivamente à análise; 61 documentos foram citados mais de 10 vezes, sendo que a maior frequência de citação foi de 36 vezes; 3% das citações referiam-se a documentos publicados antes de 1950; 90% a publicações feitas após 1959; e 82% a publicações posteriores a 1969.

Do total de citações, 2.396 referiam-se aos seis jornais pesquisados, enquanto as remanescentes (8.542) referiam-se a fontes externas a esses periódicos. Os artigos publicados nos jornais *American Economics Review*, *The Journal of Accounting* e *Journal of Finance*

foram os mais citados entre os seis jornais. Pela análise das co-citações, o autor identificou vários *clusters* de assuntos, entre eles o *Financial*, considerado como bem integrado no campo da pesquisa em Contabilidade: *Positive Accounting*, *Market-Based* e *Times-Series*.

Ainda com base na análise das co-citações, o autor identificou *clusters* com graus moderados de integração: o *Managerial* e o *HIP/Behavioral*; e com baixo grau de integração: o *Forecasting Bankruptcy* e o *Income Theory*; e áreas consideradas isoladas em razão da não formação de *clusters*: o *Statistical Auditing*, o *Tax* e o *Studies Academic Accounting*. Nessa pesquisa, o autor buscou, pela análise de citações e de co-citações, identificar as áreas de pesquisa mais integradas em Contabilidade bem como as mais fragmentadas.

A aplicação dessa modalidade de pesquisa vem sendo observada de longa data em várias outras áreas do conhecimento científico, tais como na Saúde Pública, na Educação, na Pesquisa Operacional, na Agronomia, na Engenharia de Produção, no Turismo, entre outras. É o que observa-se no quadro 4.

Título/Autor(es)	Publicação/Data	Foco do Trabalho
Métodos Quantitativos de Apoio à Bibliometria: a Pesquisa Operacional pode ser uma Alternativa? (artigo) Autor: Paulo César Rodrigues Borges (Univ. de Brasília - UnB)	Revista Ciência da Informação, Brasília, v. 31, n. 3, set./dez. 2002	Apresentar uma forma alternativa para aplicar os métodos da Pesquisa Operacional aos fenômenos bibliométricos que surgiram no século.XX, até hoje muito polêmicos.
Análise da Produção Científica Brasileira sobre Teoria da Agência e Assimetria da Informação. Apresentada nos Congressos da USP e EnANPAD no Período de 2004 a 2007 (artigo) Autores: Oliveira, Spessato e Bezerra (USP)	EnANPAD, 2008	Estudo bibliométrico com vistas a analisar a produção científica sobre a Teoria da Agência e Assimetria da Informação nos Congressos USP e EnANPAD no Período de 2004 a 2007.
Um Estudo Bibliométrico da Produção Científica sobre a Educação Jesuítica no Brasil Colonial (artigo) Autores: Hayashi et al. (UFSCAR e USP)	Revista Biblios, ano 8, n. 27, mar./2007	Análise bibliométrica da produção científica Acadêmica sobre a educação Jesuítica no Brasil colonial.
Aplicação da Bibliometria na Construção de Indicadores sobre a Produção Científica da Embrapa (artigo) Autores: Penteado Filho et al. (Embrapa, UFSCAR e USP)	Anais do Congresso Anual da Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento, jan./2002	Construção de indicadores da Produção científica dos pesquisadores da Embrapa.
Análise Cienciométrica de Periódicos Científicos da Área de Letras e Linguística Pertencentes à Lista Qualis 2002 (artigo) Autores: Jander e Santana (UNIPAR)	Revista de Ciências Humanas Akropolis, v. 12, n. 2, abr./jun. 2002	Contribuir com o maior conhecimento sobre as publicações periódicas da área de Letras e Linguística incluídas na Qualis.
A Produção Intelectual Brasileira em Responsabilidade Social e Empresarial - RSE sob a Ótica da Bibliometria (artigo) Autores: Moretti e Campanato (PUC-SP e UNINOVE)	Revista de Administração Contemporânea (RAC), v. 13, edição especial, art. 5, p. 68-86, jun. 2009	Traçar o perfil detalhado dos autores, sua produção e citações bibliográficas utilizadas no EnANPAD entre 1997 e 2007 com a aplicação da Lei de Lotka
Uma Visão da Produção Científica nos Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção através da Bibliometria (artigo) Autores: Amaral et al. (UFSCAR)	XXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção - Florianópolis-SC, 03 a 05 de nov. 2004	Estudo da produção científica nacional na área da Engenharia de Produção no Brasil, através do uso da bibliometria no período de 1997 a 2003.
Análise das Citações das Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado em Saúde Pública (1990-1994): Estudo Exploratório (artigo como parte de tese de doutorado) Autora: Daisy Pires Noronha (USP)	Revista Ciência da Informação, Brasília, v. 27, n. 1, p. 66-75, jan./abr. 1998	Estudo das citações em teses de mestrado e de doutorado na área da saúde pública, com vistas ao estabelecimento de indicadores para a avaliação da produção científica.
Um Estudo Longitudinal da Produção Científica em Administração Direcionada à Temática Ambiental (artigo) Autores: Gallon et al. (FURB, UFSC e UNIVALI-SC)	Revista Alcance-Univali, v. 15, n. 1, p. 81-101, jan./abr. 2008	Traçar um perfil da produção científica em Administração sobre a temática ambiental.
Contribuições para a Construção do Conhecimento Científico em Turismo: uma Análise Bibliométrica dos Artigos Publicados no EnANPAD entre 1997 e 2006 (artigo) Autores: Barbosa de Souza, Pimentel Filho e Faria (UNIVALI e Univ. de Pernambuco)	Revista Eletrônica Biblioteconomia, nº especial, 2º sem. 2008	Estudo bibliométrico da produção científica na área do Turismo publicada nos Anais do EnANPAD de 1997 a 2006.

QUADRO 4 - Exemplos de trabalhos bibliométricos de outras áreas de conhecimento

Fonte: Do autor.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 A questão da pesquisa

Conforme aparece no item 1.1 da presente dissertação, objetiva-se responder à seguinte questão de pesquisa:

“Quais são as características bibliométricas da produção científica dos artigos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos apresentados no Congresso USP e no EnANPAD no período de 2001 a 2008?”

3.2 Tipificação da pesquisa

Para responder à questão de pesquisa proposta e garantir que os objetivos geral e específicos sejam atingidos, emprega-se a pesquisa descritiva, pois busca-se descrever, identificar, analisar, relatar e comparar as características dos artigos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos apresentados no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade (tradicional e Iniciação Científica) e no EnANPAD (CHARROUX, 2004, p. 38-39; GIL, 2002, p. 41-42; VERGARA, 2003, p. 47-49).

A pesquisa tem enfoque quantitativo e efetiva-se pelo levantamento do mapeamento de determinada população. Assume, ao mesmo tempo, características de pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica em razão das consultas a referenciais já tornados públicos, pois baseia-se em livros, artigos, dissertações, teses, documentos legais e sites diversos. Essas consultas são fundamentais no sentido de permitir o aprofundamento do conhecimento teórico sobre a temática pesquisada (CHARROUX, 2004, p. 38; VERGARA, 2003, p. 46-47).

No que tange ao aspecto documental, a pesquisa concentra-se no levantamento e na análise bibliométrica dos artigos selecionados diretamente das fontes primárias já citadas, que são o Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e o EnANPAD, com a aplicação da Lei de Lotka, já descrita no item 2.1.

3.3 Universo da pesquisa

A pesquisa concentra-se na produção científica contida nos 149 artigos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos apresentados no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade (incluindo Iniciação Científica) e no EnANPAD, relativos ao período de 2001 a 2008, retirados do total de 6.960 artigos de ambos os eventos.

3.4 Critérios de seleção da amostra

A amostra, foi definida como o conjunto dos 149 artigos científicos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos apresentados no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e no EnANPAD, no período de 2001 a 2008.

Os referidos artigos foram selecionados a partir da busca por palavras-chave e do exame dos resumos dos 6.960 artigos publicados pelas coordenações de ambos os eventos, referentes ao período de 2001 a 2008. Os artigos do Congresso USP foram obtidos diretamente do site do evento e os do EnANPAD a partir dos CD-ROMs existentes na biblioteca da FECAP. Desse universo, foram retirados os 59 artigos do Congresso USP e os 90 do EnANPAD.

Após essa fase, os artigos passaram por uma leitura atenta e rigorosa com vistas a uma adequada classificação nas categorias de Controle Interno e Gestão de Riscos, para que em seguida fossem classificados em subcategorias (conforme Tabelas 22, 23, 24 e 25). Tal classificação fundamenta-se em uma visão subjetiva do autor, sustentada nos elementos conceituais desenvolvidos no capítulo 2.

Para a busca mencionada, utilizaram-se as seguintes palavras-chave: controle interno, gestão de riscos, gerenciamento de risco, sarbanes-oxley, sox, sarbox, *compliance*, auto-avaliação, *control self assessment*, auditoria interna e sistema de controle interno.

3.5 Levantamento dos dados

Os dados para a análise bibliométrica foram obtidos da amostra de 149 artigos científicos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos originários dos eventos mencionados e foram posteriormente tabulados.

A fim de responder aos objetivos geral e específicos definidos nos itens 1.2.1, 1.2.1.1 e 1.2.1.2 desta dissertação e dada a necessidade de instrumentos para auxiliar de forma padronizada e organizada no levantamento dos dados constantes dos artigos científicos e dos currículos dos autores, foram desenvolvidos os formulários “Roteiro Para Avaliação De Artigo Científico” (Apêndice A) e “Modelo De Levantamento: Curriculum Lattes” (Apêndice B).

O “Roteiro Para Avaliação De Artigo Científico” foi desenvolvido com base nas normas NBR 6022, 6023, 6024, 6028 e 10520 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), indicadas para a elaboração de artigos científicos, e serviu como instrumento para o levantamento dos dados de cada artigo, com vistas a facilitar a análise bibliométrica. Permite também a comparação entre o que é indicado como padrão pelas normas citadas no que diz respeito à apresentação de artigos científicos e o que está sendo recomendado e aceito pelo Congresso USP e pelo EnANPAD.

O formulário denominado “Modelo De Levantamento: Curriculum Lattes” foi desenvolvido especificamente para a obtenção de dados junto ao Curriculum Lattes (CLattes) de cada autor, os quais geralmente não constam nos artigos apresentados no Congresso USP e no EnANPAD. São dados como nome completo, sexo, formação profissional e acadêmica de cada autor (em nível de graduação e pós-graduação), vínculo com alguma universidade, forma como os trabalhos estão sendo registrados na Plataforma Lattes, entre outros aspectos. Por intermédio do CLattes foi possível saber ainda se os referidos trabalhos foram publicados ou não em periódicos, como revistas e jornais especializados na respectiva área.

A aplicação desses formulários no estudo proposto nesta dissertação demonstrou grande eficiência, ou seja, evitou desperdício de tempo à medida que permitiu padronização durante o levantamento dos dados, levando à maior eficácia por ocasião de sua análise.

3.6 Limitações e desafios da pesquisa

Os dados utilizados nesta pesquisa tiveram origem em consultas aos anais dos respectivos eventos: site do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade (tradicional e Iniciação Científica) e CDs do EnANPAD. Algumas entidades oferecem maior facilidade de acesso e outras menos. No caso do Congresso USP, o acesso ao site é facilitado, porém há uma certa defasagem entre a ocorrência do evento e a publicação dos artigos nele apresentados. Isso dificulta o uso de dados atualizados.

Quanto ao EnANPAD, os dados foram obtidos diretamente em CDs fornecidos aos participantes após o evento ou junto às bibliotecas. Há uma certa defasagem entre o final do evento e a disponibilização dos CDs nas bibliotecas, o que dificulta a ação do pesquisador. Ademais, de ano para ano, os organizadores alteram o formato da apresentação nos CDs (ora acrescentando novas áreas temáticas, ora subtraindo), fato que dificulta a comparação com os períodos anteriores.

Além disso, há diferenças nas exigências que as coordenações fazem no tocante à formatação e estrutura dos artigos, o que dificulta, por exemplo, sua localização quando não possuem palavras-chave ou outras informações mais específicas sobre os autores, tais como os seus vínculos como pesquisador, endereço eletrônico, entre outros dados.

Pode-se mencionar ainda que as informações contidas nos CLattes dependem de atualizações a serem feitas pelos próprios autores, o que nem sempre acontece. Neste caso, foram identificados, por exemplo, dados preenchidos incorretamente e ausência de outros. Também não foi possível neste trabalho levantar os motivos para tal fato.

Por fim, deve ser registrado que para a obtenção dos dados aqui utilizados dos CLattes enfrentou-se, por vezes, a demora e a inflexibilidade da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Volume de artigos

A tabela 1, a seguir, mostra que no período de 2001 a 2008 foram apresentados 6.018 artigos nos EnANPAD, distribuídos em 16 áreas temáticas. Observou-se a média geral de 752,2 trabalhos por ano, sendo que o ano de 2008 representou 16,7% do total de trabalhos no período analisado contra 7,1% em 2001. Esse fato demonstra o crescente interesse dos pesquisadores em publicar as suas pesquisas num evento de alto nível e de projeção internacional como o EnANPAD.

Destaca-se que a área temática de Organizações encontra-se em primeiro lugar, com 768 artigos ou 12,8% do total apresentado no evento e média anual de 96,0 trabalhos no período de 2001 a 2008. Em segundo lugar está Administração Pública, com 638 artigos ou 10,6 % do total apresentado no evento e média anual de 79,8 trabalhos. Em terceiro lugar vem Marketing, com 587 artigos apresentados ou 9,8% do total, com média de 73,4 trabalhos por ano. Em seguida encontra-se a área temática de Contabilidade e Controle Gerencial, com 499 artigos ou 8,3% do total apresentado e média de 62,4 trabalhos por ano. Ressalta-se o importante crescimento dessa área temática, que em 2001 apresentou 23 artigos no EnANPAD, número que subiu para 70 em 2008, um crescimento de 204,3% no período.

A média de artigos por área temática saltou de 32,8 em 2001 para 67,1 em 2008, apesar delas terem passado de 13 para 16 no período analisado, fato que demonstra o crescimento da importância do evento. Quando se parte do total de 6.018 artigos apresentados, durante o período de 2001 a 2008, chega-se à média de 376,1 artigos por área temática.

TABELA 1 - Resumo quantitativo dos trabalhos apresentados nos EnANPAD – Período 2001 a 2008

ÁREAS TEMÁTICAS	PERÍODO: ANO										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total por Área Temática no Período	% s/ Total Geral	Média de Trabalhos por Ano
Administração da Informação	30	54	32	38	45	59	69	62	389	6,5	48,6
Administração Pública	59	65	70	85	75	79	100	105	638	10,6	79,8
Contabilidade e Controle Gerencial	23	47	56	69	69	71	94	70	499	8,3	62,4
Adm. de Ciência e Tecnologia	24	27	29	33	41	41	52	49	296	4,9	37,0
Finanças	20	40	38	47	48	52	63	60	368	6,1	46,0
Marketing	40	51	51	60	76	92	99	118	587	9,8	73,4
Organizações	76	92	76	103	103	103	99	116	768	12,8	96,0
Adm. Estratégica	58	55	49	53	70	70	55	56	466	7,7	58,2
Operações, Logística e Serviços	14	22	27	38	37	31	44	50	263	4,4	32,9
Rec. Humanos e Rel. Trabalhistas	40	50	51	55	67	60	88	87	498	8,3	62,2
Ensino e Pesquisa em Adm. e Contabilidade	25	28	37	55	49	64	92	100	450	7,5	56,2
Gestão Internacional	10	17	22	26	31	27	25	31	189	3,1	23,6
Casos Brasileiros em Administração	7	7	0	0	0	0	0	0	14	0,2	1,7
Gestão Social e Ambiental	0	0	42	63	50	54	55	58	322	5,4	40,2
Gestão de Agronegócios	0	0	24	32	0	19	15	20	110	1,8	13,7
Empreendedorismo	0	0	25	33	32	23	23	25	161	2,7	20,1
Total por ano	426	555	629	790	793	845	973	1.007	6.018	100,0	752,2
% de cada ano em relação ao total	7,1	9,2	10,4	13,1	13,2	14,0	16,2	16,7	100,0		
Média de trabalhos por área temática por ano	32,8	42,7	41,9	52,7	52,9	56,3	64,9	67,1	376,1		

Fonte: Do autor com base nos dados oficiais do EnANPAD contidos nos CD-ROMs de cada ano do evento.

TABELA 2 - Resumo em porcentagem dos trabalhos apresentados nos EnANPAD - Período 2001 a 2008

ÁREAS TEMÁTICAS	PERÍODO: ANO								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	% s/ o Total Geral
	% s/ o Total								
Administração da Informação	7,0	9,7	5,1	4,8	5,7	7,0	7,1	6,2	6,5
Administração Pública	13,9	11,7	11,1	10,8	9,5	9,3	10,3	10,4	10,6
Contabilidade e Controle Gerencial	5,4	8,5	8,9	8,7	8,7	8,4	9,7	7,0	8,3
Adm. de Ciência e Tecnologia	5,6	4,9	4,6	4,2	5,2	4,9	5,3	4,9	4,9
Finanças	4,7	7,2	6,0	5,9	6,1	6,2	6,5	6,0	6,1
Marketing	9,4	9,2	8,1	7,6	9,6	10,9	10,2	11,7	9,8
Organizações	17,9	16,6	12,1	13,0	13,0	12,2	10,2	11,5	12,8
Adm. Estratégica	13,6	9,9	7,8	6,7	8,8	8,3	5,7	5,6	7,7
Operações, Logística e Serviços	3,3	4,0	4,3	4,8	4,7	3,7	4,5	5,0	4,4
Rec. Humanos e Rel. Trabalhistas	9,4	9,0	8,1	7,0	8,4	7,1	9,0	8,6	8,3
Ensino e Pesquisa em Adm. e Contabilidade	5,9	5,0	5,9	7,0	6,2	7,6	9,5	9,9	7,5
Gestão Internacional	2,3	3,1	3,5	3,3	3,9	3,2	2,6	3,1	3,1
Casos Brasileiros em Administração	1,6	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
Gestão Social e Ambiental	0,0	0,0	6,7	8,0	6,3	6,4	5,7	5,8	5,4
Gestão de Agronegócios	0,0	0,0	3,8	4,1	0,0	2,2	1,5	2,0	1,8
Empreendedorismo	0,0	0,0	4,0	4,2	4,0	2,7	2,4	2,5	2,7
Total por ano em %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
% de cada ano em relação ao total	7,1	9,2	10,5	13,1	13,2	14,0	16,2	16,7	100,0

Fonte: Do autor com base nos dados oficiais do EnANPAD contidos nos CD-ROMs de cada ano do evento.

Para melhor visualização dos números do EnANPAD no período em análise, elaborou-se a tabela 2, precedente, que apresenta em porcentagem os dados constantes da tabela 1, os quais já foram objeto de comentário.

A tabela 3 apresenta os dados dos trabalhos apresentados no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, que somaram 807 no período de 2001 a 2008.

É importante notar que o Congresso USP classifica os artigos apresentados em apenas seis áreas temáticas contra as 16 do EnANPAD. A área denominada Mercados Financeiros, de Crédito e de Capitais foi introduzida em 2003 e a de Atuária apenas em 2007.

A maior média de trabalhos por ano correspondeu a 32,6 e ficou com a área temática de Controladoria e Contabilidade Gerencial. Essa temática passou de 44 trabalhos em 2001 para 22 em 2008, registrando um decréscimo de 50% quando se compara um ano com o outro. Em segundo lugar, com média de 22,5 trabalhos, aparece Contabilidade Aplicada para Usuários Externos, que passou de 8 trabalhos em 2001 para 29 em 2008, um crescimento de 263%, mencionando-se ainda que em 2007 a área apresentou 44 trabalhos. Em terceiro lugar, com média de 18,9 trabalhos por ano, identificou-se a área temática Temas Emergentes em Contabilidade. Em quarto lugar, com média de 16,7, Mercados Financeiros, de Crédito e de Capitais. Em quinto lugar, com média de 9,4 trabalhos por ano, ficou a área temática Pesquisa e Ensino em Contabilidade, que passou de 7 trabalhos em 2001 para 14 em 2008, um crescimento de 100% quando se compara apenas esses dois anos. Em sexto e último lugar, com 6 trabalhos e média anual de 0,3, ficou Atuária (introduzida em 2007).

Como pode-se observar na tabela 4, a média de trabalhos por ano correspondeu a 100,9, sendo que a média de trabalhos por área temática no período ficou em 134,5. Pode-se notar também que 2006 foi o ano de maior número de trabalhos no período, com média de 30,4 trabalhos por área temática, além de representar 18,8% do total de trabalhos no período de 2001 a 2008.

TABELA 3 - Resumo quantitativo dos trabalhos apresentados nos Congressos USP de Controladoria e Contabilidade - Período 2001 a 2008

ÁREAS TEMÁTICAS	PERÍODO: ANO								Total por Área Temática no Período	% s/ Total Geral	Média de Trabalhos por Ano
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008			
Contabilidade Aplicada para Usuários Externos	8	12	20	16	18	33	44	29	180	22,3	22,5
Controladoria e Contab. Gerencial	44	36	32	25	23	39	40	22	261	32,3	32,6
Mercados Financeiros, de Crédito e de Capitais	0	0	14	29	23	28	20	20	134	16,6	16,7
Pesquisa e Ensino em Contabilidade	7	7	11	5	2	14	15	14	75	9,3	9,4
Temas Emergentes em Contabilidade	15	15	23	25	35	38	0	0	151	18,7	18,9
Atuária	0	0	0	0	0	0	2	4	6	0,7	0,3
Total por ano	74	70	100	100	101	152	121	89	807	100,0	100,9
% de cada ano em relação ao total	9,2	8,7	12,4	12,4	12,5	18,8	15,0	11,0	100,0		
Média de trabalhos por área temática por ano	18,5	17,5	20,0	20,0	20,2	30,4	20,2	14,8	134,5		

Fonte: Do autor com base nos dados oficiais disponíveis no site do Congresso USP.

Na tabela 4, a seguir, da mesma forma que foi feito para o EnANPAD, são apresentados os dados do Congresso USP em porcentagem.

TABELA 4 - Resumo em porcentagem dos trabalhos apresentados nos Congressos USP de Controladoria e Contabilidade - Período 2001 a 2008

ÁREAS TEMÁTICAS	PERÍODO: ANO								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	% s/ Total Geral
	% s/ o Total								
Contabilidade Aplicada para Usuários Externos	10,8	17,1	20,0	16,0	17,8	21,7	36,4	32,6	22,3
Controladoria e Contabilidade Gerencial	59,5	51,4	32,0	25,0	22,8	25,7	33,1	24,7	32,3
Mercados Financeiros, de Crédito e de Capitais	0,0	0,0	14,0	29,0	22,8	18,4	16,5	22,5	16,6
Pesquisa e Ensino em Contabilidade	9,5	10,0	11,0	5,0	2,0	9,2	12,4	15,7	9,3
Temas Emergentes em Contabilidade	20,3	21,4	23,0	25,0	34,7	25,0	0,0	0,0	18,7
Atuária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	4,5	0,7
Total por ano em %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
% de cada ano em relação ao total	9,2	8,7	12,4	12,4	12,5	18,8	15,0	11,0	100,0

Fonte: Do autor com base nos dados oficiais disponíveis no site do Congresso USP.

Na tabela 5, a seguir, apresentam-se os dados referentes ao Congresso USP de Controladoria e Contabilidade específicos à Iniciação Científica, atividade incorporada ao evento mais antigo a partir de 2004.

TABELA 5 - Resumo quantitativo dos trabalhos apresentados nos Congressos USP de Controladoria e Contabilidade – Iniciação Científica (*) - Período 2001 a 2008

ÁREAS TEMÁTICAS	PERÍODO: ANO							
	2004	2005	2006	2007	2008	Total por Área Temática no Período	% s/ Total Geral	Média de Trabalhos por Ano
Contabilidade Aplicada para Usuários Externos	3	5	10	16	9	43	31,9	8,6
Controladoria e Contabilidade Gerencial	6	6	7	9	4	32	23,7	6,4
Mercados Financeiros, de Crédito e de Capitais	0	2	1	2	2	7	5,2	1,4
Pesquisa e Ensino em Contabilidade	2	3	6	14	6	31	23,0	6,2
Temas Emergentes em Contabilidade	9	4	8	0	0	21	15,6	4,2
Atuária	0	0	0	0	1	1	0,7	0,2
Total por Ano	20	20	32	41	22	135	100,0	27,0
% de cada ano em relação ao total	14,8	14,8	23,7	30,4	16,3	100,0		
Média de trabalhos por área temática por ano	5,0	4,0	6,4	10,25	4,4	22,5		

(*) Início em 2004.

Fonte: Do autor com base nos dados oficiais disponíveis no site do Congresso USP.

Quando se examina os dados referentes aos trabalhos apresentados na categoria Iniciação Científica, apesar de em termos absolutos eles representarem uma dimensão menor àqueles do Congresso USP tradicional, é possível notar a sua abrangência e potencialidade.

No período de 2004 a 2008, foram apresentados nesse evento 135 trabalhos, uma média de 27,0 por ano, sendo que 2007 foi o ano em que se produziu a maior quantidade de artigos, 41 ou 30,4% do total. A área temática Contabilidade Aplicada para Usuários Externos foi a de maior produção no período, perfazendo 43 trabalhos ou 31,9% do total (135). Ressalta-se que no Congresso USP tradicional, para o mesmo período, essa área temática estava posicionada em segundo lugar, com 22,3% do total de trabalhos, aparecendo na primeira colocação a área temática de Controladoria e Contabilidade Gerencial, com 23,7% do total de trabalhos. No Congresso USP de Iniciação Científica essa posição inverteu-se, ou seja, a área temática de Controladoria e Contabilidade representou 23,7% dos trabalhos apresentados.

Com vistas a facilitar a visualização, a tabela 7 apresenta em porcentagem os dados do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade - Iniciação Científica.

ÁREAS TEMÁTICAS	PERÍODO: ANO					
	2004	2005	2006	2007	2008	% s/ Total Geral
Contabilidade Aplicada para Usuários Externos	15,0	25,0	31,2	39,0	40,9	31,9
Controladoria e Contabilidade Gerencial	30,0	30,0	21,9	22,0	18,2	23,7
Mercados Financeiros, de Crédito e de Capitais	0,0	10,0	3,1	4,9	9,1	5,2
Pesquisa e Ensino em Contabilidade	10,0	15,0	18,8	34,1	27,3	23,0
Temas Emergentes em Contabilidade	45,0	20,0	25,0	0,0	0,0	15,6
Atuária	0,0	0,0	0,0	0,0	4,5	1,0
Total por ano	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
% de cada ano em relação ao total	14,8	14,8	23,7	30,4	16,3	100,0

(*) Início em 2004.

Fonte: Do autor com base nos dados oficiais disponíveis no site do Congresso USP.

Um aspecto importante a ser notado quando se examina a tabela 6 que precede diz respeito à área temática Pesquisa e Ensino em Contabilidade, que respondeu por 23% dos trabalhos apresentados na categoria de Iniciação Científica, sendo que no Congresso USP tradicional essa temática representou 9,3% dos trabalhos apresentados, fato que sugere o aumento do interesse pelo assunto, tanto em nível acadêmico quanto profissional.

Resumindo-se, tem-se o seguinte volume de trabalhos (artigos) apresentados nos eventos denominados de Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, Congresso USP de Controladoria e Contabilidade - Iniciação Científica e EnANPAD no período de 2001 a 2008: 6.960 (EnANPAD = 6.018; Congresso USP de Controladoria e Contabilidade = 807; Congresso USP de Controladoria e Contabilidade - Iniciação Científica = 135).

4.2 Artigos selecionados

Na tabela 7, é apresentada uma síntese estatística dos trabalhos objeto de análise conforme descrito no capítulo 3.

Reafirma-se que a seleção dos artigos ou trabalhos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos foi feita com base em sua busca nos anais e CD-ROMs de cada evento (Congresso USP e EnANPAD) por meio do uso de palavras-chave e resumos, conforme consta no item 3.4.

TABELA 7 - Resumo quantitativo dos trabalhos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos selecionados dos Congressos USP de Controladoria e Contabilidade (inclusive Iniciação Científica) e dos EnANPAD - Período 2001 a 2008 (*)

ÁREAS TEMÁTICAS	PERÍODO: ANO									Total no Período	% s/ Total do Evento	Média de Trabalhos por Ano
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008				
1. Congresso USP	2	2	4	16	10	11	9	5	59	100,0	7,4	
1.1 Controle Interno	1	1	2	5(**)	3	7	4(***)	3	26	44,1	3,2	
1.2 Gestão de Riscos	1	1	2	11	7	4	5	2	33	55,9	4,1	
% em relação ao total de artigos do evento no ano	2,7	2,8	4,0	13,3	8,2	6,0	5,5	4,5	6,2			
2. EnANPAD	12	10	8	20	10	7	7	8	90	100,0	11,2	
2.1 Controle Interno	5	2	2	5	1	5	5	3	25	27,8	3,1	
2.2 Gestão de Riscos	7	8	6	15	9	2	2	5	65	72,2	8,1	
% em relação ao total de artigos do evento (todas as áreas) no ano	2,8	1,8	1,3	2,5	1,3	0,8	0,7	0,8	1,5			
3. Total por ano (1+2)	14	12	12	36	20	18	16	13	149		18,6	
4. % em relação ao total geral de artigos de ambos os eventos (todas as áreas) no ano	2,8	1,9	1,6	3,9	2,2	1,7	1,4	1,2	2,1			
5. % do total de artigos selecionados de cada ano em relação ao total de artigos selecionados	9,3	8,0	8,0	24,2	13,4	12,1	10,7	8,7	100,0			

(*) As listas dos artigos utilizados na pesquisa constam nos Apêndices C e D.

(**) Inclui apenas 2 artigos originários do Congresso USP de Iniciação Científica.

(***) Inclui apenas 1 artigo originário do Congresso USP de Iniciação Científica.

Fonte: Levantamento efetuado pelo autor com base nas tabelas anteriores e nos Apêndices A e B.

Observa-se na tabela 7 que do total de 149 artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos de ambos os eventos, 59 originam-se do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade (tradicional = 56; Iniciação Científica = 3) e 90 do EnANPAD.

Os 149 artigos selecionados representam 2,1% do total de artigos dos eventos no período de 2001 a 2008. Os 59 artigos do Congresso USP correspondem a 6,2% do total de trabalhos do próprio evento. No caso do EnANPAD, os 90 trabalhos selecionados representam 1,5% do total de artigos do evento no mesmo período.

Para esses eventos, o ano de 2004 foi o de maior produção de artigos científicos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos: 13,3% do total de artigos do Congresso USP e 2,5% do EnANPAD.

Quando se leva em conta ambos os eventos, o ano de 2004 atinge 24,2% do total de artigos (36 em termos absolutos), sendo que 10 ou 27,8% dizem respeito a Controle Interno e 26 ou 72,2% à Gestão de Riscos, considerando-se o período estipulado.

Do total de trabalhos selecionados do Congresso USP (incluindo-se a Iniciação Científica), 26 ou 44,1% dizem respeito a Controle Interno e os outros 33 ou 55,9%, à Gestão de Riscos. No período de 2001 a 2008, apresentaram-se por ano uma média 7,4 trabalhos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos no Congresso USP (3,2 para Controle Interno e 4,1 para Gestão de Riscos).

No caso do EnANPAD, do total de 90 trabalhos selecionados, 25 ou 27,8% tratam de Controle Interno, enquanto 65 ou 72,2% dizem respeito à Gestão de Riscos. A média de artigos apresentados por ano no EnANPAD atinge 11,2 (3,1 para Controle Interno e 8,1 para Gestão de Riscos).

Consideradas as diferenças em termos quantitativos entre o Congresso USP e o EnANPAD, constata-se que a temática Gestão de Riscos tem sido, pelo menos proporcionalmente, uma escolha significativa por parte dos pesquisadores. Esse fato fica claro quando se observa na tabela 7 que somente nos anos de 2006 e 2008 a quantidade de artigos sobre Controle Interno no Congresso USP superou o montante sobre Gestão de Riscos: 7 contra 4 e 3 contra 2 respectivamente. Quanto ao EnANPAD, o que se observa é a predominância do tema Gestão de Riscos em relação ao Controle Interno no período analisado. É possível que essa escolha decorra da influência de fatores como a própria situação econômico-financeira mundial atual e de ocorrências como fraudes, má gestão de

recursos, tanto no setor privado como no público, entre outros aspectos. Esses fatores já foram tratados no capítulo 1 desta dissertação.

Tem sido crescente o interesse de vários pesquisadores das áreas de Contabilidade e Finanças em realizarem estudos bibliométricos envolvendo o Congresso USP e o EnANPAD. Alguns deles: Araújo, Oliveira e Silva (2009), Gomes et al. (2007), Kroenke e Cunha (2008), Leal, Oliveira e Soluri (2003), Leite Filho (2008), Martins e Silva (2005), Mendonça Neto, Riccio e Sakata (2009), Oliveira, Spessato e Bezerra (2005) .

4.3 Perfil dos autores

Neste tópico são tratados aspectos relacionados ao perfil dos autores dos trabalhos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos, tanto no Congresso USP como no EnANPAD.

Não se faz nenhuma diferenciação entre os que escrevem sobre Controle Interno e Gestão de Riscos, uma vez que as regras estabelecidas pelas entidades que coordenam tais eventos são as mesmas, independentemente dos temas escolhidos. Ademais, nada impede que autores que escrevem sobre Controle Interno, por exemplo, escrevam também sobre Gestão de Riscos, uma vez que há uma estreita ligação entre ambas as temáticas, embora haja uma certa predominância na escolha pela última.

4.3.1 Parcerias entre autores

A tabela 8 revela que, de 59 trabalhos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos apresentados no Congresso USP no período de 2001 a 2008, 11 artigos ou 18,6% do total foram escritos por um único autor; 26 ou 44,1% por dois autores; 14 ou 23,7% por três autores; e 8 ou 13,6% por quatro autores. Não houve artigos escritos por mais de 4 autores no Congresso USP, incluindo-se a Iniciação Científica.

TABELA 8 - Quantidade de artigos selecionados (Controle Interno e Gestão de Riscos) e número de autores do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade (inclusive Iniciação Científica) - Período 2001 a 2008

Número de Autores	Quantidade de Artigos Selecionados (Controle Interno e Gestão de Riscos)									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total de Artigos no Período	% sobre o Total Geral
1 autor	1	1	2	1	3	1	1	1	11	18,6
2 autores	-	1	1	8	6	6	3	1	26	44,1
3 autores	1	-	1	4	-	3	4	1	14	23,7
4 autores	-	-	-	3	1	1	1	2	8	13,6
5 ou mais autores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Artigos	2	2	4	16	10	11	9	5	59	100,0

Fonte: Do autor com base em levantamento feito diretamente nos artigos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.

Na tabela 9, de maneira semelhante, observam-se os mesmos tipos de dados dos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos para o EnANPAD. Assim, do total de 90 artigos, 12 ou 13,3% foram escritos por um único autor, 47 ou 52,3% por dois autores, 16 ou 17,8% por três autores, 13 ou 14,4% por quatro autores e 2 ou 2,2% por 5 autores.

TABELA 9 - Quantidade de artigos selecionados (Controle Interno e Gestão de Riscos) e número de autores do EnANPAD - Período 2001 a 2008

Número de Autores	Quantidade de Artigos Selecionados (Controle Interno e Gestão de Riscos)									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total de Artigos no Período	% sobre o Total Geral
1 autor	3	2	1	3	1	1	1	-	12	13,3
2 autores	6	2	4	13	5	9	3	5	47	52,3
3 autores	2	2	2	3	2	3	1	1	16	17,8
4 autores	1	4	1	1	1	2	1	2	13	14,4
5 autores	-	-	-	-	1	-	1	-	2	2,2
Total de Artigos	12	10	8	20	10	15	7	8	90	100,0

Fonte: Do autor com base em levantamento feito diretamente nos artigos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do EnANPAD.

Dessa forma, no EnANPAD assim como no Congresso USP, a maior parte dos artigos foi assinada por dois autores, o que parece constituir-se em uma tendência.

TABELA 10 - Quantidade de artigos selecionados (Controle Interno e Gestão de Riscos) e número de autores - Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e EnANPAD - Período 2001 a 2008

Número de Autores	Quantidade de Artigos Selecionados (Controle Interno e Gestão de Riscos)									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total de Artigos no Período	% sobre o Total Geral
1 autor	4	3	3	4	4	2	2	1	23	15,4
2 autores	6	3	5	21	11	15	6	6	73	49,0
3 autores	3	2	3	7	2	6	5	2	30	20,2
4 autores	1	4	1	4	2	3	2	4	21	14,1
5 autores	-	-	-	-	1	-	1	-	2	1,3
Total de Artigos	14	12	12	36	20	26	16	13	149	100,0

Fonte: Do autor com base em levantamento feito diretamente nos artigos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e do EnANPAD.

Na tabela 10, na qual estão consolidados os dados do Congresso USP e do EnANPAD, observa-se a continuidade da concentração de dois autores assinando um mesmo artigo: 73 artigos ou 49,0% do total. Esse resultado é o mesmo obtido pelos trabalhos de Kroenke e Cunha (2003); Cardoso, Pereira e Guerreiro (2007); Coelho e Silva (2007) e Barbosa et al. (2008).

4.3.2 Formação dos autores

Na tabela 11 são apresentados os dados sobre formação na graduação dos autores dos artigos selecionados. Os dados foram obtidos no Curriculum Lattes dos autores que relataram esse tipo de formação. Foi possível obter esse dado de 111 autores do Congresso USP e de 158 do EnANPAD.

Observa-se que 47,7% dos autores que escrevem para o Congresso USP são formados somente em Ciências Contábeis; em seguida, com 15,3%, os formados somente em Administração; em terceiro lugar aparecem com 10% os formados somente em Engenharia; e

em quarto lugar estão os formados somente em Ciências Econômicas, com 4,5% do total. Portanto, no período de 2001 a 2008, pode-se dizer que 67,5% dos autores do Congresso USP concentram-se em termos de graduação na área de Ciências Sociais Aplicadas (Contabilidade, Administração e Economia), categoria assim definida pela CAPES.

Quanto ao EnANPAD, verifica-se pela tabela 11 que 26% dos autores são formados somente em Ciências Contábeis, 19,6% somente em Administração, 15,8% somente em Engenharia e 9,5% somente em Ciências Econômicas. Apesar das diferenças nos dados absolutos e nos respectivos percentuais, a ordem de colocação em termos de formação na graduação mantém-se de forma idêntica à observada no Congresso USP.

Na tabela 11 observam-se ainda algumas combinações de autores com mais de uma formação em nível de graduação, como por exemplo Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, Administração e Ciências Contábeis e Ciências Contábeis e Direito.

TABELA 11 - Formação (*) na graduação dos autores dos artigos selecionados - Congresso USP e EnANPAD - Período 2001 a 2008

Tipo de Graduação	Número de Autores	% s/o Total
1. Congresso USP	111	100,0
Somente em Ciências Contábeis	53	47,7
Somente em Administração	17	15,3
Somente em Engenharia	11	10,0
Somente em Ciências Econômicas	5	4,5
Administração e Ciências Contábeis	6	5,4
Ciências Econômicas e Ciências Contábeis	4	3,6
Ciências Contábeis e Direito	4	3,6
Outras áreas(**)	11	9,9
2. EnANPAD	158	100,0
Somente em Ciências Contábeis	41	26,0
Somente em Administração	31	19,6
Somente em Engenharia	25	15,8
Somente em Ciências Econômicas	15	9,5
Ciências Econômicas e Ciências Contábeis	7	4,4
Ciências Contábeis e Administração	7	4,4
Outras áreas(**)	32	20,3

(*) Somente dos autores que informaram no Clattes.

(**) Inclui diversas formações e combinações de graduação.

Fonte: Do autor com base em pesquisa no Clattes, quando informado pelos autores.

Na tabela 12 que segue são apresentados os dados sobre a formação dos autores em nível de mestrado, tanto para o Congresso USP como para o EnANPAD.

No caso do Congresso USP, cerca de 115 autores dos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos informaram em seus CLattes possuírem pós-graduação em nível de mestrado (incluindo o profissional). Destes, 53,9% tem o mestrado somente em Ciências Contábeis, 28,7% somente em Administração, 6,1% em Engenharia e 3,5% em Ciências Econômicas. Novamente, nota-se a predominância da formação de autores, também nesse nível, em Ciências Contábeis. Outras combinações representam 7,8% do total de autores.

No que diz respeito ao EnANPAD, conforme é mostrado na tabela 12, do total de 150 autores que informaram possuírem o mestrado, 47,3% deles formaram-se somente na área de Administração, 26% somente em Ciências Contábeis, 8% somente em Engenharia, 6,7% em Ciências Econômicas e 2% somente em Tecnologia. Combinações diversas representam 10 % do total. Portanto, no caso do EnANPAD, a predominância recai no Mestrado em Administração.

TABELA 12 – Titulação (*) nível de mestrado dos autores dos artigos selecionados - Congresso USP e EnANPAD - Período: 2001 a 2008

Mestrado	Número de Autores	% s/o Total
1. Congresso USP	115	100,0
Mestrado somente em Ciências Contábeis	62	53,9
Mestrado somente em Administração	33	28,7
Mestrado somente em Engenharia	7	6,1
Mestrado somente em Ciências Econômicas	4	3,5
Mestrado em outras áreas (**)	9	7,8
2. EnANPAD	150	100,0
Mestrado somente em Administração	71	47,3
Mestrado somente em Ciências Contábeis	39	26,0
Mestrado somente em Engenharia	12	8,0
Mestrado somente em Ciências Econômicas	10	6,7
Mestrado somente em Tecnologia	3	2,0
Mestrado em outras áreas (**)	15	10,0

(*) Somente dos autores que informaram no Clattes.

(**) Inclui diversos outros tipos e combinações de mestrado.

Fonte: Do autor com base em pesquisa no CLattes de cada autor, quando informado por este.

Na tabela 13, da mesma forma como no caso do mestrado, são apresentados os dados referentes à formação dos autores dos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos em nível de doutorado, tanto para o Congresso USP como para o EnANPAD.

Observa-se no Congresso USP que, dos 83 autores que informaram esse tipo de formação no CLattes, 47,0% possuem doutorado somente em Ciências Contábeis; 31,3% somente em Administração; 13,3% em Engenharia e 2,4% em Ciências Econômicas. Outros tipos de doutorado respondem por 6% do total. Assim, confirma-se que a principal formação dos autores do Congresso USP em nível de doutorado concentra-se em Ciências Contábeis.

Quanto ao EnANPAD, dos 109 autores que informaram em seus CLattes a formação em nível de doutorado, 43,1% a possuem somente em Administração de Empresas; 23,9% somente em Ciências Contábeis; 15,6% somente em Ciências Econômicas. Outros tipos de doutorado respondem por 7,3% do total.

Dessa forma, tem-se que nesse tipo de formação predomina no Congresso USP o Doutorado em Ciências Contábeis e no EnANPAD o Doutorado em Administração.

TABELA 13 – Titulação (*) nível de doutorado dos autores dos artigos selecionados – Congresso USP e EnANPAD - Período 2001 a 2008

Doutorado	Número de Autores	% s/o Total
1. Congresso USP	83	100,0
Doutorado somente em Ciências Contábeis	39	47,0
Doutorado somente em Administração	26	31,3
Doutorado somente em Engenharia	11	13,3
Doutorado somente em Ciências Econômicas	2	2,4
Doutorado em outras áreas (**)	5	6,0
2. EnANPAD	109	100,0
Doutorado somente em Administração	47	43,1
Doutorado somente em Ciências Contábeis	26	23,9
Doutorado somente em Ciências Econômicas	17	15,6
Doutorado somente em Engenharia	11	10,1
Doutorado em outras áreas (**)	8	7,3

(*) Somente dos autores que informaram no Clattes.

(**) Inclui diversos outros tipos e combinações de doutorado.

Fonte: Do autor com base em pesquisa no CLattes de cada autor, quando informado por este.

Na tabela 14, a seguir, além da consolidação dos dados anteriores, outros são acrescentados com o objetivo de melhor definir o perfil dos autores.

TABELA 14 - Resumo por titulação – artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD - Período 2001 a 2008

Titulação	Congresso USP		EnANPAD		Total Geral	
	Nº de Autores	% s/ o Total	Nº de Autores	% s/ o Total	Nº de Autores	% s/ o Total
Autores só com Graduação	6	4,9	9	4,9	15	4,9
Autores só com Mestrado	37	30,3	42	23,1	79	26,0
Autores com Doutorado e sem o Mestrado	3	2,5	7	3,9	10	3,3
Autores com Mestrado e Doutorado	60	49,2	101	55,5	161	53,0
Não Informado	16	13,1	23	12,6	39	12,8
Total de Autores	122	100,0	182	100,0	304	100,0

Fonte: Do autor com base no CLattes dos autores dos artigos selecionados e no Apêndice B.

A tabela 14 aponta que 4,9% do total de autores dos artigos selecionados, tanto para o Congresso USP quanto para o EnANPAD, são apenas graduados. A tabela também revela, de forma consolidada, que 26% tem titulação máxima de mestrado, sendo que no Congresso USP esse número é um pouco maior, representando 30,3% do total de autores do evento e no EnANPAD fica em 23,1%. O total de autores com doutorado direto (sem mestrado) nos dois eventos significa 3,3% do total, sendo que no Congresso USP corresponde a 2,5% e no EnANPAD fica em 3,9%.

Vê-se também na tabela 14 que 53% dos autores de ambos os eventos possuem mestrado e doutorado, sendo 49,2% quando considera-se apenas os autores do Congresso USP e 55,5% para os autores do EnANPAD.

Comparando os resultados da tabela 14 com os obtidos por Wahlmann (2008), que elaborou pesquisa bibliométrica sobre artigos de Controladoria publicados em determinados periódicos para o período compreendido entre 1997 e 2006, constata-se que o percentual de somente graduados no caso do Congresso USP e EnANPAD é inferior (4,9%) àquele a que chegou a pesquisadora, que foi de 12,4%. No caso dos portadores de título de mestre, a tabela 15 indica 26%, enquanto a autora identificou 26,4%, números, portanto, muito próximos.

Quanto ao título de doutor, a tabela 14 aponta que 3,3% dos autores possuem doutorado sem terem se titulado como mestres, sendo que esse número eleva-se para 53%

quando os autores possuem ambas as titulações. Este percentual, no caso da pesquisa de Wahlmann (2008), atinge 45,3%.

Silva, Oliveira e Ribeiro Filho (2005), ao pesquisarem sobre a importância no meio acadêmico nacional da Revista Contabilidade & Finanças da USP no período de 2001 a 2004, observaram que 1,08% dos autores eram bacharéis, 9,14% mestres e 34,94% doutores. O restante estava distribuído entre autores sem titulação (0,54%), especialistas (0,54%), pós-doutores (0,54%), professores-pesquisadores (1,61%), PhDs (0,54%), professores sem titulação identificada (28,49%), graduandos (3,23%), doutorandos (9,14%) e mestrandos (10,21%).

É interessante notar que 12,8% dos autores de ambos os eventos não atualizam o CLattes. No caso do Congresso USP esse número corresponde a 13,1% e para o EnANPAD a cifra indica que 12,6% dos autores do evento também não o fazem. Considera-se essa uma grande falha, pois deixar de tornar públicas informações relevantes e atualizadas que impedem a avaliação acadêmico-profissional é no mínimo desrespeito ético.

Para complementar o que foi dito no parágrafo anterior, a tabela 15, a seguir, apresenta a situação dos CLattes dos autores dos artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD, destacando-se a seguinte situação: 11,8% do total de autores de ambos os eventos não possuem CLattes, 22,3% não o atualizam e 7,6% nada informaram no CLattes sobre os artigos que apresentaram. Os números para cada evento isoladamente seguem a mesma tendência.

Os dados apresentados na tabela 15 caracterizam uma situação que merece ser diagnosticada mais profundamente, pois conhecer as razões de sua existência pode revelar uma distorção sistêmica importante, uma vez que cria dificuldades para o controle e a divulgação da produção científica. Portanto, pode ser objeto de futuras pesquisas acadêmicas.

TABELA 15 - Situação do Curriculum Lattes dos autores dos artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD – Período 2001 a 2008

Situação do CLattes dos autores dos artigos selecionados	Congresso USP	EnANPAD	Total
1. Autores dos artigos selecionados que não possuem CLattes	13	23	36
% em relação ao total de autores dos artigos selecionados	10,6	12,6	11,8
2. Autores dos artigos selecionados que não atualizaram o CLattes em 2009	26	42	68
% em relação ao total de autores dos artigos selecionados	8,5	13,8	22,3
3. Autores dos artigos selecionados que não os informaram no CLattes	10	13	23
% em relação ao total de autores	8,2	7,1	7,6

Fonte: Do autor com base em pesquisa no site do CNPq.

4.3.3 Perfil dos autores quanto ao gênero

A seguir, na tabela 16, são apresentados os dados sobre o gênero dos autores dos artigos selecionados do Congresso USP e do EnANPAD.

A leitura da tabela permite identificar que, no caso do Congresso USP, 76,5% dos autores pertencem ao sexo masculino e 23,5% ao feminino. Os dados do EnANPAD para esse quesito assemelham-se aos do Congresso USP: 80% dos autores são do sexo masculino e 20% do feminino. Tal fato mantém-se quando os dados são consolidados para ambos os eventos: 78,6% dos autores pertencem ao sexo masculino e 21,4% ao feminino. Resultados semelhantes foram obtidos por Barbosa et al. (2008), Gomes et al. (2007), Leite Filho (2006), Silva, Oliveira e Ribeiro Filho (2005).

TABELA 16 - Distribuição por gênero dos autores dos artigos selecionados Congresso USP e EnANPAD – Período 2001 a 2008

Ano do Evento	Congresso USP			EnANPAD			Total Geral		
	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
2001	3	1	4	22	2	24	25	3	28
2002	3	-	3	17	5	22	20	5	25
2003	6	1	7	17	2	19	23	3	26
2004	29	12	41	39	3	42	68	15	83
2005	16	2	18	21	5	26	37	7	44
2006	16	10	26	31	6	37	47	16	63
2007	21	2	23	11	8	19	32	10	42
2008	10	4	14	10	11	21	20	15	35
Total	104	32	136	168	42	210	272	4	346
% s/ o Total	76,5	23,5	100,0	80,0	20,0	100,0	78,6	21,4	100,0

Fonte: Do autor com base nos artigos selecionados, CLattes dos autores e no Apêndice A.

A tabela 17, a seguir, apresenta dados profissionais dos autores dos artigos selecionados. Destacam-se no cômputo de ambos os eventos: 207 (68,1%) autores informaram ter vínculo com universidades, 49 (16,1% do total) informaram que exercem outras atividades e 48 (15,8%) nada informaram a respeito. Quando se examina os eventos separadamente, os números seguem a mesma tendência.

Wahlmann (2008), em pesquisa já citada, constatou que 80,5% dos autores de Controladoria eram docentes vinculados a universidades diversas, numero próximo aos 77% obtidos por Oliveira (2002) em seu trabalho de pesquisa sobre Contabilidade Gerencial em periódicos brasileiros do período de 1990 a 1999.

TABELA 17 - Atividades profissionais dos autores dos artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD – Período 2001 a 2008

Atividade Profissional	Congresso USP		EnANPAD		Total Geral	
	Quantidade	% s/ o Total	Quantidade	% s/ o Total	Quantidade	% s/ o Total
Professores universitários	80	65,6	127	69,8	207	68,1
Outras profissões	24	19,7	25	13,7	49	16,1
Dados profissionais não disponíveis	18	14,7	30	16,5	48	15,8
Total de autores dos artigos selecionados	122	100,0	182	100,0	304	100,0

Fonte: Do autor com base em levantamento feito no CLattes dos autores dos artigos selecionados e no Apêndice B.

Na tabela a seguir, são apresentadas estatísticas referentes às datas de obtenção dos títulos de graduação e pós-graduação dos autores dos artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD. Os dados revelam que 85,6% dos autores do Congresso USP obtiveram a sua graduação entre as décadas de 1980, 1990 e 2000, sendo que a maior concentração ocorreu na década de 1990, que representou 36,8% do total. No mesmo período, o mestrado representou 98% do total, sendo que 54,4% dessa titulação foi obtida somente na década de 2000.

Quanto ao doutorado, 100% dos títulos foram obtidos entre as décadas de 1980, 1990 e 2000, sendo que esta última década foi responsável sozinha por 65,1% dos títulos de doutor obtidos. Esses números podem ajudar a explicar o incremento no volume de publicações científicas, pois monografias, dissertações e teses incentivam publicações no Congresso USP.

Com relação ao EnANPAD, durante o mesmo período, os títulos de graduação representaram 75,8% do total, sendo que 42% do total geral concentrou-se na década de 1990. O mestrado, no mesmo período, representou 92,2% das titulações, sendo que a década de 2000 abrangeu 43,1% do total geral. A titulação de doutorado obtida no período representou 97,3% do total geral, sendo que 55,9% dessa titulação concentrou-se na década de 2000.

No consolidado, somados os números do Congresso USP e do EnANPAD, observa-se que 79,8% das graduações foram obtidas durante as décadas de 1980, 1990 e 2000, sendo que a maior concentração deu-se na década de 1990, representando 39,9% do total geral. No mesmo período, a obtenção de títulos de mestre representou 94,5%, sendo que a maior concentração ocorreu na década de 2000, a qual representou 47,6% do total geral. Quanto ao

doutorado, 88,7% dos títulos obtiveram-se entre as décadas de 1980, 1990 e 2000, havendo uma concentração na década de 2000, a qual respondeu por 59,3% do total geral.

Ao examinar os dados apresentados na tabela 18, percebe-se uma sequência na formação das pessoas, o que leva a maioria, após a conquista da graduação, a buscar pela pós-graduação de mestrado ou doutorado. As exigências impostas às universidades brasileiras nas últimas décadas tem incentivado os interessados na vida acadêmica a titularem-se, enquanto as organizações em geral estão mais seletivas quanto ao nível do profissional a ser contratado. Isso tudo leva à maior e melhor formação dos indivíduos e conseqüentemente eleva a produção científica e sua respectiva publicação, seja em anais de congressos, em periódicos ou em outras formas virtuais.

TABELA 18 - Época da obtenção (*) da graduação, mestrado e doutorado pelos autores dos artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD - Período 2001 a 2008

Período	Congresso USP						EnANPAD						Total Geral					
	Graduação		Mestrado		Doutorado		Graduação		Mestrado		Doutorado		Graduação		Mestrado		Doutorado	
	Quant.	% s/ o Total	Quant.	% s/ o Total	Quant.	% s/ o Total	Quant.	% s/ o Total	Quant.	% s/ o Total	Quant.	% s/ o Total	Quant.	% s/ o Total	Quant.	% s/ o Total	Quant.	% s/ o Total
Década de 1950	-	0,0	-	0,0	-	0,0	1	0,6	-	0,0	-	0,0	1	0,3	-	0,0	-	0,0
Década de 1960	3	2,4	-	0,0	-	0,0	7	3,8	-	0,0	-	0,0	10	3,2	-	0,0	-	0,0
Década de 1970	15	12,0	2	2,0	-	0,0	37	19,8	12	7,8	3	2,7	52	16,7	14	5,5	3	1,7
Década de 1980	31	24,8	12	11,9	4	6,1	41	22,0	23	15,1	13	11,7	72	23,2	35	13,8	17	9,6
Década de 1990	46	36,8	32	31,7	19	28,8	78	42,0	52	34,0	33	29,7	124	39,9	84	33,1	52	29,4
Década de 2000	30	24,0	55	54,4	43	65,1	22	11,8	66	43,1	62	55,9	52	16,7	121	47,6	105	59,3
Total	125	100,0	101	100,0	66	100,0	186	100,0	153	100,0	111	100,0	311	100,0	254	100,0	177	100,0

(*) Somente dos autores que informaram no Clattes.

Fonte: Do autor com base em levantamento nos CLattes dos autores e no Apêndice B.

4.3.4 Produtividade dos autores

Na tabela 19, a seguir, são apresentados dados sobre o vínculo institucional dos autores dos artigos selecionados do Congresso USP e do EnANPAD com universidades.

TABELA 19 - Posição das universidades representadas segundo o número de autores (*) dos artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD - Período 2001 a 2008

Instituição de Ensino	Congresso USP		EnANPAD		Total Geral	
	Nº de Autores	% s/ o Total	Nº de Autores	% s/ o Total	Nº de Autores	% s/ o Total
Univ. de São Paulo	7	8,6	8	6,4	15	7,3
Univ. Mackenzie	6	7,4	8	6,4	14	6,8
Universidade de Brasília	6	7,4	3	2,4	9	4,4
Unif. Fed. de M.Gerais	-	0,0	7	5,7	7	3,4
Univ. Federal do Ceará	5	6,2	3	2,4	8	3,9
Fund. Getúlio Vargas	-	0,0	5	4,0	5	2,4
Centro Universitário FECAP	4	5,0	3	2,4	7	3,4
Univ. Fed. de Santa Catarina	3	3,7	2	1,6	5	2,4
Univ.Fed. de Uberlândia	3	3,7	5	4,0	8	3,9
Univ.Fed. do R. G. do Norte	1	1,2	5	4,0	6	2,9
Univ. Fed. do Paraná	3	3,7	3	2,4	6	2,9
PUC-SP	3	3,7	4	3,3	7	3,4
Univ. Federal da Bahia	2	2,5	-	-	2	1,0
PUC-RJ	1	1,2	4	3,3	5	2,4
Univ. Est. de Santa Catarina	2	2,5	-	0,0	2	1,0
Univ. Cat. de Brasília	1	1,2	3	2,4	4	2,0
IBMEC-RJ	-	0,0	2	1,6	2	1,0
Fund. Univ. Reg. de Blumenau	2	2,5	1	0,8	3	1,5
Univ. Federal do R. G. do Sul	2	2,5	4	3,3	6	2,9
Univ. Fed. de Pernambuco	2	2,5	6	4,8	8	3,9
FIPECAFI	2	2,5	-	0,0	2	1,0
Univ. Fed. do Rio de Janeiro	-	0,0	7	5,7	7	3,4
Univ. Estácio de Sá	-	0,0	4	3,3	4	2,0
Univ. Vale do Rio dos Sinos	1	1,2	2	1,6	3	1,5
Univ. Fed. do Esp. Santo	1	1,2	3	2,4	4	2,0
Univ. Metodista de São Paulo	-	0,0	2	1,6	2	1,0
Outras (**)	24	29,6	30	24,2	54	26,3
Total	81	100,0	124	100,0	205	100,0

(*) Somente dos autores que informaram no Clattes; (**) IESs representadas uma única vez.

Fonte: Do autor com base em levantamento junto ao CLattes de cada autor e no Apêndice B.

Para efeito de seleção das universidades com maior representação por intermédio dos autores dos artigos selecionados, utilizou-se como critério destacar aquelas cuja posição seja igual ou superior a 5%.

No caso do Congresso USP, a Universidade de São Paulo vem representada em primeiro lugar com 8,6% dos autores; em segundo encontram-se a Universidade Mackenzie e a Universidade de Brasília, cada uma com 7,4% dos autores; em terceiro vem a Universidade Federal do Ceará com 6,2% dos autores e, com 5%, o Centro Universitário FECAP.

Quando se trata do EnANPAD, vêm em primeiro lugar as Universidades de São Paulo e Mackenzie, cada uma representada por 6,4% dos autores selecionados, e em segundo lugar, igualmente empatadas, as Universidades Federal de Minas Gerais e Estadual do Rio de Janeiro, ambas com 5,7%.

No cômputo geral, isto é, quando somam-se os dados do Congresso USP e do EnANPAD, aparece em primeiro lugar a Universidade de São Paulo, com 7,3% dos autores selecionados, e em segundo lugar a Universidade Mackenzie, com 6,8%. Apesar da importância dessa classificação, os números apresentados ainda não permitem observar a formação de uma elite de pesquisadores nas temáticas Controle Interno e Gestão de Riscos.

Na tabela 20 são listados os autores com presença em ambos os eventos (Congresso USP e EnANPAD) ou em apenas um deles, cujo número de trabalhos na somatória individual tenha sido superior a 2 em um único evento ou em ambos.

No Congresso USP, o destaque vai para o Professor José Odílio dos Santos, da PUC-SP, responsável pela apresentação de 4 artigos ou 7,1% do total.

Quanto ao EnANPAD, destacam-se o Professor Eduardo Facó Lemgrüber, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com 5 artigos ou 6,0% do total geral e o Professor Josir Simeone Gomes, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com 4 artigos ou 4,8% do total geral.

No agregado do Congresso USP e EnANPAD, conforme pode ser verificado na tabela 20, destacam-se os seguintes autores: Professor Anísio Candido Pereira, da FECAP, com 5 artigos ou 3,6% do total geral; Professor José Odílio dos Santos, da PUC-SP, com 5 artigos ou 3,6% do total geral; Professor Eduardo Facó Lemgrüber, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com 5 artigos ou 3,6% do total geral; Professora Ana Paula Mussi S. Cherobin, da Universidade Federal do Paraná, com 4 artigos ou 2,8% do total geral; Professor Rubens

Famá, da PUC-SP, com 4 artigos ou 2,8% do total geral; e Professor Josir Simeone Gomes, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com 4 artigos ou 2,8% do total geral.

TABELA 20 - Autores dos artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD com participação total em ambos os eventos em dois ou mais artigos - Período 2001 a 2008

Nome do Autor	Congresso USP		EnANPAD		Total Geral	
	Quant. de Artigos	% s/ o Total	Quant. de Artigos	% s/ o Total	Quant. de Artigos	% s/ o Total
1. Adriano Rodrigues	1	1,7	1	1,2	2	1,4
2. Alberto Shiguero Matsumoto	1	1,7	1	1,2	2	1,4
3. Alexandre Majola Gava	-	0,0	2	2,4	2	1,4
4. Anamélia Cavalcanti C. de Melo	1	1,7	1	1,2	2	1,4
5. Ana Paula Mussi S.Cherobin	2	3,6	2	2,4	4	2,8
6. Aneide Oliveira Araújo	1	1,7	1	1,2	2	1,4
7. Anísio Candido Pereira	2	3,6	3	3,6	5	3,6
8. Antonio Nunes Pereira	2	3,6	-	0,0	2	1,4
9. Aureliano Angel Bressan	-	0,0	2	2,4	2	1,4
10. Carlos André de Melo Alves	2	3,6	1	1,2	3	2,2
11. César Augusto Tibúrcio Silva	1	1,7	1	1,2	2	1,4
12. Charles U. de M. Carmona	-	0,0	3	3,6	3	2,2
13. Cláudio Parisi	1	1,7	1	1,2	2	1,4
14. Eduardo Faço Lemgrüber	-	0,0	5	6,0	5	3,6
15. Emerson Bazilio Pedreira	2	3,6	-	0,0	2	1,4
16. Fábio Frezatti	1	1,7	1	1,2	2	1,4
17. Gilberto de Oliveira Kloechner	1	1,7	2	2,4	3	2,2
18. Gustavo Silva Araújo	-	0,0	2	2,4	2	1,4
19. Herbert Kimura	1	1,7	1	1,2	2	1,4
20. Igor Bernardi Souza	1	1,7	1	1,2	2	1,4
21. Ilse Maria Beuren	1	1,7	1	1,2	2	1,4
22. Ivan Ricardo Gartner	-	0,0	3	3,6	3	2,2
23. Ivam Ricardo Peleias	1	1,7	1	1,2	2	1,4
24. Iolanda do Couto Guimarães	2	3,6	1	1,2	3	2,2
25. João Bosco Segreti	1	1,7	1	1,2	2	1,4
26. João Eduardo P. Tinoco	2	3,6	-	0,0	2	1,4
27. Joshua Onome Imoniana	-	0,0	3	3,6	3	2,2
28. José Odálio dos Santos	4	7,1	1	1,2	5	3,6
29. José Roberto Kassai	2	3,6	-	0,0	2	1,4

continua

conclusão

Nome do Autor	Congresso USP		EnANPAD		Total Geral	
	Quant. de Artigos	% s/ o Total	Quant. de Artigos	% s/ o Total	Quant. de Artigos	% s/ o Total
30. Josir Simeone Gomes	-	0,0	4	4,8	4	2,8
31. Karem Cristina de Sousa Ribeiro	1	1,7	1	1,2	2	1,4
32. Kelmara Mendes Vieira	-	0,0	2	2,4	2	1,4
33. Laura Edith Taboada Pinheiro	-	0,0	3	3,6	3	2,2
34. Leonardo Fernando Cruz Basso	1	1,7	1	1,2	2	1,4
35. Luciana G. B. Rodrigues	2	3,6	-	0,0	2	1,4
36. Lúcio Rodrigues Capelletto	-	0,0	3	3,6	3	2,2
37. Luiz Alberto Bertucci	-	0,0	2	2,4	2	1,4
38. Luiz João Corrar	2	3,6	1	1,2	3	2,2
39. Marcelle Colares Oliveira	2	3,6	1	1,2	3	2,2
40. Marcelo David Davis	1	1,7	1	1,2	2	1,4
41. Marcelo Sherer Perlin	2	3,6	-	0,0	2	1,4
42. Márcia Martins M. de Luca	2	3,6	1	1,2	3	2,2
43. Marcus Vinícius V. Machado	1	1,7	1	1,2	2	1,4
44. Octávio R. de Mendonça Neto	1	1,7	2	2,4	3	2,2
45. Pablo Rogers Silva	1	1,7	1	1,2	2	1,4
46. Patrícia Barros Ramos	-	0,0	2	2,4	2	1,4
47. Paulo Sérgio Ceretta	2	3,6	1	1,2	3	2,2
48. Rafael Felipe Schiozer	-	0,0	2	2,4	2	1,4
49. Ricardo Lopes Cardoso	1	1,7	2	2,4	3	2,2
50. Richard Saito	-	0,0	2	2,4	2	1,4
51. Roberto Moreno Moreira	-	0,0	3	3,6	3	2,2
52. Rosana Tavares	1	1,7	1	1,2	2	1,4
53. Rubens Famá	2	3,6	2	2,4	4	2,8
54. Sérgio Jurandyr Machado	-	0,0	2	2,4	2	1,4
55. Vinicius Ratton Brandi	1	1,7	1	1,2	2	1,4
	56	100,0	83	100,0	139	100,0

Fonte: Do autor com base em levantamento junto aos artigos selecionados e nos Apêndices A e B.

4.3.4.1 Produtividade dos autores com base na Lei de Lotka

Na tabela 21 apresentam-se os dados de participação dos autores dos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos nos eventos Congresso USP e EnANPAD.

Salienta-se que a escolha desse critério (quantidade de participações de cada autor) diz respeito à uma necessidade de ajuste, a fim de tornar comparável os padrões estabelecidos pela Lei de Lotka com os dados constantes da tabela 22. Convém lembrar que essa lei baseia-se na fórmula $an = \frac{a_1}{n^c}$, onde a_n é a frequência de autores publicando um número n de trabalhos (ou artigos), a_1 é o número de autores que assinaram apenas um artigo e c corresponde a um valor constante para cada campo científico ($c \approx 2$) (WAHLMANN, 2008, p. 72).

TABELA 21 - Quantidade de participações dos autores nos artigos selecionados Congresso USP e EnANPAD - Período 2001 a 2008

Quantidade de Autores	Número de Participações	Total de Participações	% s/ o Total	Padrão com Base na Lei de Lotka-%	Nº de Participações se utilizada a Lei de Lotka
1. Congresso USP					
107 autores	1	107	75,9	60,8	85,7
12 autores	2	24	17,0	15,2	21,4
2 autores	3	6	4,3	6,7	9,4
1 autor	4	4	2,8	3,8	5,4
Total: 122 autores		141	100,0	86,5	121,9
2. EnANPAD					
159 autores	1	159	73,3	60,8	131,9
14 autores	2	28	12,9	15,2	33,0
7 autores	3	21	9,7	6,7	14,5
1 autor	4	4	1,8	3,8	8,2
1 autor	5	5	2,3	2,4	5,2
Total: 182 autores		217	100,0	88,9	192,8
3. Ambos os eventos					
266 autores	1	266	74,4	60,8	217,7
26 autores	2	52	14,5	15,2	54,4
9 autores	3	27	7,5	6,7	24,0
2 autores	4	8	2,2	3,8	13,6
1 autor	5	5	1,4	2,4	8,6
Total: 304 autores		358	100,0	88,9	318,3

Fonte: Do autor com base nos artigos selecionados e no Apêndice A.

A tabela 21, precedente, foi construída após o ajuste dos números levantados diretamente dos artigos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do Congresso USP e EnANPAD. Para permitir a comparação entre os eventos e os parâmetros estabelecidos pela Lei de Lotka e evitar a dupla contagem dos autores, os números foram transformados em quantidade de participações. Ou seja, os 304 autores de artigos científicos foram transformados em 358 participações (141 no Congresso USP e 217 no EnANPAD).

Observa-se na tabela 21 que nos dois eventos os parâmetros obtidos são muito semelhantes, o que faz com que no agregado essa semelhança se confirme, mesmo havendo no EnANPAD uma categoria de participação a mais, qual seja a de um único autor ter 5 participações contra o máximo de 4 no Congresso USP.

Na última coluna da direita da tabela 21, apresenta-se uma simulação aplicando-se os parâmetros da Lei de Lotka sobre o número de participações totais de cada evento e no agregado. Portanto, se a Lei de Lotka apresentasse aderência total aos eventos analisados e tomando-se apenas como exemplo os autores que tiveram uma única participação nos artigos escritos, o resultado ficaria 20% menor no Congresso USP, 17% menor no EnANPAD e 11,1% no agregado.

A leitura da tabela permite verificar que a quantidade de autores que participaram uma única vez da produção de artigos científicos é muito grande (75,9% no Congresso USP; 73,3% no EnANPAD; 74,4% no agregado). Essa constatação pode indicar dificuldades na formação de um núcleo importante de autores que pesquisam as temáticas Controle Interno e Gestão de Riscos. O ideal seria que mais autores participassem mais vezes na produção e publicação de artigos científicos nessa área, para que o parâmetro ficasse próximo de 60,8%, conforme identificado pela Lei de Lotka.

A pesquisa realizada por Chung, Cox e Pak (2002) entre 1968 e 1988 na área de Contabilidade identificou que 57,7% dos autores foram responsáveis pela publicação de um único artigo. Portanto, resultado inferior ao padrão estabelecido pela Lei de Lotka e ao encontrado nesta dissertação para o Congresso USP e EnANPAD.

Lunkes et al. (2009), num estudo bibliométrico sobre Controladoria, identificaram que 45% dos artigos apresentados no Congresso Brasileiro de Contabilidade (2000, 2004 e 2008) foram escritos por um único autor, uma única vez. Esse resultado também é inferior ao padrão da Lei de Lotka e ao resultado obtido nesta dissertação. Leite Filho e Lacerda Siqueira (2007) concluíram no estudo que fizeram que 76% dos autores que publicaram artigos na Revista

Contabilidade & Finanças da USP (1999 a 2006) o fizeram uma única vez. Esse resultado é superior ao padrão da Lei de Lotka e semelhante ao encontrado nesta dissertação para o Congresso USP e o EnANPAD.

Cardoso et al. (2005) aplicaram a Lei de Lotka numa pesquisa cujo objetivo era saber a evolução e a temática das publicações científicas em Contabilidade, no período de 1990 a 2003. Dos 2.037 artigos publicados em periódicos classificados com conceito A pela CAPES, identificaram 60 como de Contabilidade. Com base na Lei de Lotka, calcularam a produtividade dos autores dos artigos no período e a compararam com a de outros autores, chegando à conclusão de que o número de autores com uma única publicação é maior do que o indicado pela literatura, ou seja 80,52% contra 60,8% (Lei de Lotka). Esse resultado é superior ao encontrado nesta dissertação.

Considerando os dados obtidos nesta dissertação, pode-se dizer que ainda não há, segundo a Lei de Lotka, um núcleo de pesquisadores sobre Controle Interno e Gestão de Riscos no Congresso USP e no EnANPAD. Todavia, ao se comparar os números observados no levantamento com os padrões da Lei de Lotka, nota-se que o distanciamento não é tão grande, sendo possível, portanto, com algum esforço institucional por parte das entidades organizadoras dos eventos, o estabelecimento de metas para tal formação. Esse é um desafio a ser superado.

4.3.5 Assuntos tratados nos Congressos USP e EnANPAD classificados por categorias e subcategorias

Nas tabelas 22, 23, 24 e 25 que sucedem, os artigos são separados e classificados nas categorias Controle Interno e Gestão de Riscos e, posteriormente, agrupados em subcategorias. A denominação dessas subcategorias ocorreu após a identificação do foco dado pelos autores dos artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD. Trata-se de uma categorização atribuída subjetivamente, decorrente da observação sobre o direcionamento e a proporção dados por cada autor ao assunto tratado no respectivo artigo, seja para Controle Interno ou Gestão de Riscos.

Observa-se, contudo, que as diferenças existentes entre as denominações das subcategorias de assuntos para Controle Interno e Gestão de Riscos no Congresso USP e

EnANPAD decorrem da distinção conceitual entre essas temáticas que cada um faz questão de enfatizar.

TABELA 22 - Assuntos tratados nos artigos selecionados sobre a categoria Controle Interno (CI) no Congresso USP - Período 2001 a 2008

Subcategorias dos Assuntos Tratados	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total	% s/o Total
Evolução Conceitual de CI	1								1	3,7
Instrumentos (artefatos) de CI		1				1	1	1	4	14,8
Internacionalização Empresarial e CI		1							1	3,7
Controle Gerencial e CI			1						1	3,7
Contabilidade e Contr. Gerencial/CI				1					1	3,7
Controle Interno e SOX				1		1	1	1	4	14,8
CI/Auditoria e Fraudes				1	2				3	11,1
CI e Acordo de Basiléia				1					1	3,7
CI e Administração Pública				1		1	1		3	11,1
CI e Governança Corporativa					1	1			2	7,4
CI e Avaliação de Desempenho						2			2	7,4
Estudo de Caso de CI						1	1		2	7,4
Sistema de Inf. Gerencial e CI						1	1		2	7,4
Total Geral	1	2	1	5	3	8	5	2	27	100,0

Fonte: Do autor com base na leitura do conteúdo dos artigos selecionados.

No caso do Congresso USP, durante o período de 2001 a 2008, a tabela 22 mostra que as subcategorias de assuntos tratados dentro da temática Controle Interno sobre os quais os autores mais dedicaram-se foram: Instrumentos ou artefatos para aplicação de Controle Interno (14,8% do total); Controle Interno e a Lei Sarbanes-Oxley-SOX (14,8% do total); CI, Auditoria e Fraudes (11,1% do total); e Controle Interno e Administração Pública (11,1% do total).

TABELA 23 - Assuntos tratados nos artigos selecionados sobre a categoria Controle Interno (CI) no EnANPAD - Período 2001 a 2008

Subcategorias dos Assuntos Tratados	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total	% s/ o Total
Evolução Conceitual de CI	1								1	3,8
Classificação de CI/Controle Gerencial	1								1	3,8
Instrumentos (artefatos) de CI				1					1	3,8
Internacionalização Empresarial e CI	1		1						2	7,7
Controle Interno e SOX						1		2	3	11,6
CI/Auditoria e Fraudes			1	2					3	11,6
CI e Acordo de Basiléia							2		2	7,7
CI e Administração Pública	1								1	3,8
CI e Avaliação de Desempenho		1		2	1	1	1		6	23,2
Estudo de Caso de CI	1	2					2		5	19,2
Sistema de Inf. Gerencial e CI								1	1	3,8
Total Geral	5	3	2	5	1	2	5	3	26	100,0

Fonte: Do autor com base na leitura do conteúdo dos artigos selecionados.

A tabela 23 apresenta dados para a temática Controle Interno referentes ao EnANPAD. Convém notar que, examinando-se as tabelas 22 e 23, nem todas as subcategorias (tais como Controle Gerencial e CI; Contabilidade, Controle Gerencial e CI; e CI e Governança Corporativa) que apareceram para o Congresso USP reaparecem no EnANPAD.

Assim, pode-se notar pela tabela 23 que as subcategorias mais representativas foram: CI e Avaliação de Desempenho (23,2% do total); Estudo de Caso de CI (19,2%); Controle Interno e SOX (11,6%); e CI, Auditoria e Fraudes (11,6%).

Apesar das diferenças percentuais na distribuição das subcategorias, pode-se afirmar que houve uma grande convergência na escolha dos temas em ambos os eventos, fato talvez influenciado pela ocorrência mundial de diversos eventos na época, os quais induziram a tais pesquisas. Muitos desses eventos já foram objeto de comentários nesta dissertação.

Ressalta-se que, do total de 53 artigos sobre Controle Interno apresentados nos eventos, 51% originaram-se do Congresso USP e os outros 49% do EnANPAD.

TABELA 24 - Assuntos tratados nos artigos selecionados sobre a categoria Gestão de Riscos (GR) no Congresso USP - Período 2001 a 2008

Subcategorias dos Assuntos Tratados	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total	% s/ Total
Revisão Conceitual de Riscos	1		1						2	6,1
Mensuração de Riscos		1			1				2	6,1
Classificação de Riscos			1	1	1				3	9,1
Evidenciação de Riscos de Crédito				1					1	3,0
Avaliação de Riscos				3	5	1	5	2	16	48,4
Evidenciação de Risco Operacional				3		1			4	12,1
Modelo de Cálculo de Riscos				3					3	9,1
Estrutura para Risco Operacional						2			2	6,1
Total Geral	1	1	2	11	7	4	5	2	33	100,0

Fonte: Do autor com base na leitura do conteúdo dos artigos selecionados.

TABELA 25 - Assuntos tratados nos artigos selecionados sobre a categoria Gestão de Riscos (GR) no EnANPAD - Período 2001 a 2008

Subcategorias dos Assuntos Tratados	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total	% s/ Total
Mensuração de Riscos		1		1		1			3	4,6
Classificação de Riscos					1	1	1	1	4	6,3
Evidenciação de Risco de Crédito		1	1			1	1		4	6,3
Avaliação de Riscos	2	3	2	4	1	1		2	15	23,4
Evidenciação de Risco Operacional						1		1	2	3,1
Evidenciação do Risco Cambial			1						1	1,6
Evidenciação do Risco de Mercado			1	1	1			1	4	6,3
Evidenciação do Risco de Taxas de Juros				1					1	1,6
Modelo de Cálculo de Riscos				1					1	1,6
VAR para Gerenciamento de Riscos	3	2		4	3	1			13	20,3
Gestão de Riscos Empresariais	1		1	2	3	3			10	15,5
Beta para Gerenciamento de Riscos	1					1			2	3,1
CAPM para Gerenciamento de Riscos				1					1	1,6
Gestão de Risco - País						1			1	1,6
Gestão de Risco Sistemico						2			2	3,1
Total Geral	7	7	6	15	9	13	2	5	64	100,0

Fonte: Do autor com base na leitura do conteúdo dos artigos selecionados.

As tabelas 24 e 25 fornecem dados sobre as subcategorias de assuntos subordinadas à categoria Gestão de Riscos.

No caso do Congresso USP (tabela 25), as subcategorias mais representativas são: Avaliação de Riscos (48,4% do total); Evidenciação de Risco Operacional (12,1%); e Modelo de Cálculo de Riscos (9,1%).

O EnANPAD (tabela 26) apresenta um número bem maior de subcategorias sobre Gestão de Riscos em relação ao Congresso USP (15 contra 8), sendo as seguintes as que receberam maior atenção por parte dos autores: Avaliação de Riscos (23,4% do total); VAR para Gerenciamento de Riscos (20,3%); e Gestão de Riscos Empresariais (15,5%).

Resumindo-se, tem-se que do total de 97 artigos sobre Gestão de Riscos apresentados em ambos os eventos no período de 2001 a 2008, cerca de 66% emanaram do EnANPAD e os 34% restantes do Congresso USP.

Assim, pelo menos no período de 2001 a 2008, cada evento demonstrou, com relação ao conjunto da produção apresentada, uma certa especialização temática: Congresso USP proporcionalmente escrevendo mais sobre Controle Interno e EnANPAD sobre Gestão de Riscos.

4.3.6 Destinação dos artigos selecionados

A tabela 26 mostra, a seguir, de maneira resumida qual o destino dado aos artigos apresentados nos Congresso USP e EnANPAD após sua apresentação nos referidos eventos.

TABELA 26 - Destino dos artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD - Período 2001 a 2008

Destino dos Artigos	Congresso USP		EnANPAD		Total	
	Quant.	% s/ Total	Quant.	% s/ Total	Quant.	% s/ o Total
a. Publicados em periódicos após a apresentação nos eventos	12(*)	20,3	23	25,6	35	23,5
b. Artigos que continuam disponíveis apenas nos anais	47	79,7	67	74,4	114	76,5
c. Total dos artigos selecionados	59	100,0	90	100,0	149	100,0

Fonte: Do autor com base em levantamento feito nos CLattes dos autores e no Apêndice B.

(*) Apenas 1 artigo tem origem no Congresso USP de Iniciação Científica.

Uma das preocupações da bibliometria, conforme tratado no capítulo 3, é com relação à divulgação e propagação da produção científica, ou seja, com o percurso que a pesquisa deve percorrer após seu término para permitir a outros cientistas e à sociedade em geral tomarem conhecimento da descoberta científica.

Um dos meios mais importantes são os periódicos especializados, pois têm a virtude de fazer chegar a informação junto aos que podem utilizá-las para aperfeiçoar o que fora descoberto cientificamente.

Nesse sentido, levantou-se na internet e no CLattes dos autores dos artigos selecionados quais dos artigos apresentados nos eventos Congresso USP e EnANPAD repercutiram em periódicos especializados nas áreas Contábil-Financeiras.

Dos 59 artigos apresentados no Congresso USP, apenas 12 ou 20,3% foram publicados em periódicos especializados, enquanto os 47 artigos restantes (79,7% do total) permaneceram somente nos anais do evento. Notou-se, pelo levantamento realizado, que a publicação de um artigo em um periódico especializado não é imediata, podendo levar um certo tempo para ocorrer. Essa demora quando muito grande, pode prejudicar a atualidade da pesquisa.

No quadro 5, a seguir, relacionam-se a quantidade e os respectivos periódicos onde foram publicados os 12 artigos do Congresso USP, bem como a classificação Qualis/Capes desses periódicos relativa ao ano de 2008. Observa-se que o artigo de número 6 foi publicado em dois periódicos diferentes (a segunda publicação aparece com o número 9 no quadro), razão pela qual não foi levado em conta no total.

Artigo	Autor responsável (*)	Ano do Congresso USP	Periódico	Ano da Publicação/Classific. Qualis-CAPES (2008)
1. Controles Internos: uma Metodologia de Mensuração dos Níveis de Controle de Riscos	Francisco Carlos Fenrandes	2006	Revista Contabilidade & Finanças (USP)	2007 Qualis B1
2. Um Estudo sobre a Utilização de Controles de Gestão nas Maiores Indústrias Catarinenses	Ilse Maria Beuren	2006	Revista Contabilidade & Finanças (USP)	2007 Qualis B1
3. Lógica Nebulosa para Avaliar Riscos na Auditoria	Jerônimo Antunes	2005	Revista Contabilidade & Finanças (USP)	2006 Qualis B1
4. Demonstrações Contábeis de Bancos Brasileiros: Análise da Evidenciação Oferecida à Luz do Gerenciamento de Riscos	Iolanda do Couto Guimarães	2005	Revista Base (Unisinos)	2007 Qualis B2
5. A Implantação de Controle Interno Adequado às Exigências da Lei Sarbanes-Oxley em Empresas Brasileiras: um Estudo de Caso	Marcelle Colares Oliveira	2006	Revista Base (Unisinos)	2007 Qualis B2
6. Controle de Qualidade dos Serviços de Auditoria Independente: um Estudo Comparativo entre as Normas Brasileiras e as Normas Internacionais	Elisabeth Yukie Horita Ito	2007	Revista Contabilidade, Gestão e Governança	2008 Qualis C
7. Fatores que Influenciam a Adoção de Artefatos de Controle Gerencial nas Empresas Brasileiras: um Estudo Exploratório sob a Ótica da Teoria Neo Institucional	Ricardo Lopes Cardoso	2008	Revista de Contabilidade e Organização (ES)	2008 Qualis B3
8. A importância do Controle Interno para a Gestão das Empresas (Origem: Congresso USP de Iniciação Científica)	Antonio Nunes Pereira	2004	Revista Pensar Contábil	2004 Qualis B4
9. Controle de Qualidade dos Serviços de Auditoria Independente: um Estudo Comparativo entre as Normas Brasileiras e as Normas Internacionais	Jorge Katsumi Niyama	2007	Revista UnB Contábil	2008 Qualis: Publicação cessada em 2007
10. Relevância das Red Flags na Avaliação dos Riscos de Fraudes nas Demonstrações Contábeis: a Percepção de Auditores Independentes Brasileiros	Fernando Dal-Ri Murcia	2007	Revista Universo Contábil	2008 Qualis B3
11. Modelo de Classificação de Risco de Crédito das Grandes Empresas	Alexandre Assaf Neto	2005	Revista Contabilidade & Finanças	2008 Qualis B1
12. Análise Comparativa de Métodos para Previsão de Insolvência em uma Carteira de Crédito Bancário de Empresas de Médio Porte	José Odílio dos Santos	2006	Revista de Gestão USP	2008 Qualis B3
13. Risco e Inovação de Produtos: Um Estudo de Empresas Manufatureiras Brasileiras	Eduardo Kazuo Kayo	2007	Journal Of International Business and Economics	2007 Qualis B3

QUADRO 5 - Relação dos artigos do Congresso USP publicados em periódicos

(*) Escolha por ordem alfabética ou pela posição do nome no artigo.

Fonte: Dados obtidos dos artigos selecionados do Congresso USP e CLattes dos autores.

No caso do EnANPAD, dos 90 artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos, apenas 23 ou 25,6% do total chegaram a ser publicados em periódicos especializados. Os restantes (67 ou 74,5%) permaneceram à disposição nos anais do evento. A argumentação é a mesma utilizada no caso do Congresso USP.

Apenas a título de observação, percebeu-se durante o levantamento que um dos artigos sobre Gestão de Riscos apresentados no EnANPAD de 2006 já havia sido publicado no SEMEAD de 1999 (mesmo título e com poucas alterações no conteúdo).

No quadro 6, a seguir, relacionam-se os artigos apresentados no EnANPAD e publicados em periódicos especializados.

Artigo	Autor responsável (*)	Ano do EnANPAD	Periódico	Ano da Publicação/Classific. Qualis-CAPES (2008)
1. Avaliação de Estimativas do Risco de Mercado de Ações e Opções de Compra da Petrobrás Utilizando a Metodologia Value At Risk com Simulação de Monte Carlo	Charles Ulises de Montreuil Carmona	2001	Revista Eletrônica de Administração (P. Alegre - RS)	2002 Qualis B2
2. Modelagem de Risco de Crédito: um Estudo do Seguimento de Pessoas Físicas em um Banco de Varejo	Antônio Alves Amorin Neto	2003	Revista Eletrônica de Administração (P. Alegre - RS)	2004 Qualis B2
3. O Risco Cambial na Otimização de Carteiras Internacionais: o Efeito dos Países Latino-Americanos	Luís Antonio Villao Cabello	2003	Revista Eletrônica de Administração (P. Alegre - RS)	2003 Qualis B2
4. Tomada de Decisão em Ambiente de Risco: uma Avaliação sob a Ótica Comportamental	Alexandre Majola Gava	2005	Revista Eletrônica de Administração (P. Alegre - RS)	2006 Qualis B2
5. Uma Proposta para Avaliação da Empresa em Condições de Risco com Base no Modelo de Ohlson	José Roberto Securato	2002	Revista de Contabilidade e Finanças (USP)	2003 Qualis B1
6. Índices de Risco Sistemático para o Setor Bancário	Lúcio Rodrigues Capelletto	2006	Revista de Contabilidade e Finanças (USP)	2008 Qualis B1
7. Modelamento Ótimo de Gestão de Risco em Empresas Não-Financeiras	Herbert Kimura	2003	Revista de Contabilidade e Finanças (USP)	2005 Qualis B1
8. A Evolução Recente da Transparência dos Fatores de Risco nas Informações Contábeis: uma Análise das Empresas Brasileiras de Telecomunicações	Edson Luiz Riccio	2003	Revista de Administração Mackenzie	2004 Qualis B1
9. Análise do Nível de Divulgação do Risco Operacional Segundo Recomendações do Comitê da Basileia: um Estudo em Bancos do País e do Exterior	Ana Paula Mussi Szabo Cherobin	2006	Revista de Administração Mackenzie	2009 Qualis B1
10. Análise do Risco Setorial como Instrumento de Controle Gerencial em Instituições Financeiras	Ivan Ricardo Gartner	2006	Revista de Administração Mackenzie	2009 Qualis B1
11. Um Estudo Exploratório do Controle Gerencial de Ativos e Recursos Intangíveis em Empresas Brasileiras	Josir Simeone Gomes	2001	Revista de Administração Contemporânea (ANPAD)	2002 Qualis B1

continua

conclusão

Artigo	Autor responsável (*)	Ano do EnANPAD	Periódico	Ano da Publicação
12. Avaliação de Métodos de Exigência de Capital para Risco de Ações no Brasil	Gustavo Silva Araújo	2003	Revista de Administração Contemporânea (ANPAD)	2005 Qualis B1
13. Estrutura a Termo da Taxa de Juros e Imunização: Novas Perspectivas na Gestão do Risco e Taxa de Juros em um Fundo de Pensão	Luiz Felipe Jacques da Motta	2004	Revista de Administração Contemporânea (ANPAD)	2007 Qualis B1
14. Adequação das Medidas de Valor em Risco na Formulação da Exigência de Capital para Estratégias de Opções no Mercado Brasileiro	Eduardo Facó Lemgrüber	2004	Revista de Economia e Administração	2004 Qualis B4
15. Controlando o Risco de Mercado de um Fundo de Previdência Privada: um Modelo de VAR e Teste de Estresse sob a Ótica da Teoria do Valor Extremo	Antônio Carlos Figueiredo Pinto	2004	Revista de Economia e Administração	2004 Qualis B4
16. Controle Gerencial em Empresas Internacionalizadas: o caso da Construtora Odebrecht S/A	Adriano Rodrigues	2003	Revista Contemporânea de Contabilidade (Florianópolis - SC)	2006 Qualis B3-B4
17. Uso de Controles Internos: um Estudo em Empresas Hoteleiras	Rogério João Lunkes	2007	Revista de Contabilidade da U.F. da Bahia	2008 Qualis C
18. Goodness-of-fit Tests Focus on Value at Risk Estimation	Aquiles Rocha de Farias	2004	Revista de Econometria	2006 Qualis B2
19. Análise do Risco de Mercado do Agronegócio Brasileiro: um Estudo Comparativo entre os Modelos CAPM e GARCHM	Aureliano Angel Bressan	2004	Gestão.ORG	2004 Qualis B3
20. Um Estudo sobre a Atuação da Auditoria Interna na Detecção de Fraudes nas Empresas do Setor Privado no Estado de São Paulo	Anísio Candido Pereira	2004	Revista Brasileira de Gestão de Negócios (SP)	2005 Qualis B3
21. Análise do Nível de Transparência das Instituições Financeiras no Brasil em Relação ao Novo Acordo de Capitais (Basileia II)	Raimundo Nonato Sousa da Silva	2007	BRB - Brazilian Business Review	2008 Qualis B2
22. Controle Interno dos Estoques de Medicamentos nos Hospitais de Natal	Anailson Márcio Gomes	2007	Revista Interface	2007 Qualis B2
23. Análise de Risco: um Modelo de Interpretação das Informações sobre Investimentos em Franquias	Antônio Marcos Coelho da Rocha	2004	RPA Brasil (Maringá - PR)	2005 Qualis C

QUADRO 6 - Relação dos artigos do EnANPAD publicados em periódicos

(*) Escolha por ordem alfabética ou pela posição do nome no artigo.

Fonte: Dados obtidos dos artigos selecionados do EnANPAD e CLattes dos autores.

Os dados consolidados mostram que apenas 35 ou 23,5 % do total (149) dos artigos selecionados de ambos os eventos foram objeto de publicação em periódicos especializados. Os 76,5% restantes encontram-se somente nos anais dos eventos. O periódico que aparece com o maior número de publicações quando são somados os dois eventos é a Revista Contabilidade e Finanças da USP, com 6 publicações.

4.3.7 Estrutura dos artigos selecionados

As tabelas 27, 28 e 29 apresentam dados sobre a estrutura dos artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD, período de 2001 a 2008, no que diz respeito à existência de resumo, palavras-chave, *abstract*, *key-words*, ferramentas gráficas, média de palavras por resumo e média de páginas por artigo.

Quanto à existência de regras que orientam sobre o formato dos artigos para submissão e apresentação nos eventos, o Congresso USP é explícito sobre a presença no texto de : resumo (máximo de 15 linhas, não determina quantidade de palavras); tipo do editor de texto (*Word for Windows* 6.0 ou posterior); número de páginas (entre 10 e 15); configuração-padrão das margens; tamanho das páginas (A4); tipo e tamanho da fonte (*Times New Roman* 12); recuos e espaçamentos (antes 0 pt; depois 6 pt; entre linhas simples); figuras (*Times New Roman*, tamanho 8 a 12); e orienta para o uso das normas ABNT em geral. Não faz nenhuma referência sobre palavras-chave e *abstract*.

No caso do EnANPAD, as instruções para submissão de trabalhos consistem em: editor de texto (*Word for Office* 97 ou posterior); configuração das páginas (tamanho do papel A4; definição-padrão das margens; fonte do texto *Times New Roman*, corpo 12; espaçamentos simples entre caracteres, palavras e linhas); número de páginas (mínimo de 8, máximo de 16, incluindo ilustrações, bibliografia e notas de final de texto); resumo com no mínimo 10 e no máximo 15 linhas, em um único parágrafo, no mesmo idioma do trabalho (sem *abstract*) e constando obrigatoriamente como parte integrante do trabalho em si na primeira página do mesmo; não são aceitas notas de rodapé; todas as notas devem estar inclusas como notas de final de texto; ilustrações, tabelas e gráficos elaborados no *Excel* ou *Power Point*, vinculados ao *Word*, com fonte *Times New Roman* corpo 10; não é necessária a inclusão de palavras-

chaves; são aceitos trabalhos submetidos em português, inglês ou espanhol; os trabalhos não podem, sob hipótese alguma, possuir identificação.

Contudo, nesta dissertação o padrão utilizado é o exigido pelas normas da ABNT, conforme a estrutura do Apêndice A, o qual serviu de instrumento de levantamento dos dados de cada artigo.

TABELA 27 - Artigos selecionados do Congresso USP com resumo, palavras-chave, *abstract*, *key-words*, ferramentas gráficas, média de palavras por resumo e média de páginas por artigo – Período 2001 a 2008

Ano	Número de Artigos	Resumo		Palavras-chave		Abstract		Key-words		Ferramentas Gráficas		Média	
		Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Palavras por Resumo	Páginas por Artigo
2001	2	2	100,0	1	50,0	1	50,0	1	50,0	1	50,0	160	18,5
2002	2	2	100,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	2	100,0	210	13,0
2003	4	4	100,0	1	25,0	-	0,0	-	0,0	4	100,0	185,5	14,3
2004	16	16	100,0	7	43,7	2	10,5	2	12,5	15	93,7	200,2	15,2
2005	10	10	100,0	3	30,0	-	0,0	-	0,0	9	90,0	187,7	15,7
2006	11	11	100,0	2	18,2	-	0,0	-	0,0	8	72,7	222,2	14,7
2007	9	9	100,0	3	33,3	-	0,0	-	0,0	8	88,9	205,1	14,9
2008	5	5	100,0	3	60,0	-	0,0	-	0,0	5	100,0	208,8	14,4
Total	59	59	100,0	20	33,9	3	5,1	3	5,1	52	88,1	201,6	15,1

Fonte: Do autor com base em levantamento feito diretamente nos artigos selecionados e no Apêndice A.

A tabela 27 revela que a totalidade dos 59 ou 100% dos artigos possui resumo, o que atende às normas tanto do evento Congresso USP como da ABNT nesse quesito. Quanto aos demais quesitos, como palavras-chave, *abstract* e *key-words*, não exigidos pelo Congresso USP mas obrigatórios pela ABNT, o atendimento ficou em 33,9%, 5,1% e 5,1%, respectivamente, significando um baixo nível de adesão àquela que é considerada a estrutura ideal pela entidade que normaliza a formatação de trabalhos no Brasil. Quanto à presença de ferramentas gráficas, 52 ou 88,1% do total de artigos usaram esses artefatos, índice que indica um elevado grau de qualidade técnica, apesar do seu uso ser facultativo.

Quanto à quantidade de palavras nos resumos, verificou-se que não houve nenhum caso em que se ultrapassou o limite estabelecido pela ABNT de 250 palavras ou das quinze linhas sugeridas pelo Congresso USP. No caso, a média foi de 201,6 palavras por resumo.

Quanto ao número de páginas, apesar de a ABNT não estabelecer em suas normas limites para a quantidade de páginas para os artigos científicos, o Congresso USP estabelece como limite máximo 15 páginas. Desse modo, observa-se na tabela 27 que a média de páginas (15,1) superou ligeiramente o limite estabelecido. No período de 2001 a 2008, essa média por artigo foi ultrapassada em 3 ocasiões: em 2001 com 18,5, em 2004 com 15,2 e em 2005 com 15,7. Essa ocorrência talvez esteja associada ao fato de os artigos do Congresso USP não apresentarem, na sua grande maioria, numeração de páginas, o que pode levar à certa dificuldade de controle desse quesito no momento da submissão dos artigos.

A tabela 28 oferece dados do EnANPAD sobre os mesmos quesitos já abordados para o Congresso USP. Indica que o total de 90 artigos ou 100% contém resumos em suas estruturas, o que atende às normas do próprio evento e também da ABNT. Somente 14,4% do total de artigos apresentaram palavras-chave, 7,8% acrescentaram *abstract* e 3,3% incluíram *key-words*. Quanto ao uso de ferramentas gráficas, o percentual atingiu 90% dos artigos, número um pouco superior ao do Congresso USP.

A média de palavras por resumo ficou abaixo do limite máximo de 250 palavras, conforme estabelecido pela ABNT, e aquém da média apresentada pelo Congresso USP. Quanto ao número de páginas, a média foi de 15 por artigo, dentro, portanto, do máximo definido pelo EnANPAD, que é de 16; tal limite não foi ultrapassado em nenhum dos anos. Cabe comentar que no EnANPAD todos os artigos tiveram as suas páginas numeradas, ao contrário do Congresso USP, em que raramente a numeração apareceu.

TABELA 28 - Artigos selecionados do EnANPAD com resumo, palavras-chave, *abstract*, *key-words*, ferramentas gráficas, média de palavras por resumo e média de páginas por artigo – Período 2001 a 2008

Ano	Número de Artigos	Resumo		Palavras-chave		Abstract		Key-words		Ferramentas Gráficas		Média de Palavras por Resumo	Média de Páginas por Artigo
		Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%		
2001	12	12	100,0	2	16,7	-	0,0	-	0,0	9	75,0	180,1	15,4
2002	10	10	100,0	1	10,0	2	20,0	1	10,0	9	90,0	155,2	14,0
2003	8	8	100,0	1	12,5	-	0,0	-	0,0	6	75,0	163,1	15,4
2004	20	20	100,0	2	10,0	2	50,0	1	5,0	18	90,0	163,8	13,7
2005	10	10	100,0	-	0,0	2	20,0	-	0,0	10	100,0	151,4	15,5
2006	15	15	100,0	2	13,3	1	6,7	1	10,0	15	100,0	188,4	15,2
2007	7	7	100,0	2	28,6	-	0,0	-	0,0	6	85,7	176,0	15,7
2008	8	8	100,0	3	37,5	-	0,0	-	0,0	8	100,0	158,1	15,0
Total	90	90	100,0	13	14,4	7	7,8	3	3,3	81	90,0	151,2	15,0

Fonte: Do autor com base em levantamento feito diretamente nos artigos selecionados e no Apêndice

A.

A tabela 29 consolida os mesmos tipos de dados para ambos os eventos, demonstrando que a totalidade dos artigos inclui o resumo.

Quanto às palavras-chave, 33 artigos ou 22,1% do total de 149 inseriram espontaneamente esse elemento em sua composição. A inclusão de *abstract* e *key-words* ocorreu em 6,7% e 4,% dos artigos, respectivamente. Esses números aproximam-se bastante dos números de cada evento quando vistos isoladamente. Para o ferramental gráfico, 89,3% do total de artigos utilizaram algum tipo de artefato com vistas à facilitar o entendimento para o leitor.

A média de 171,2 palavras por resumo ficou dentro dos limites estabelecidos por ambos os eventos e também pela ABNT (NBR 6028). A média de 15 páginas por artigo ficou igualmente dentro dos limites estabelecidos pelos eventos e ABNT.

TABELA 29 - Artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD com resumo, palavras-chave, *abstract*, *key-words*, ferramentas gráficas, média de palavras por resumo e média de páginas por artigo – Período 2001 a 2008

Ano	Número de Artigos	Resumo		Palavras-chave		Abstract		Key-words		Ferramentas Gráficas		Média de Palavras por Resumo	Média de Páginas por Artigo
		Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%		
2001	14	14	100,0	3	21,4	1	7,1	1	7,1	10	71,4	177,2	15,8
2002	12	12	100,0	1	8,3	2	16,7	1	8,3	11	91,7	164,3	13,8
2003	12	12	100,0	2	16,7	-	0,0	-	0,0	10	83,3	170,6	15,0
2004	36	36	100,0	9	25,0	4	11,1	3	8,3	33	91,7	180,0	14,4
2005	20	20	100,0	3	15,0	2	10,0	-	0,0	19	95,0	169,5	15,6
2006	26	26	100,0	4	15,4	1	3,8	1	3,8	23	88,5	202,7	15,0
2007	16	16	100,0	5	31,3	-	0,0	-	0,0	14	87,5	192,4	15,3
2008	13	13	100,0	6	46,2	-	0,0	-	0,0	13	100,0	177,6	14,7
Total	149	149	100,0	33	22,1	10	6,7	6	4,0	133	89,3	171,2	15,0

Fonte: Do autor com base em levantamento feito diretamente nos artigos selecionados e no Apêndice A.

Wahlmann (2008, p. 100) analisou 154 artigos sobre Controladoria publicados em periódicos e constatou a existência de resumo em 150 ou 97,4%; palavras-chave em 133 ou 86,4%; *abstract* em 102 ou 66,2%; *keys-words* em 100 ou 64,9%; e ferramentas gráficas em 138 ou 89,6%. Nota-se, comparando-se com os totais apresentados na tabela 30, que somente no quesito resumo os artigos analisados pela autora ficaram um pouco abaixo do percentual levantado com base nos dados desta dissertação. Nos demais quesitos, os artigos de Controladoria indicaram índices mais elevados de atendimento às normas da ABNT. Esse resultado pode ser consequência da maior exigência para publicar-se em periódicos. Seria interessante que tanto o Congresso USP quanto o EnANPAD elevassem o nível de exigências para esses quesitos, de forma a adequar antecipadamente os artigos para futura publicação em periódicos.

As tabelas 30, 31 e 32 fornecem dados sobre a composição dos resumos que aparecem nos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos dos eventos Congresso USP e EnANPAD no período de 2001 a 2008.

Para Vergara (2003, p. 72), “resumo é um item que sumariza o relatório, enfatizando objetivo, metodologia, resultados e conclusões”. De acordo com a autora, o resumo deve ser elaborado obedecendo-se à uma sequência de frases, de forma clara e em linguagem apropriada, para que o leitor perceba de forma objetiva do que se trata, de forma a atraí-lo

para o relatório. Ela recomenda que o resumo não deve conter mais do que 500 palavras e nem apresentar-se na forma de tópicos. Ademais, sugere ser importante a apresentação em uma língua estrangeira, de preferência o inglês.

Martins (1994, p. 51) localiza o resumo como um dos elementos pré-textuais, por meio do qual o autor apresenta de forma concisa os pontos importantes do texto, de maneira a permitir ao leitor decidir se deve ou não ler ou consultar integralmente o texto. Segundo o autor, o resumo deve fazer ressaltar os objetivos atingidos, o método empregado, bem como os resultados e as conclusões a que o trabalho chegou. O autor observa que eles podem ser diferenciados conforme a quantidade de palavras: para notas e comunicações breves utiliza-se até 100 palavras; para monografias e artigos, até 250 palavras; e para relatórios e teses, até 500 palavras.

Pode-se dizer, que quanto ao quesito Resumo, os artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD que tratam de Controle Interno e Gestão de Riscos enquadram-se, em grande parte, nos parâmetros apontado por Martins (1994, p. 51) e Vergara (2003, p. 72). A exceção fica por conta do baixo uso de uma segunda língua, em especial a inglesa.

Na tabela 30, verifica-se que dos 59 artigos selecionados do Congresso USP sobre Controle Interno e Gestão de Riscos 59 ou 100,0% apresentam a situação-problema, 47 ou 79,7% os objetivos, 43 ou 72,9% a metodologia e 49 ou 83,1% os resultados.

Na tabela 31, aparece a composição dos resumos contidos nos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do EnANPAD, no período de 2001 a 2008.

Do total de 90 artigos examinados, 83 ou 91,3% apresentaram a situação-problema, 80 ou 88,9% indicaram os objetivos perseguidos, 72 ou 80% informaram a metodologia empregada e 74 ou 82,2% falaram dos resultados. À exceção dos quesitos situação-problema e resultados, o EnANPAD apresentou-se melhor configurado que o Congresso USP.

Na tabela 32, aparecem os dados consolidados de ambos os eventos quanto à composição do resumo. Assim, do total dos 149 artigos, 142 ou 95,3% apresentaram a situação-problema, 127 ou 85,2% indicaram os objetivos perseguidos, 115 ou 77,2% informaram a metodologia utilizada e 123 ou 82,5% mostraram os resultados obtidos. Esses resultados consolidados indicam a necessidade de uma melhora na qualidade da apresentação dos artigos, haja vista tratarem-se de eventos classificados como A pelo sistema Qualis da CAPES e pelo fato de o EnANPAD ser considerado um evento de nível internacional.

TABELA 30 - Estrutura dos resumos dos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do Congresso USP - Período 2001 a 2008

Elementos	Período: Ano																Total	% s/ o Total
	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%		
Situação-Problema	2	100,0	2	100,0	4	100,0	16	100,0	10	100,0	11	100,0	9	100,0	5	100,0	59	100,0
Objetivos	2	100,0	2	100,0	3	75,0	11	68,8	8	80,0	8	72,7	9	100,0	4	80,0	47	79,7
Metodologia	2	100,0	1	50,0	2	50,0	11	68,8	7	70,0	10	90,9	5	55,6	5	100,0	43	72,9
Resultados	2	100,0	1	50,0	4	100,0	9	56,2	10	100,0	10	90,9	8	88,9	5	100,0	49	83,1
Total de Artigos	2	100,0	2	100,0	4	100,0	16	100,0	10	100,0	11	100,0	9	100,0	5	100,0	59	100,0

Fonte: Do autor com base em levantamento diretamente nos artigos selecionados e no Apêndice A.

TABELA 31 - Estrutura dos resumos dos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do EnANPAD - Período 2001 a 2008

Elementos	Período: Ano																Total	% s/ o Total
	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%		
Situação-Problema	12	100,0	10	100,0	8	100,0	19	95,0	6	60,0	15	100,0	7	100,0	6	75,0	83	91,2
Objetivos	9	75,0	9	90,0	8	100,0	18	90,0	8	80,0	14	93,3	7	100,0	7	87,5	80	88,9
Metodologia	9	75,0	8	80,0	6	75,0	15	75,0	10	100,0	11	73,3	7	100,0	6	75,0	72	80,0
Resultados	9	75,0	7	70,0	7	87,5	16	80,0	9	90,0	14	93,3	5	71,4	7	87,5	74	82,2
Total de Artigos	12	100,0	10	100,0	8	100,0	20	100,0	10	100,0	15	100,0	7	100,0	8	100,0	90	100,0

Fonte: Do autor com base em levantamento diretamente nos artigos selecionados e no Apêndice A.

TABELA 32 - Estrutura dos resumos dos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do Congresso USP e EnANPAD - Período 2001 a 2008

Elementos	Período: Ano																Total	% s/ o Total
	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%		
Situação-Problema	14	100,0	12	100,0	12	100,0	35	97,2	16	80,0	26	100,0	16	100,0	11	84,6	142	95,3
Objetivos	11	78,5	11	91,7	11	91,7	29	80,6	16	80,0	22	84,6	16	100,0	11	84,6	127	85,2
Metodologia	11	78,5	9	75,0	8	66,7	26	72,2	17	85,0	21	80,8	12	75,0	11	84,6	115	77,2
Resultados	11	78,5	8	66,7	11		25	69,4	19	95,0	24	92,3	13	81,2	12	92,3	123	82,5
Total de Artigos	14	100,0	12	100,0	12	100,0	36	100,0	20	100,0	26	100,0	16	100,0	13	100,0	149	100,0

Fonte: Do autor com base em levantamento diretamente nos artigos selecionados e no Apêndice A.

4.3.8 Análise da estrutura dos artigos

As tabelas 33, 34 e 35 mostram de forma sintética os resultados do levantamento feito utilizando-se o Apêndice A, o qual possibilitou verificar, para o período de 2001 a 2008, a existência ou não de adequação dos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do Congresso USP e EnANPAD às normas da ABNT (NBR 6022, NBR 6023, NBR 6024 e NBR 6028). O Apêndice A está dividido em duas partes: I - Identificação do Artigo e II - Análise da Estrutura. A primeira trata do título do artigo, nome do autor e co-autores, sexo, local e ano do evento. A segunda parte trata dos elementos pré-textuais, textuais, pós-textuais e outros.

TABELA 33 - Estrutura dos artigos selecionados do Congresso USP e sua adequação às Normas da ABNT conforme consta no Apêndice A - Período 2001 a 2008

Elementos	Congresso USP							Total em %	Total de Artigos
	Totalmente Adequado		Parcialmente Adequado		Não Adequado				
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%			
Pré-Textuais	-	-	59	100,0	-	-	100,0	59	
Textuais	47	79,7	12	20,3	-	-	100,0	59	
Pós-Textuais	-	-	21	35,6	38	64,4	100,0	59	
Outros	40	67,9	18	30,5	1	1,6	100,0	59	

Fonte: Do autor com base em levantamento feito diretamente nos artigos selecionados e no Apêndice A.

TABELA 34 - Estrutura dos artigos selecionados do EnANPAD e sua adequação às Normas da ABNT conforme consta no Apêndice A - Período 2001 a 2008

Elementos	EnANPAD							Total em %	Total de Artigos
	Totalmente Adequado		Parcialmente Adequado		Não Adequado				
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%			
Pré-Textuais	-	-	90	100,0	-	-	100,0	90	
Textuais	61	67,8	29	32,2	-	-	100,0	90	
Pós-Textuais	-	-	46	51,1	44	48,9	100,0	90	
Outros	49	54,4	41	45,6	-	-	100,0	90	

Fonte: Do autor com base em levantamento feito diretamente nos artigos selecionados e no Apêndice A.

TABELA 35 - Estrutura dos artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD e sua adequação às Normas da ABNT conforme consta no Apêndice A - Período 2001 a 2008

Elementos	Congresso USP e EnANPAD							Total em %	Total de Artigos
	Totalmente Adequado		Parcialmente Adequado		Não Adequado				
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%			
Pré-Textuais	-	-	149	100,0	-	-	100,0	149	
Textuais	108	72,5	41	27,5	-	-	100,0	149	
Pós-Textuais	-	-	67	45,0	82	55,0	100,0	149	
Outros	89	59,7	59	39,6	1	0,7	100,0	149	

Fonte: Do autor com base em levantamento feito diretamente nos artigos selecionados e no Apêndice A.

A tabela 33 indica que 100% dos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do Congresso USP estão apenas parcialmente adequados às normas da ABNT no que diz respeito aos elementos pré-textuais. Quanto aos elementos textuais, 47 ou 79,7% dos artigos estão adequados às normas, enquanto 12 ou 20,3% estão parcialmente adequados. Quanto aos elementos pós-textuais, 21 ou 35,6% do total estão parcialmente adequados às normas, sendo que 38 ou 64,4% não as atendem. Quanto a outros elementos, 40 ou 67,9% do total atendem totalmente às normas, 18 ou 30,5% as atendem parcialmente e 1 ou 1,6% não atendem às normas. Ou seja, nenhum dos artigos atingiu os 100% de adequação em todos os elementos da estrutura dos artigos.

Na tabela 34, encontram-se os dados referentes à estrutura dos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do EnANPAD. Quanto aos elementos pré-textuais, os 90 artigos ou 100,0% estão apenas parcialmente adequados às normas ABNT. Dos elementos textuais, 61 ou 67,8% estão totalmente adequados às normas e 29 ou 32,2% estão parcialmente adequados. No que tange aos elementos pós-textuais, 46 ou 51,1% estão parcialmente adequados às normas e 44 ou 48,9% não as atendem de forma alguma. Para o elemento outros, 49 ou 54,4% estão adequados às normas da ABNT e 41 ou 45,6% estão parcialmente adequados a elas.

A consolidação de ambos os eventos no que diz respeito à estrutura dos artigos encontra-se na tabela 35. Quanto aos elementos pré-textuais, 149 ou 100,0% estão parcialmente adequados, o que ocorre quando se examina isoladamente cada evento. Quanto aos elementos textuais, 108 artigos ou 72,5% encontram-se totalmente adequados às normas da ABNT e 41 ou 27,5% estão parcialmente adequados. No que concerne aos elementos pós-

textuais, 67 ou 45% estão parcialmente adequados a tais normas e 82 ou 55,0% não se ajustam a elas. Quanto a outros elementos, 89 ou 59,7% estão totalmente adequados às normas da ABNT, 59 ou 39,6% estão parcialmente adequados e 1 ou 0,7% não atende às normas.

4.3.9 Características das fontes bibliográficas

De acordo com Vergara (2003, p. 65), é possível apresentar apenas referências bibliográficas ou somente bibliografia ou as duas formas em conjunto. Para autora, as referências bibliográficas dizem respeito à lista das obras citadas no texto, sendo que em certas ocasiões são apresentadas com algum tipo de comentário.

Ainda conforme a autora, a bibliografia trata da listagem das obras referenciadas no texto, incluindo-se aquelas que foram apenas consultadas. Portanto, bibliografia é algo mais amplo do que simplesmente referências bibliográficas. Ademais, recomenda Vergara (2003, p. 66), a bibliografia deve apresentar-se em ordem alfabética dos sobrenomes dos autores e sem qualquer numeração.

Ao tratar do mesmo assunto, Martins (1994, p. 54), corroborando com o que foi dito anteriormente, apresenta a seguinte definição para referências bibliográficas:

É um conjunto de elementos que permitem a identificação, no todo ou em parte, de documentos impressos ou registrados em diversos tipos de material. A referência bibliográfica pode aparecer em nota de rodapé ou de fim de texto; em lista bibliográfica sinalética ou analítica; ou ainda encabeçando resumos ou resenhas.

Em vista do anteriormente exposto, nesta dissertação as análises são conduzidas com base no conceito de bibliografia (MARTINS, 1994; VERGARA, 2003), dada a sua maior amplitude.

Os dados que dizem respeito ao item bibliografia dos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos apresentados no Congresso USP e no EnANPAD constam das tabelas 36, 37 e 38 e foram levantados por meio do instrumento “Roteiro Para Avaliação De Artigos Científicos” (APÊNDICE A).

TABELA 36 - Quantidade e composição das fontes bibliográficas utilizadas nos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade - Período 2001 a 2008

Tipos de Bibliografia	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		Sub-Total		Total Geral	% s/o Total	Média Bibliográfica por Artigo (59) no Período
	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E					
Congresso USP																					
Livros	40	3	9	9	33	13	94	26	53	37	79	8	44	23	31	11	383	130	513	40,7	8,7
Artigos	-	9	4	2	3	34	51	43	30	56	55	17	23	106	21	42	187	309	496	39,4	8,4
Dissertações	-	-	-	-	5	-	6	-	3	-	31	-	4	-	6	-	55	-	55	4,4	0,9
Teses	3	-	-	-	1	-	1	-	2	-	3	-	3	-	-	-	13	-	13	1,0	0,2
Outros (*)	4	-	4	-	1	-	75	-	4	-	33	-	49	-	13	-	183	-	183	14,5	3,1
Total	47	12	17	11	43	47	227	69	92	93	201	25	123	129	71	53	821	439	1.260	100,0	21,3
Total Geral	59		28		90		296		185		226		252		124		1.260				
Média por Artigo/Ano	29,5		14,0		22,5		18,5		18,5		20,5		28,0		24,8		21,3				
% s/o Total	4,7		2,2		7,1		23,5		14,7		18,0		20,0		9,8		100,0				

Legenda: N = Nacional; E = Estrangeiro.

(*) Consultas a sites, documentos, leis, normas e seminários.

Fonte: Do autor com base em levantamento diretamente dos artigos e sintetizados no Apêndice A.

TABELA 37 - Quantidade e composição das fontes bibliográficas utilizadas nos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do EnANPAD - Período 2001 a 2008

Tipos de Bibliografia	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		Sub-total		Total Geral	% s/o Total	Média Bibliográfica por Artigo (90) no Período
	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E					
EnANPAD																					
Livros	48	68	36	40	24	21	72	52	24	20	64	45	64	7	51	9	383	262	645	34,3	7,2
Artigos	20	78	12	73	21	60	32	137	14	135	22	190	19	49	14	34	154	756	910	48,4	10,1
Dissertações	2	-	5	-	9	-	5	1	10	-	1	-	11	-	7	-	50	1	51	2,7	0,6
Teses	2	2	3	-	4	1	4	2	-	-	7	1	-	-	1	-	21	6	27	1,4	0,3
Outros (*)	18	-	20	-	17	-	45	-	10	-	30	-	50	-	58	-	248	-	248	13,2	2,8
Total	90	148	76	113	75	82	158	192	58	155	124	236	144	56	131	43	856	1.025	1.881	100,0	20,9
Total Geral	238		189		157		350		213		360		200		174		1.881				
Média por Artigo/Ano	19,8		18,9		19,6		17,5		21,3		51,5		28,6		21,7		20,9				
% s/o Total	12,7		10,1		8,3		18,6		11,3		19,1		10,6		9,3		100,0				

Legenda: N = Nacional; E = Estrangeiro.

(*) Consultas a sites, documentos, leis, normas e seminários.

Fonte: Do autor com base em levantamento diretamente dos artigos e sintetizados no Apêndice A.

TABELA 38 - Quantidade e composição das fontes bibliográficas utilizadas nos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do Congresso USP e EnANPAD - Período 2001 a 2008

Tipos de Bibliografia	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		Sub-total		Total Geral	% s/o Total	Média Bibliográfica por Artigo (149) no Período
	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E			
Ambos os eventos																					
Livros	88	71	45	49	57	34	166	78	77	57	143	53	108	30	82	20	766	392	1.158	36,9	7,8
Artigos	20	87	16	75	24	94	83	180	44	191	77	207	42	155	35	76	341	1065	1.406	44,7	9,4
Dissertações	2	-	5	-	14	-	11	1	13	-	32	-	15	-	13	-	105	1	106	3,4	0,7
Teses	5	2	3	-	5	1	5	2	2	-	10	1	3	-	1	-	34	6	40	1,3	0,3
Outros (*)	22	-	24	-	18	-	120	-	14	-	63	-	99	-	71	-	431	-	431	13,7	2,9
Total	137	160	93	124	118	129	385	261	150	248	325	261	267	185	202	96	1.677	1.464	3.141	100,0	21,1
Total Geral	297		217		247		646		398		586		452		298		3.141				
Média por Artigo/Ano	21,2		18,1		20,6		17,9		19,9		32,5		28,2		23,0		21,1				
% s/o Total	9,4		6,9		7,8		20,6		12,7		18,7		14,4		9,5		100,0				

Legenda: N = Nacional; E = Estrangeiro.

(*) Consultas a sites, documentos, leis, normas e seminários.

Fonte: Do autor com base em levantamento diretamente dos artigos e sintetizados no Apêndice A.

A tabela 36 indica que foram utilizadas 1.260 fontes bibliográficas nos 59 artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do Congresso USP, produzidos no período analisado. Desse total, 513 ou 40,7% são livros, dos quais 130 ou 25,3% são de origem estrangeira. A média de fontes bibliográficas por artigo no período atingiu o índice de 21,3. Esse mesmo tipo de cálculo indicou que os anos de 2001, 2003, 2007 e 2008 ficaram acima dessa média, sendo que os demais ficaram abaixo dela. Do total de fontes (1.260), 821 ou 65,2% são nacionais e o restante (34,8%), estrangeiras. Os artigos utilizados somaram 496 e significaram 39,4% do total de fontes bibliográficas. A maior parte desses artigos (62,2%) é de origem estrangeira. Esse resultado pode indicar a preocupação dos autores nacionais em conhecer e utilizar a produção científica do exterior, com vistas a elevar o nível de suas próprias pesquisas. Observa-se que o ano de 2004 concentra o maior volume de fontes bibliográficas, 296 ou 23,5% do total, apesar de ter atingido uma das médias mais baixas por artigo no período, igual a 18,5. As 55 dissertações utilizadas significaram 4,4% do total das fontes bibliográficas, enquanto as teses, em um total de 13, representaram apenas 1%. Tanto as dissertações quanto as teses são de origem nacional.

Esses dados estão em consonância com os resultados obtidos por Martins e Silva (2005) em um estudo bibliométrico que levantou e analisou a plataforma teórica empregada pelos autores dos 3º (2003) e 4º (2004) Congressos USP de Controladoria e Contabilidade. Foram revelados os seguintes dados sobre a composição das 3.795 fontes de referências utilizadas: 52,1 consistiam de livros (79,3% nacionais e 20,7% estrangeiros); 24,3% de artigos; 3,4% de dissertações; 2,9% de teses; e 17,3% de outros tipos de fonte. A média de referências ficou em 17 por artigo.

No estudo elaborado por Gomes et al. (2007) sobre a produção acadêmica em Contabilidade para o período de 2004, 2005 e 2006, chegou-se às seguintes médias de referências por artigo: de 16,6; 17,35; e 18,47 respectivamente.

Na tabela 37, observam-se os dados sobre fontes bibliográficas referentes aos 90 artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do EnANPAD para o período de 2001 a 2008. Do total de 1.881 fontes bibliográficas, 856 ou 45,5% são nacionais e 1.025 ou 54,5%, estrangeiras; portanto, um resultado inverso ao encontrado para o Congresso USP, no qual as fontes nacionais superaram as estrangeiras. Os livros representam 34,3% das fontes, sendo que, do total de 645, 383 ou 59,4% são nacionais e os 262 ou 40,6% restantes são estrangeiros. A média de fontes bibliográficas por artigo no período foi de 20,9, um dado próximo daquele encontrado para o Congresso USP, que foi de 21,3. Do total de 910 artigos

utilizados ou 48,4% das fontes bibliográficas totais, 756 ou 83,1% são estrangeiros, fato igualmente observado no Congresso USP. A maior quantidade de fontes bibliográficas, 360 ou 19,1% do total, concentrou-se no ano de 2006, ano que atingiu a maior média de fontes bibliográficas por artigo, 51,5. Das 51 dissertações ou 2,7% do total de fontes bibliográficas utilizadas, apenas uma (2%) é estrangeira. As teses somaram 27 ou 1,4% do total das fontes bibliográficas, sendo 21 nacionais e 6 (22,2%) estrangeiras.

Os dados consolidados sobre as fontes bibliográficas de ambos os eventos encontram-se na tabela 38.

Do total geral de 3.141 fontes bibliográficas utilizadas, 1.677 ou 53,4% são nacionais e 46,6% estrangeiras, resultado que corrobora a predominância nacional nesse quesito. No consolidado, o uso de artigos como fonte bibliográfica principal confirma-se com 44,7% do total, vindo em segundo lugar os livros, com 36,9 %, resultado que diverge do encontrado por Martins e Silva (2005) para o Congresso USP. Do total de 1.406 artigos, os 1.065 estrangeiros representam 75,7%, posição que também observa-se em cada evento separadamente. A média bibliográfica ficou em 21,1 fontes por artigo no período analisado, número muito próximo ao de cada evento quando visto isoladamente. Tal resultado alinha-se com o encontrado por Martins e Silva (2005) e Gomes et al. (2007). A maior concentração bibliográfica, equivalente ao volume de 646 ou 20,6% do total de 3.141 fontes bibliográficas, ocorreu no ano de 2004. A maior média dessas fontes, por artigo, equivalente a 32,5, aconteceu no ano de 2006. As dissertações somaram 106 ou 3,4% das fontes bibliográficas totais no período analisado, havendo somente uma de origem estrangeira. Do total de 40 teses ou 1,3% das fontes bibliográficas do período, 6 ou 15% são estrangeiras, número um pouco abaixo do encontrado para o EnANPAD, que foi de 22,2%.

Wahlmann (2008, p. 98) analisou as 3.387 referências encontradas nos artigos sobre Controladoria para o período de 1997 a 2006 e concluiu: os livros correspondem a 48,7% das fontes (61,2% nacionais); periódicos a 32,3% (24,4% nacionais); e teses e dissertações a 7,3% (87,4% nacionais). Esse resultado aproxima-se daqueles do Congresso USP (tabela 37), bem como do estudo feito por Martins e Silva (2005), mas diverge no tocante ao uso de livros em relação ao encontrado para o EnANPAD, que privilegia os artigos como fonte bibliográfica, conforme apontado na tabela 37.

Comparando-se os dados acima com os da tabela 38, observa-se que, no agregado do Congresso USP e EnANPAD, as referências mais utilizadas são: artigos científicos, com 44,7% (24,3% nacionais); livros, com 36,8% (66,1% nacionais); dissertações, com 3,4%

(96,3% nacionais); teses, com 1,3% (85% nacionais); e outros (documentos, normas e seminários), com 13,7%. Portanto, considerando-se o agregado dos dois eventos, segue-se a tendência de privilegiar o uso de artigos científicos, dissertações e teses, o que corrobora com o apregoado por Martins e Silva (2005).

Na tabela 39, apresentam-se os dados globais sobre o uso das denominações Referências Bibliográficas ou Bibliografia nos artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do Congresso USP e EnANPAD. Na mesma tabela, constam os números absolutos e relativos das línguas de origem estrangeira utilizadas nas fontes bibliográficas.

Para elaboração e análise dos dados constantes da tabela 39, utilizou-se a base conceitual desenvolvida por Martins (1994) e Vergara (2003) quando tratou-se das definições de referência bibliográfica e bibliografia.

TABELA 39 - Uso de referências bibliográficas, bibliografia e fontes em línguas estrangeiras - Congresso USP e EnANPAD - Período 2001 a 2008

Elementos	Congresso USP		EnANPAD		Total Geral	
	Quant.	% s/ o Total	Quant.	% s/ o Total	Quant.	% s/ o Total
Referências Bibliográficas	45	76,3	72	80,0	117	78,5
Bibliografia	14	23,7	18	20,0	32	21,5
Total de Artigos	59	100,0	90	100,0	149	100,0
Referências/Bibliografia em Língua Estrangeira						
Inglês	437	99,5	1013	98,8	1450	99,0
Espanhol	2	0,5	11	1,1	13	0,9
Outras (*)	-	-	1	0,1	1	0,1
Total	439	100,0	1025	100,0	1464	100,0

(*) Português de Portugal.

Fonte: Do autor com base em levantamento feito diretamente dos artigos e no Apêndice A.

Conforme a tabela 39, do total de 59 artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos do Congresso USP, 45 ou 76,3% contém a denominação Referências Bibliográficas (em alguns somente Referências) para indicar as fontes bibliográficas utilizadas na elaboração dos respectivos artigos. Nos outros 14 ou 23,7% empregou-se a

denominação Bibliografia, mais ampla que Referências Bibliográficas conforme ensinam Martins (1994) e Vergara (2003).

No caso do EnANPAD, os números relativos são semelhantes aos do Congresso USP. Do total de 90 artigos selecionados sobre Controle Interno e Gestão de Riscos, 72 ou 80% utilizam Referências Bibliográficas (em alguns casos somente Referências), enquanto os outros 18 ou 20% empregam a denominação Bibliografia. Da mesma maneira que no Congresso USP, quando apareceu a denominação Bibliografia não se verificou em nenhum artigo a separação das obras referenciadas daquelas apenas utilizadas para consulta.

No consolidado de ambos os eventos, verifica-se também a semelhança dos números relativos, pois do total geral de 149 artigos 117 ou 78,5% empregam a denominação Referências Bibliográficas e nos 32 ou 21,5% restantes, somente Bibliografia.

Quanto às línguas utilizadas nas fontes bibliográficas estrangeiras, o inglês lidera significativamente, estando presente em: 99,5% das fontes estrangeiras do Congresso USP; em 98,8 das fontes estrangeiras do EnANPAD; e em 99% quando os dados são consolidados.

A segunda língua estrangeira mais utilizada nas fontes bibliográficas estrangeiras é a espanhola, que está presente em 0,5% dos artigos do Congresso USP, em 1,1% dos artigos do EnANPAD, e em 0,9% quando os dados são consolidados. O português de Portugal apareceu uma única vez e foi em um artigo do EnANPAD. As fontes estrangeiras correspondem ao volume de 1.464, ou 46,6% do total de fontes bibliográficas.

Portanto, a língua inglesa além de constituir-se na língua comercial universal, mantém da mesma forma a liderança no campo científico.

4.4 Principais conclusões

Do total de 6.960 artigos publicados pelo Congresso USP e EnANPAD entre 2001 e 2008, selecionou-se inicialmente 154 artigos. Destes, 6 foram retirados da amostra por inadequação aos temas. Restaram 149 artigos (2,1% do total de 6.960), sendo 90 do EnANPAD e 59 do Congresso USP. Esse foi o volume de artigos utilizados como amostra e universo desta pesquisa.

O EnANPAD foi responsável pela publicação de 6.018 artigos, abrangendo 16 áreas temáticas, o que corresponde a 86,5% do total dos 6.960 de ambos os eventos. Apresentou a média de 752,2 trabalhos por ano. Das 16 áreas temáticas do EnANPAD, Contabilidade e Controle Gerencial publicaram 499 trabalhos ou 8,3% do total, com média anual de 62,4 trabalhos, superando Finanças, com 368 trabalhos ou 6,1% do total e média anual de 46,0 trabalhos.

O Congresso USP somou 807 artigos científicos, representando 11,6% do total de 6.960. Adicionando-se os 135 trabalhos apresentados no Congresso USP de Iniciação Científica essa participação sobe para 13,5% do total. O Congresso USP organizado em 6 áreas temáticas atingiu a média anual de 100,6 trabalhos. A maior média, de 32,6 trabalhos por ano, ficou com Controladoria e Contabilidade Gerencial (261 trabalhos ou 32,3% do total). Com 135 (ou 1,9% do total de 6.960) artigos científicos, o Congresso USP - Iniciação Científica (iniciado em 2004) obteve a média anual de 27 trabalhos. Esse evento faz parte do Congresso USP e utiliza a mesma classificação temática. Contabilidade Aplicada para Usuários Externos (43 trabalhos ou 31,9% do total de 135) ficou com a maior média anual de trabalhos: 8,6.

Do total de 90 artigos selecionados do EnANPAD, 25 ou 27,8% são de Controle Interno e 65 ou 72,2% de Gestão de Riscos. A média anual de artigos do EnANPAD ficou em 11,2, sendo 3,1 para Controle Interno e 8,1 para Gestão de Riscos. Esse resultado demonstra o interesse crescente por esse tema por parte dos autores do EnANPAD. Dos 59 artigos científicos selecionados do Congresso USP, 26 ou 44,1% do total tratam de Controle Interno e 33 ou 55,9% de Gestão de Riscos. A média geral de trabalhos foi de 7,4 por ano, sendo que Controle Interno ficou com 3,2 e Gestão de Riscos com 4,1.

Tomando-se ambos eventos, do total de 149 artigos apresentados, 51 ou 34,2% dizem respeito a Controle Interno e 98 ou 65,8% à Gestão de Riscos. A média anual conjunta foi de 18,6 trabalhos, sendo 6,4 para Controle Interno e 12,2 para Gestão de Riscos. Assim, para ambos os eventos, no período analisado, a temática que teve maior dedicação dos autores foi Gestão de Riscos.

Em ambos os eventos prevaleceu o número de artigos escritos por até dois autores; no Congresso USP o percentual representou 44,1% do total e no EnANPAD, 52,3%. No conjunto o percentual chegou a 49%.

No que diz respeito à formação na graduação, identificou-se em ambos os eventos que a de Ciências Contábeis é a mais representativa: 47,7% no Congresso USP e 26% no EnANPAD. No Congresso USP, o Mestrado em Ciências Contábeis aparece em primeiro lugar, com 53,9%, e em segundo lugar está o Mestrado em Administração, com 28,7%. No caso do EnANPAD, inverte-se, ficando o Mestrado em Administração em primeiro lugar, com 47,3%, e em segundo lugar o Mestrado em Ciências Contábeis, com 26% da formação. No Congresso USP, o título de doutor em Ciências Contábeis representa 47% do total, vindo em seguida o Doutorado em Administração com 31,1%. No EnANPAD, o Doutorado em Administração representa 43,1% do total, enquanto o Doutorado em Ciências Contábeis fica com 23,9%.

O CLattes apresentou a seguinte situação sobre os autores de ambos os eventos: 11,8% não o possuem; 22,3% não o atualizam; e 7,6 % nada informaram sobre a participação nos eventos.

Os autores do sexo masculino representam 78,6% do total de 304 autores de ambos os eventos (122 do Congresso USP e 182 do EnANPAD).

Outro dado resultante desse levantamento é que 68,1% dos autores de ambos os eventos identificam-se como professores universitários, sendo três as universidades mais representadas no conjunto: USP (7,3%); Mackenzie (6,8%) e UnB (4,4%).

A aplicação da Lei de Lotka indicou que ainda não é possível observar a existência de um núcleo de pesquisadores suficiente para as temáticas Controle Interno e Gestão de Riscos.

Do total de 149 artigos de ambos os eventos, somente 23,5% transformaram-se em artigos de periódicos. Para o Congresso USP essa conversão chega a 20,3% e para o EnANPAD a 25,6% do total. Essa é uma questão que precisa ser investigada no futuro.

Os resumos estão presentes em 100% dos artigos. As palavras-chave aparecem em somente 30% dos artigos. Isso contraria as normas da ABNT e dificulta a sua localização. Quanto à estrutura dos resumos, o único quesito que está presente em 100% dos artigos é a situação-problema. Os demais itens não cobrem 100% dos artigos, sendo que a metodologia só aparece em 77,2% dos resumos. No que diz respeito aos elementos pré-textuais, textuais, pós-textuais e outros, verifica-se a não adequação dos artigos às normas estabelecidas. Isso vale para os eventos quando vistos separadamente ou para ambos em conjunto.

Para o total de 3.141 fontes bibliográficas utilizadas nos eventos, 36,9% são livros e 44,7% são artigos. Dissertações e teses representam um índice muito baixo de utilização. A média de 21,3 de fontes por artigo está dentro da normalidade.

A língua inglesa foi a mais utilizada (99%) nas fontes estrangeiras dos artigos selecionados do Congresso USP e EnANPAD.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa descritiva com enfoque quantitativo e com características bibliográfica e documental, cujas justificativas constam do tópico 1.2, procedeu-se ao levantamento bibliométrico dos artigos científicos apresentados e publicados no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e no EnANPAD para o período de 2001 a 2008. A metodologia utilizada para esta pesquisa consta do capítulo 3 desta dissertação.

O levantamento supracitado foi orientado pela seguinte questão de pesquisa: Quais são as características bibliométricas da produção científica de artigos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos apresentados no Congresso USP e no EnANPAD no período de 2001 a 2008?

A escolha do tema deu-se em decorrência da importância e da atualidade que Controle Interno e Gestão de Riscos assumem numa sociedade cada vez mais globalizada, de forma que pesquisar sobre a evolução e os conceitos teóricos relacionados a esses assuntos tornou-se imprescindível nos dias de hoje. A bibliometria pode contribuir decisivamente para aumentar o conhecimento sobre como esses temas vêm sendo trabalhados pelos pesquisadores.

Para dar suporte à seleção e posterior análise teórica dos artigos sobre Controle Interno, Gestão de Riscos e Bibliometria, deve-se destacar como de fundamental importância a ampla revisão da literatura constante do capítulo 2 desta dissertação.

Nas tabelas 1, 3, e 5, pode-se observar pelos números apresentados, a importância que os eventos Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e EnANPAD vêm assumindo ao longo do tempo, seja pelo volume crescente de trabalhos, seja pela introdução de novas áreas temáticas. Alguns cálculos, conforme a seguir, permitem os seguintes resultados:

- a) a taxa média anual de crescimento da quantidade de trabalhos apresentados no EnANPAD ficou em torno de 13,5%, enquanto no Congresso USP (exclusive Iniciação Científica) essa taxa correspondeu a 6% a.a. Portanto, a velocidade de crescimento do EnANPAD no período de 2001 a 2008 foi mais que o dobro do Congresso USP;
- b) para o Congresso USP de Iniciação Científica, essa taxa chegou a 10,4% a.a. Esses resultados sugerem uma reflexão sobre o futuro destes eventos.

Quanto aos temas Controle Interno e Gestão de Riscos, pode-se observar os seguintes resultados utilizando-se os dados constantes da tabela 7:

- a) a taxa média anual de crescimento de trabalhos apresentados no EnANPAD sobre Controle Interno no período de 2001 a 2008 foi de 52,9% contra 51,6% no Congresso USP (incluindo-se os 3 artigos originários de Iniciação Científica). Esses dados revelam uma situação próxima do equilíbrio entre ambos os eventos no tocante à motivação dos autores em pesquisar o tema. Tomando-se o conjunto dos eventos, a taxa média anual de crescimento de artigos apresentados sobre Controle Interno ficou em 30,7%;
- b) a taxa média anual de crescimento de trabalhos apresentados no EnANPAD sobre Gestão de Riscos no período de 2001 a 2008 foi de 24,5% contra 60,1% do Congresso USP (não se observou trabalhos sobre esse tema no Congresso USP de Iniciação Científica). Quando os eventos são tomados em conjunto, a taxa média anual de crescimento de artigos sobre Gestão de Riscos ficou em 20,3%.

Pelos resultados obtidos, apesar dos percentuais médios favorecerem o Congresso USP no que tange à Gestão de Riscos, ainda não é possível concluir sobre possível tendência nesse sentido. O mesmo pode-se dizer sobre a tendência dos autores no geral, em escreverem mais sobre Controle Interno do que Gestão de Riscos;

Pesquisas futuras envolvendo períodos mais amplos e incluindo outros eventos, tais como o ANPCONT, o SEMEAD e o Congresso Brasileiro de Custos, podem trazer luzes à essa questão.

Ao concluir esta dissertação, é possível destacar algumas contribuições, recomendações e sugestões para reflexões, além daquelas já mencionadas em parágrafos e tópicos anteriores:

- a) entende-se que a realização de uma análise bibliométrica de artigos sobre os temas Controle Interno e Gestão de Riscos, apresentados nos eventos Congresso USP e EnANPAD de maneira conjunta, é uma contribuição aos trabalhos já existentes sobre tais temas, pois dos trabalhos bibliométricos encontrados não se obteve nenhum abordando os dois temas simultaneamente, especialmente sobre os eventos supracitados;

- b) considera-se também que a disponibilização dos instrumentos denominados “Roteiro Para Avaliação de Artigo Científico” (Apêndice A) e “Modelo de Levantamento: Curriculum Lattes” (Apêndice B) podem contribuir para a padronização de dados/informações obtidas em documentos, facilitando sua análise;
- c) por fim, apesar das dificuldades inerentes a este tipo de trabalho, traçou-se um perfil, ainda que aproximado, das características bibliométricas da produção científica sobre Controle Interno e Gestão de Riscos de artigos apresentados no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e no EnANPAD para o período de 2001 a 2008.

Em razão dos problemas já relatados no capítulo 4 desta dissertação, recomenda-se:

- a) que as entidades organizadoras dos eventos Congresso USP e EnANPAD passem a exigir o CLattes completo dos autores e sua atualização até a data da inscrição no evento;
- b) que as coordenações de tais eventos passem a exigir a indicação de palavras-chave nos artigos, pois apenas uma pequena porcentagem tem contemplado esse quesito, contrariando as normas da ABNT e dificultando a sua localização;
- c) em vista da maioria dos artigos analisados não preencherem adequadamente os requisitos pré-textuais, textuais, pós-textuais e outros elementos (conforme explicitado no capítulo 4), aconselha-se que esse ponto crítico seja resolvido pelas coordenações dos eventos, pois percentuais baixos de atendimento a esses quesitos podem prejudicar a qualidade dos artigos científicos produzidos.

Do total de 149 artigos de ambos os eventos, somente 23,5% transformaram-se em artigos de periódicos. Para o Congresso USP essa conversão chegou a 20,3% e para o EnANPAD a 25,6% do total. Essa é uma questão que precisa ser investigada no futuro.

Sugere-se ainda para pesquisa futura, que se investigue sobre a motivação dos autores de publicarem seus artigos nos eventos pesquisados nesta dissertação ou em outros de igual relevância.

Diante do conteúdo desenvolvido nesta dissertação e do exposto neste capítulo final, acredita-se que a questão de pesquisa proposta bem como os objetivos geral e específicos estabelecidos foram adequadamente respondidos.

REFERÊNCIAS

ALVARADO, Rubén Urbizagástequi. A Bibliometria no Brasil. **Revista Cinform**, Brasília, n.13(2), p. 91-105, jul./dez. 1984.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Revista em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

ARAÚJO, Elisson Alberto; OLIVEIRA, Victor do Carmo; SILVA, Wendel Alex Castro. Estudo bibliométrico da produção científica sobre contabilidade gerencial. SEMEAD - USP, 2009. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/12semead/resultado/.../711.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2009.

BARBOSA, Edmery Tavares et al. Uma análise bibliométrica da Revista Brasileira de Contabilidade no Período de 2003 a 2006. Congresso USP, 2008. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.congressos.locaweb.com.br/artigos82008/618.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

BARRAGAN, Luciana Gavazzi. **Controle Interno: diagnóstico e adaptação das técnicas existentes para as entidades do 3º Setor**. 2005. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, São Paulo, 2005.

BERNSTEIN, Peter. **Desafios aos Deuses: a fascinante história do risco**. 18. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BEUREN, Ilse Maria; SOUZA, José Carlos de. Em busca de um delineamento de proposta para classificação dos periódicos internacionais de contabilidade para o Qualis Capes. **Revista de Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 44-58, jan./abr. 2008.

BIO, Sérgio Rodrigues. **Sistemas de Informação: um enfoque gerencial**. São Paulo: Atlas, 1986.

BOOTH, Andrew D.A. A law of occurrences for words of low frequency. **Information and control**, [s.l.], v. 10, n. 4, p. 386-393, Apr. 1967.

BORGERTH, Vânia Maria da Costa. **SOX: Entendendo a lei Sarbanes–Oxley**. São Paulo: Thomson, 2007.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. **Auditoria**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRICKER, Robert. An empirical investigation of the structure of accounting research. **Journal of Accounting Research**, USA, v. 27, n. 2, Autumn 1989.

BRITO, Osias. **Gestão de riscos: uma abordagem orientada a riscos operacionais**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BROOKES, B. C. Bradford's law and the bibliography of science. **Nature**, [s.l.], v. 224, p. 953-956, Dec. 1969.

CAFÉ, Ligia; BRÄSCHER, Marisa. Organização da informação e bibliometria. Enc. Bibli:R. Eletr. Bibliotecon. **Revista Cinform**, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2008.

CARDOSO, Ricardo Lopes et al. Pesquisa científica em contabilidade entre 1990 e 2003. **RAE**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 35-45, abr./jun. 2005.

CARDOSO, Ricardo Lopes; OYADOMARI, José Carlos; MENDONÇA NETO, Octávio Ribeiro de. Influências da positive accounting nos programas de mestrado em contabilidade: uma análise bibliométrica da produção acadêmica de 2002 a 2005. **BBR-Brazilian Business Review**, Vitória, ES, v. 4, n. 2, p. 158-170, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.bbonline.com.br>>. Acesso em: 20 set. 2009.

CARDOSO, Ricardo Lopes; PEREIRA, Carlos Alberto; GUERREIRO, Reinaldo. Perfil das pesquisas em contabilidade de custos apresentados no EnANPAD no período de 1998 a 2003. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 11, n. 3, p. 1-18, jul./set. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552007000300009&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jun. 2009.

CHAROUX, Ofélia M. G. **Metodologia: processo de produção, registro e relato do conhecimento**. São Paulo: DVS, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CHUNG, Kee H.; PARK, Hong S.; COX, Raymond. Patterns of research output in the accounting literature: A Study of the Bibliometric Distributions. **Abacus**, New York, USA, v. 28, n. 2, p. 168-185, 1992.

COELHO, Paulo Sérgio; SILVA, Raimundo Nonato S. **Um estudo exploratório sobre as metodologias empregadas em pesquisas na área de contabilidade no EnAnpad**. 2007.

Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/5056/4591>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COSO – COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION. **Gerenciamento de riscos corporativos - Estrutura Integrada: Sumário Executivo**. São Paulo: PricewaterhouseCoopers, 2007.

_____. **Internal control-integrated framework: sumário executivo**. Jersey City, USA, 1994.

CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução n. 475**, de 17 de dezembro de 2008. Diário Oficial da União, de 22 de dezembro de 2008. Disponível em: <<http://www.cvm.org.br>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

_____. **Ofício Circular CVM/SGE - nº 1/2002**, de 26 de abril de 2002. Rio de Janeiro: CVM, 2002. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

DAMODARAN, Aswath. **Gestão estratégica do risco**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DORFMAN, Mark. **Introduction to risk management and insurance**. 7. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2002.

FARO, Maria Cecília Soares da Costa. **Contabilidade gerencial: análise bibliométrica**. 2007. 83f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Faculdades IBMEC, Rio de Janeiro, 2007.

FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral**. São Paulo: Atlas, 1977.

FERMA – FEDERATION OF EUROPEAN RISK MANAGEMENT ASSOCIATIONS. **Normas de gestão de riscos**. Portugal: FERMA, 2003. Disponível em: <[http://www.ferma.eu/Portals/2/documents/RMS/RMS-Port\(2\).pdf](http://www.ferma.eu/Portals/2/documents/RMS/RMS-Port(2).pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2009.

FONSECA, Edson Nery da (Org.). **Bibliometria**: teoria e prática. São Paulo: Cultrix, 1986.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Sistema Qualis. Brasília. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 11 jul. 2009 e 15 fev. 2010.

GIDDENS, Antony. **Mundo em descontrolo**: o que a globalização está fazendo de nós. 6. ed. São Paulo: Record, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLÄNZEL, Wolfgang. **Bibliometrics as a research field** - A course on theory and application of bibliometric indicators. Germany: Course Handouts, 2003.

GOFFMAN, W. Mathematical Approach to the spread of scientific ideas: the history of mast cell research. **Nature**, [s.l.], v. 212, p. 449-452, Oct. 1966.

GOMES, Rafael Barbosa et al. **Um estudo sobre a produção acadêmica em contabilidade**: uma abordagem nos Congressos USP de Iniciação Científica em Contabilidade. Congresso de Iniciação Científica da USP, 2007.

GRIFFIN, Ricky W. **Introdução à administração**. São Paulo: Ática, 2007.

GUEDES, Vânia L. S.; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. **Revista Cinform**, n. 6, 2005.

HESFORD, James W. et al. **Management accounting** - A bibliographic study. NY, 2005. Cornell University, Scholl of Hotel Administration (New York) e University of Southern California, Leventhal School of Accounting (Los Angeles). Disponível em: <<http://aaahq.org/mas?2006/display.cfm?filename=marusenpt59>>. Acesso em: 07 out. 2009.

HITT, Michael A.; IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E. **Administração estratégica**. São Paulo: Thomson, 2002.

HOUAISS, Antonio (Org.). **Minidicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

IBGC - INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Guia de orientação para gerenciamento de riscos corporativos**. São Paulo: IBCG, 2007. Disponível em: <<http://www.ibcg.org.br>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

JORION, Philippe. **Value at risk**. 2. ed. São Paulo: BM&F, 2003.

JUCIUS, Michael J.; SCHLENDER, William E. **Introdução à administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1976.

KOONTZ, Harold; O'DONNELL, Cyril. **Princípios de administração**. 9. ed. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Administração e Negócios, 1974.

_____. **Princípios de administração**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Administração e Negócios, 1976.

KROENKE, Adriana; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves. Harmonização Contábil: Um Estudo Bibliométrico no Congresso USP e EnANPAD de 2004 a 2007. EnAnpad, 2008. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/11semead/resultado/an_resmo.asp?cod_trabalho=743>. Acesso em: 10 dez. 2009.

KRUGMAN, Paul. **A crise de 2008 e a economia da depressão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LEAL, Ricardo Pereira Câmara; OLIVEIRA, Jefferson de; SOLURI, Aline Feldman. Perfil da Pesquisa em Finanças no Brasil. **RAE**, v. 43, n. 1, jan./fev./mar. 2003.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro. Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no Brasil: um Estudo Bibliométrico. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 533-554, abr./jun. 2008.

_____.; SIQUEIRA, Regina Lacerda. Revista Contabilidade & Finanças USP: Uma Análise Bibliométrica de 1999 a 2006. **Revista de Informação Contábil**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 102-119, out./dez. 2007.

LOTKA, Alfred J. Statistics-The frequency distribution of scientific productivity. **Journal of The Washington Academy of Sciences**, New York, v. 16, n. 12, p. 317-324, Jun. 1926.

LUNKES, Rogério João et al. Controladoria: um estudo bibliométrico no Congresso Brasileiro de Contabilidade de 2000, 2004 e 2008. **Revista Brasileira de Contabilidade**, São Paulo, n. 175, p. 25-37, jan./fev. 2009.

MACIAS-CHAPULA, Cesar A.O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998.

MAGALHÃES, Francyslene Abreu Costa. **Construção do saber no programa de doutorado em contabilidade no Brasil**: plataformas teóricas e motivações. 2006. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____.; SILVA, Renata Bernardeli Costa da. Plataforma Teórica - Trabalhos dos 3º e 4º Congressos USP de Controladoria e contabilidade: Um estudo bibliométrico. 5º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2005. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos52005/an_resumo.asp?cod_trabalho=131-6k->. Acesso em: 12 jan. 2009.

MATTAR, João. **Metodologia científica na era da informática**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

McEWEN, Ruth Ann; HUNTON, James E. Is analyst forecast accuracy associated with accounting information use? **Accounting horizons** (American Accounting Association), New York, v. 13, n. 1, p. 1-16, Mar. 1999.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Introdução à administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELLO, Pedro Carvalho de. **Crises financeiras**. 2. ed. 1. impr. São Paulo: Saint Paul Editora, 2007.

MENDONÇA NETO, Octávio Ribeiro; RICCIO, Edson Luiz; SAKATA, Marici Cristine Gramacho. Dez Anos de Pesquisa Contábil no Brasil: Análise dos trabalhos apresentados nos ENANPADS de 1996 a 2005. **RAE**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 62-73, jan./mar. 2009.

MOELLER, Robert. **COSO enterprise risk management: Understanding the New Integrated ERM Framework**. New Jersey, USA: John Wiley & Sons, Inc., 2007.

MORAES JUNIOR, Valderio Freire de; ARAÚJO, Aneide Oliveira. **Características do controle interno nas empresas de serviços contábeis**. p. 2-3. Congresso USP, 2006.

NEWMAN, William H. **Ação administrativa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1976.

OKUBO, Yoshico. **Bibliometrics indicators and analysis of research systems - Method and Examples**. Paris: OECD Publishing, 1997.

OLIVEIRA, Everaldo Leonel de; SPESSATO, Giseli; BEZERRA, Francisco Antonio. **Análise da produção científica brasileira sobre teoria da agência e assimetria da informação apresentada nos Congressos da USP e ENANPAD no Período de 2004 a 2007**. EnAnpad 2008.

OLIVEIRA, Robson Ramos; CARVALHO, Vânia Silva de. A Produção Científica sobre Auditoria: um Estudo Bibliométrico a partir do Caderno de Indicadores da CAPES no Período de 2004 a 2005. **Revista Pensar Contábil**. São Paulo, v. 10, n. 42, p. 12-21, out./dez. 2008.

PELEIAS, Ivam Ricardo. **Falando sobre o sistema de controle interno**. Boletim IOB 192- Temática Contábil e Balanços, São Paulo, n. 37, 2003a.

_____. **Falando sobre controle interno**. Boletim IOB - Temática Contábil e Balanços, São Paulo, n. 50, p. 1-9, 2003b.

PENHA, José Carlos. **Estudo de caso sobre a percepção do corpo diretivo de uma multinacional oriental quanto à implementação dos requisitos da lei Sarbanes-Oxley**. 2005. 192f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Centro Universitário FECAP, São Paulo, 2005.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Lei de Bradford: Uma Reformulação Conceitual. **Revista Cinform**, Brasília, n. 12, p. 59-80, jul/dez. 1983.

QUINTAS, Tiza Tamiozzo; SPESSATTO, Giseli; FERNANDES, Francisco Carlos. Análise da produção científica sobre gestão de risco. **Revista Contabilidade e Finanças** de 1989 a 2008. USP, 2009. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/12.semead/resultado/an_resumo.asp?codtrabalho=696>. Acesso em: 30 ago. 2009.

ROCHA, Adriana Maria; ARAÚJO, Ellison Alberto Tavares; CASTRO SILVA, Wendel Alex. A Contabilidade gerencial nos eventos EnAnpads de 2004 a 2008. **Revista ABCustos**. São Paulo, v. iv, n. 1, p. 73-83, jan./abr. 2009.

ROCHA, Ricardo Humberto. **A política de hedge e o tratamento do risco nas empresas não-financeiras**. 2007. 152 f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica** - Guia para eficiência nos estudos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de administração e finanças**. São Paulo: Best Seller, 1996.

_____. **Dicionário de economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SBS – SÉRGIO BIO, SPLENDORE & ASSOCIADOS CONSULTORES EM ADMINISTRAÇÃO. **Carta administrativa (vinte anos depois...)**. São Paulo: Atlas, 1989.

SEC - SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION. **Laws and regulations**. USA. Disponível em: <<http://www.sec.gov/about/whatwedo.shtml#intro>>. Acesso em: 12 set. 2009.

SHIELDS, Michael D. Research in Management Accounting by North Americans in the 1990s. **Journal of Management Accounting Research**, New York, USA, v. 9, p. 3-60, Jan./Mar.1997.

SILVA, Adriano José da; TOLEDO FILHO, José Ribeiro de; PINTO, Juliana. Análise bibliométrica dos artigos sobre controladoria publicados em periódicos dos programas de pós-graduação em ciências contábeis recomendados pela CAPES. **Revista ABCustos - Associação Brasileira de Custos**, São Paulo, v. iv, n. 1, p. 1-16, jan./abr. 2009.

SILVA, Alexandre César Batista; OLIVEIRA, Elyrouse Cavalcante de; RIBEIRO FILHO, José Francisco. Uma Comparação Entre os Períodos 1989/2001 e 2001/2004. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, n. 39, p. 20-32, set./dez. 2005.

SPRINKLE, Geoffrey B. Perspectives on experimental research in managerial accounting. **Accounting Organizations and Society**, Indiana, USA, p. 287-318, 2003.

THEÓPHILO, Carlos Renato; IUDÍCIBUS, Sérgio de. Uma Análise Crítico-Epistemológica da Produção Científica em Contabilidade no Brasil. **Revista UNB Contábil**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 147-175, jul./dez. 2005.

TRAPP, Adriana Cristina Garcia. **A relação do conselho fiscal como componente de controle no gerenciamento de resultados contábeis**. 2009. 141 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Revista Cinform**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

WAHLMANN, Gabriela Christina. **Produção de artigos científicos de controladoria no Brasil: Uma Análise Bibliométrica no Período de 1997-2006**. 2008. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Centro Universitário FECAP, São Paulo, 2008.

ZEFT, Stephen A. A Study of Academic Research Journals in Accounting. **Accounting Horizons** (American Accounting Association), USA, v. 10, n. 3, p. 158-167, Sept. 1996.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO
(Adaptado da NBR 6022, NBR 6023, NBR 6024, NBR6028/2003 e NBR 10520)

I - Identificação do Artigo

Título
Autor
Sexo
Idade
Co-autores
Evento/Ano
Local

II - Análise da Estrutura

		O artigo contém os elementos ?		Estão conforme as normas?		
Elementos Pré-textuais	F/O	Sim	Não	Sim	Não	Observações
Título/Subtítulo (se houver)	O					
Figura na pág. de abertura	O					
Diferenciados tipograficamente	O					
Ou separados por dois pontos	O					
Na língua do texto	O					
Nome completo do autor	O					
Nome completo do(s) co-autore(s)	O					
Breve curriculum: (*) nota de rodapé	O					
Endereço eletrônico: (*) nota de rodapé	O					
Agradecimentos	O					
Data da entrega dos originais à redação	O					
Resumo na língua do texto (máximo de 250 palavras)	O					
Palavras-chave na língua do texto (separadas por ; e finalizadas por .)	O					
	O					
Elementos Textuais						
Introdução: - Delimitação do assunto - Objetivos da pesquisa - Problema de pesquisa - Revisão da literatura - Outros elementos necessários para situar o tema do artigo	O					

Desenvolvimento: - Exposição ordenada e pormenorizada do assunto - Metodologia utilizada - Resultados e discussão - Dividido em seções e subseções	O					
Conclusão: - Apresenta conclusões correspondentes aos objetivos e hipóteses	O					
Elementos Pós-textuais	O					
Título em língua estrangeira	O					
Resumo em língua estrangeira	O					
Palavras-chave em língua estrangeira (qual?)	O					
Nota(s) explicativa(s): Numeração em algarismo arábico e consecutivo	F					
Referências (conforme NBR 6023): Nacionais/Estrangeiras	O					
Glossário (ordem alfabética)	F					
Apêndice(s) - letras maiúsculas consecutivas	F					
Anexo(s) - letras maiúsculas consecutivas	F					
Outros Elementos						
Indicativo de seção precede o título (alinhado à esquerda, separado por um espaço de caracteres)	O					
Numeração progressiva (NBR 6024)						
Citações (NBR 10520)	O					
Siglas: quando aparece pela 1ª vez, a forma completa do nome precede a sigla	O					
Equações e fórmulas: aparecem destacadas no texto a fim de facilitar sua leitura (usa-se um entrelinha maior para caber expoentes, índices e outros elementos)	F					
Ilustrações (desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos e outros): sua identificação aparece na parte inferior, precedida da palavra designativa, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismo arábico	O					
Tabelas: apresentam informações tratadas estatisticamente	O					

Legenda: O = Obrigatório; F = Facultativo.

Fonte: NBR 6022, NBR 6023, NBR 6024, NBR 6028 e NBR 10520 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

APÊNDICE B - MODELO DE LEVANTAMENTO: CURRICULUM LATTES

Título do Trabalho	Consta no CLattes	Publicado em Periódicos	Autor(es)	Última Atualização de CLattes	Formação	Instituição Data	Mestrado	Instituição Data	Doutorado	Instituição Data
									-	

Fonte: Do autor.

**APÊNDICE C - LISTA DOS ARTIGOS UTILIZADOS NA PESQUISA: CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS -
CONGRESSO USP**

Artigo	Ano do evento	Autoria
A Importância do Controle Interno para a Gestão das Empresas	2004	Antônio Nunes Pereira
Contribuição para a Avaliação de Riscos de Pequenas Empresas	2004	José Roberto Kassai
A Adição do Fator de Risco Momento ao Modelo de Precificação de Ativos dos Três Fatores de Fama & French aplicado ao Mercado Acionário Brasileiro	2007	José Odálio dos Santos et al
A Divulgação do Risco Operacional Segundo Recomendações do Comitê da Basileia: Estudo em Bancos com Carteira Comercial no Brasil	2006	Ana Paula Mussi Szabo Cherobim et al.
A Evidenciação do Risco de Crédito e das Medidas de Alocação de Capital pelas Instituições Financeiras no Brasil	2004	Rosana Tavares
A Existência do Controle Interno como Auxílio à Governança para Gerar Informações aos Stakeholders das Entidades Públicas: a Realidade em 20 Prefeituras do Estado do Paraná – Brasil	2005	João Eduardo Prudêncio Tinoco e t al.
A Gestão do Risco na Indústria Aeronáutica Brasileira: Uma Revisão de Conceitos	2002	Luiz Panhoca e t al.
A Implantação de Controle Interno Adequado às Exigências da Lei Sarbanes-Oxley em empresas Brasileiras – Um Estudo de Caso	2006	Marcelle Colares Oliveira e at al.
A Importância da Auditoria e Perícia para o Combate às Fraudes e erros na Contabilidade das Empresas	2004	Andressa Kely de Medeiros e t al.
A Influência da Lei Sarbanes-Oxley e do Código Civil Brasileiro nos controles Internos de Empresas Localizadas no Brasil	2007	Áuster Moreira Nascimento e t al.
A Lei Sarbanes-Oxley: uma tentativa de recuperar credibilidade do mercado de capitais norte-americano	2004	Luciana de Almeida Araújo Santos e t al.
Análise Comparativa de Métodos para Previsão de Insolvência em uma carteira de Crédito Bancário de Empresas de Médio Porte	2006	José Odálio dos Santos
Análise do Modelo KMV na Gestão de Risco de Crédito	2004	José Odálio dos Santos et al.
Análise da Rel. Entre o Índice de Gov.Corporativa , Preço das Ações e Des. dos 03 Princiapais Banocs Priv. Bras ^{os} .	2004	José Odaálio dos Santos et al.
Ativos Fiscais Diferidos: Risco ou Oportunidade para as Instituições Financeiras Brasileiras?	2007	Bruno Ciuffo Moreira
Avaliação do Desempenho Institucional como Subsídio para o Gerenciamento Interno: Estudo de Caso no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina	2006	Deisy Cristina Corrêa Igarashi et al.
Avaliação do Sistema de Informação Gerencial como Suporte ao Processo Decisório de um Instituto de Previdência Municipal	2006	Márcia Martins Mendes De Luca et al.
Avaliando o Risco nas Decisões de Condições de Crédito	2004	Karém Cristina de Sousa Ribeiro et al.
CAPM e o mercado brasileiro	2004	Paulo Sérgio Ceretta et al.
Características do Controle Interno nas Empresas de Serviços Contábeis	2006	Aneide Oliveira Araújo et al.
Comitês de Auditoria em Bancos Brasileiros: Uma Abordagem Exploratória e Introdutória	2005	Antônio Nunes Pereira
Comparação entre os Modelos de controle do capital mínimo requerido pelo Novo Acordo de Capital da Basileia e o modelo regulamentar para as instituições financeiras em atuação no Brasil	2004	Edwin Pinto de La Sota Silva et al.
Contribuição da Contabilidade para Eficácia da Gestão e Controle de Condomínios	2004	João Bosco Segreti et al.
Contribuição para a Avaliação de Riscos de Pequenas Empresas	2004	Luiz João Corrar et al.
Contribuição para o estudo da gestão de riscos: Evidenciação do risco Operacional em Quatro Instituições Financeiras Brasileiras	2004	Ana Paula Mussi Szabo Cherobim et al.
Controladoria e Gerenciamento do Risco Operacional: Um Estudo nas Grandes Empresas do Estado do Ceará	2006	Márcia Martins Mendes De Luca et al.
Controle Acionário Definido e Endividamento: Uma Abordagem Multi Método	2005	Gilberto de Oliveira Kloeckner et al.

Controle de Qualidade dos Serviços de Auditoria Independente: Um Estudo Comparativo entre as normas Brasileiras e as Normas Internacionais	2007	Paulo César de Melo Mendes et al.
Controle Interno como Variável Explicativa do Sucesso Empresarial	2002	José Danúbio Rozo
Controle Interno na Administração Pública Municipal: Aplicação da Análise Discriminante para Modelar uma Congruência com o Controle Externo	2004	Josedilton Alves Diniz et al.
Controles Internos: Uma Metodologia de Mensuração dos Níveis de Controle de Riscos	2006	Francisco Carlos Fernandes et al.
Deficiências dos Sistemas de Controle Interno Governamentais Atuais em Função da Evolução da Economia		José Roberto de Souza Blaschek et al.
Demonstrações Contábeis de Bancos Brasileiros: Análise da Evidenciação Oferecida à Luz do Gerenciamento de Riscos	2005	Ivam Ricardo Peleias et al.
Disclousure de risco operacional em bancos no Brasil: evidências preliminares à luz do novo acordo de Basiléia	2004	Paulo Roberto Barbosa Lustosa et al.
Escala Hierárquica de Risco Setorial das Empresas Brasileiras	2005	José Roberto Kassaf
Fatores que Influenciam a Adoção de Artefatos de Controle Gerencial nas Empresas Brasileiras: Um Estudo Exploratório sob a ótica da Teoria Neo-Institucional	2008	Ricardo Lopes Cardoso et al.
Indicadores de Controle e Desempenho: Uma Ferramenta de Gestão Direcionada para a Atividade Pecuária Bovina de Corte	2006	Anísio Candido Pereira et al.
Lógica Nebulosa para Avaliar Riscos na Auditoria	2005	Jerônimo Antunes
Mensuração do Risco de Mercado utilizando Lógica Fuzzy	2002	Luiz João Corrar et al.
Metodologias de Aferição da Acuarria de Modelos de Classificação de Risco de Crédito	2004	Antônio Augusto Sá Freire et al.
Modelo de Classificação de Risco de Crédito de Grandes Empresas	2005	Alexandre Assaf Neto et al.
O CAPM na Bolsa de São Paulo: um modelo condicional	2004	Paulo Sérgio Ceretta et al.
O Comitê de Auditoria nas Cias Abertas Brasileiras: Um Estudo Multicaso	2005	Marcelle Colares Oliveira et al.
O Conselho Fiscal e a Governança Corporativa: Transparência e Gestão de Conflitos	2008	João Eduardo Prudêncio Tinoco et al.
O Controle Gerencial de Uma Empresa de Serviços Profissionais Internacionalizada	2003	Adriano Rodrigues
O Fenômeno da Falência numa Abordagem de Análise de Causas	2007	Luiz Nelson Guedes de Carvalho et al.
O Tratamento dos Gastos de Implantação da Sox e Seus benefícios – Um Estudo de Caso	2008	Marinei Abreu Mattos et al.
Organização dos Órgãos de Controle Interno Municipal no Estado do Ceará: Um Estudo na Região Metropolitana de Fortaleza	2008	Danival Sousa Cavalcante et al.
Petiscando sem arriscar? Uma Análise da Performance de Diferentes Estratégias de Invest.na Bolsa de Valores de S. Paulo	2003	Rubens Fama et al.
Prêmio de Risco do Mercado de Renda Variável Brasileiro (1986 a 2004)	2005	André Moura Cintra Goulart et al.
Quando o Conselho de Administração e a Auditoria Evitam Earnings Management? Evidências Empíricas para Empresas Bras ^{as} .	2008	Antônio Lopo Martinez
Reflexões Acerca das Propostas Metodológicas de controle Interno	2007	Luiz Alberton et al.
Relevância dos Red Flags na Avaliação do Risco de Fraudes nas Demonstrações Contábeis: A Percepção de Auditores Independentes Brasileiros	2007	Eduardo Schiehl et al.
Retornos e Riscos das Ações de Valor e de Crescimento no Mercado Brasileiro no Período de Janeiro de 2001 a Junho de 2004, com base no índice IBrX 50	2005	Emerson Bazílio Pedreira
Risco e Inovação de Produtos: Um estudo de Empresas Manufatureiras Brasileiras	2007	Herbert Kimura et al.
Risco Operacional: Uma Relação Empírica com o valor de Mercado das Empresas de Telecomunicações	2004	César Augusto Tibúrcio Silva et al.
Sistema de Controle Gerencial e Contextos de Processo de Estratégia: Contribuições da Teoria da Contingência	2007	Andson Braga de Aguiar
Sistema de Controle Gerencial e Contextos de Processo de Estratégia: Contribuições da Teoria da Contingência	2007	Fábio Frezatti et al.
Um Estudo Sobre a Utilização de Controles de Gestão nas Maiores Indústrias Catarinenses	2006	Ilse Maria Beuren et al.
Uma Pesq.de Campo sobre o Papel da Contr. à Gestão de Riscos nas Empr. Não- Financeiras de Cap. Aberto da Cid. de S.Paulo	2006	Anísio Candido Pereira et al.
Vale a Pena Correr Risco em Fundos de Investimentos Alavancados no Brasil?	2005	Alberto Shigueru Matsumoto et al.

**APÊNDICE D - LISTA DOS ARTIGOS UTILIZADOS NA PESQUISA: CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS –
ENANPAD**

Artigo	Ano do evento	Autoria
A Auditoria Interna das Empresas Listadas no Novo Mercado e nos Níveis 1 e 2 de Governança Corporativa da BOVESPA	2008	Marcelle Colares Oliveira et al.
A Evolução Recente da Transparência dos Fatores de Risco nas Informações Contábeis: Uma Análise de Empresas Brasileiras de Telecomunicações	2003	Edson Luiz Riccio et al.
A Reestruturação dos Controles Internos para Aderência à Lei Sarbanes-Oxley: Um Estudo de Caso Voltado para os Benefícios Percebidos pelos Gestores em seus Processos, Comparativamente aos Custos Incorridos	2008	Débora Lage Martins Lélis et al.
A Relação entre Indicador Financeiro e o Risco de Mercado: Um Teste Empírico no Mercado Brasileiro	2005	Luis Fernando Oliveira de Araújo et al.
A Relação Risco-Retorno: Avaliação de um Modelo Comportamental no Mercado Acionário Brasileiro	2003	Aureliano Angel Bressan et al.
A Relevância de Prêmios por Risco Soberano e Risco Cambial no Uso do CAPM para a Estimação do Custo de Capital das Empresas	2004	Antonio Zoratto Sanvicente
A Utilização do Lucro Contábil como Proxy do risco Brasil	2006	César Augusto Tibúrcio Silva et al.
Adequação das Medidas de Valor em Risco na Formulação da Exigência de Capital para Estratégias de Opções no Mercado Brasileiro	2004	Eduardo Facó Lemgruber et al.
Alterações de Ratings de Países Emergentes e Efeitos no IBX	2007	Roberto Moreno Moreira et al.
Análise da Coerência de Medidas de Risco no Mercado Brasileiro de Ações e Desenvolvimento de uma Tecnologia Híbrida para o Expected Shortfall	2005	Eduardo Facó Lemgruber et al.
Análise de Gestão de Riscos nas Empresas Não-Financeiras de Capital Aberto da Cidade de São Paulo: Uma Percepção dos Gestores de Risco e Controllers	2006	Anísio Candido Pereira et al.
Análise de Risco: Um Modelo de Interpretação das Informações Sobre Investimentos em Franquias	2004	Paulo Sérgio Ceretta et al.
Análise do Nível de Divulgação do Risco Operacional Segundo Recomendações do Comitê da Basileia: Um Estudo em Bancos do País e do Exterior	2006	Ana Paula Mussi Szabo Cherobim et al.
Análise do Nível de Transparência das Instituições Financeiras no Brasil em Relação ao Novo Acordo de Capitais (Basileia II)	2007	Raimundo Nonato Sousa da Silva et al.
Análise do Risco de Mercado do Agronegócio Brasileiro: Um Estudo Comparativo entre os modelos CAPM e GARCH-M	2004	Aureliano Angel Bressan et al.
Análise do Risco Setorial como Instrumento de Controle Gerencial em Instituições Financeiras	2006	Ivan Ricardo Gartner et al.
Análise do Valor Agregado pelo Gerenciamento de Risco: Uma Abordagem das Opções Reais	2006	Maria José de Camargo Machado de Zen
Análise Empírica do Senso de Controle: Buscando Entender o Excesso de Confiança	2006	Paulo Glício da Rocha et al.
Aplicação de Análises de Variância Univariada e Multivariada no Estudo das Diferenças dos Betas entre Setores	2001	Wilson Toshiro Nakamura et al.
Aplicação do Método de Hertz e da Teoria de Oscilação Aleatória de Ativos Financeiros na Modelagem e Análise de Risco em Investimento Florestais	2001	Roberto Max Protíl
Assessing Foreign Exchange Risk In Brazilian Markets Through Drawdowns	2004	Beatriz Vaz de Melo Mendes et al.
Auditoria Independente – Novas Regulamentações em um Cenário de Incertezas	2003	Roberta Gordilho Souza Rosa
Avaliação de estimativa do risco de mercado de ações e opções de compra da Petrobrás utilizando a Metodologia Value at Risk com Simulação de Monte Carlo	2001	Charles Ulises De Montreuil Carmona et al.
Avaliação de Estratégias para a Redução do Risco de Inadimplência em Carteiras de Crédito Bancário Rotativo às Pessoas Físicas	2006	José Odálio dos Santos et al.
Avaliação de Métodos de Exigência de Capital para Risco de Ações no Brasil	2003	Gustavo Silva Araújo et al.
Cálculo do VAR Através de Simulação Monte Carlo: Uma Avaliação de Uso de Métodos Amostrais Mais Eficientes	2001	Eduardo Saliby et al.

Características do Processo de Implantação de um Sistema de Controle de Gestão em Uma Indústria Farmacêutica na cidade do Rio de Janeiro: Um Estudo de Caso	2007	Aline de Almeida Filgueiras et al.
Caso sobre Percepção do Corpo Diretivo de uma Multinacional Oriental quanto à Implementação dos Requisitos da Lei Sarbanes-Oxley	2006	Ivam Ricardo Peleias et al.
Cognição da Estrutura de Controle Interno: Uma Pesquisa Exploratória	2004	Joshua Onome Imoniana et al.
Controlando o Risco de Mercado de um Fundo de Previdência Privada: Um Modelo Integrado de Var e Teste de Estresse Sob a Ótica da Teoria do Valor Extremo	2004	Antônio Carlos Figueiredo Pinto et al.
Controle Gerencial em Empresas Brasileiras Internacionalizadas: Algumas Evidências em empresas do Setor de Serviços	2001	Josir Simeone Gomes et al.
Controle Gerencial em Empresas Brasileiras Internacionalizadas: O Caso do Bob's	2002	Josir Simeone Gomes et al.
Controle Gerencial em Empresas Internacionalizadas: O Caso da Construtora Norberto Odebrecht S.A.	2003	Josir Simeone Gomes et al.
Controle Gerencial numa Campanha Brasileira que se Internacionalizou: Estudo de Caso	2002	João Mandim de Oliveira
Controle Interno dos Estoques de Medicamentos nos Hospitais de Natal	2007	Anailson Márcio Gomes et al.
Controle Interno e Avaliação de Desempenho através de Indicadores Operacionais em uma Instituição Pública: Uma Proposta para a FAPEMIG	2005	Fernanda Maciel Peixoto et al.
Controle Interno: Um Estudo sobre a sua Participação na Tomada de Decisão de Investimento no Mercado de Capitais Brasileiro	2008	Jeronymo José Libonati et al.
Controles Estratégicos E Operacionais de Gestão	2001	Ilse Maria Beuren et al.
Corporate Auditing Risk Assessment: A Multi-Criteria Approach	2004	Ivan Ricardo Gartner et al.
Deficiências do Sistema de Controle Interno Governamentais Atuais em Função da Evolução da Economia	2006	Marcelo David Davis et al.
Del Control de Gestión Hacia el Control Estratégico	2001	Eduardo Damião da Silva
Descentralização em Unidades de Negócio: Um caso no Setor Siderúrgico	2002	Marcos Gonçalves Ávila et al.
Determinantes da Gestão de Risco em Empresas de Capital Aberto no Brasil	2005	Rafael Felipe Schiozer et al.
E como fica a questão do controle dos serviços públicos no novo Gerencialismo?	2001	Clezio Saldanha dos Santos
Estimativas do Valor em Risco e das Pedras Esperadas além do VaR: Uma Aplicação de Metodologias Incondicionais e Condicionais à Posição Lineares e não Lineares no Ativo Petrobras PN.	2002	Eduardo Facó Lemgruber et al.
Estrutura a Termo da Taxa de Juros e Imunização: Novas Perspectivas na Gestão do Risco Taxa de Juros em um Fundo de Pensão	2004	Luiz Felipe Jacques da Motta et al.
Evaluación de La Calidad de las Decisiones de los Auditores sobre La Continuidad de La Empresa em España	2005	Francisco Gabas Trigo et al.
Fatores determinantes de Risco de Países Emergentes: Um Estudo do Risco País Específico	2006	Marcelo Cabus Klotzle et al.
Gerenciamento do Risco de Crédito: Um modelo de mercado VS. Normas do Banco Central do Brasil	2002	Gilberto de Oliveira Kloekner et al.
Gerenciamento Fraudulento de Resultados Contábeis: O Caso Banco Nacional	2004	César Medeiros Cupertino
Gestão de Riscos dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	2008	Jorge de Souza Bispo et al.
Gestão de Sustentabilidade: Risco Ambiental e Conflito, Governança e Cooperação	2004	Luciano Prates Junqueira et al.
Gestão Integrada de Riscos para Empresas Não Financeiras: Uma proposta de Modelo para Controladoria	2001	Rubens Famá et al.
Goodness-of-fit Tests focus on Value at Risk Estimation	2004	Aquiles Rocha de Farias et al.
Governança Corporativa e Limites para o desenvolvimento do mercado de Capitais Nacional: Análise do Risco Brasil	2004	Karem Cristina de Sousa Ribeiro et al.
Índices de Risco Sistêmico para o Setor Bancário	2006	Luiz João Corrar et al.
Influência do Sarbanes-Oxley Act of 2002 – Sox SOBRE Gerenciamento do Risco Operacional em Inst. Fin. Brasileiras	2008	Carlos Hideo Arima et al.
Instrumentos Gerenciais Acessórios ao VaR na Gestão do Risco de Taxas de Juros	2006	Paulo Beltrão Fraletti et al.
Medidas de desempenho Ajustadas ao Risco e as Preferências de Risco Implícitas	2006	Alberto Shigeru Matsumoto et al.
Medindo a Tolerâncias ao Risco: Desenvolvimento e Validação de Um Instrumento de Medida e a Influência das Variáveis Demográficas	2006	Alexandre Majola Gava et al.

Mensuração do Risco Sistêmico no Setor Bancário com Variáveis Contábeis e Econômicas.	2006	Eliseu Martins et al.
Metodologia Alternativa para Avaliação do Desempenho e Risco Econômico-Financeiro de Empresas	2005	Ivan Ricardo Gartner
Modelagem de Risco de Crédito: Um Estudo do Segmento de Pessoas Físicas em um Banco de Varejo	2003	Charles Ulises De Montreuil Carmona et al.
Modelamento Ótimo de Gestão de Risco em Empresas Não-Financeiras	2003	Herbert Kimura et al.
Modelo para Gestão do Risco nas Propostas de Seguro de Automóvel, com base no perfil Sócio-Econômico e Cultural do Segurado, utilizando análise discriminante.	2004	Hélio Zanquetto Filho et al.
Modelos Baseados Em simulação de Monte Carlo :Soluções Para o Cálculo do Value At Risk	2004	Fábio Henrique de Souza coelho et al.
Modelos de Evaluación de Insolvência Aplicados a Empresas Industriales Cotizadas	2006	Juliano Lima Pinheiro et al.
Modelos de Gestão do Risco de Inadimplência – Uma Aplicação ao Segmento Educacional	2008	Charles Ulises de Montreuil Carmona et al.
Mudanças na Classificação de Risco Soberano Brasileiro e Efeitos no IBOVESPA	2005	Roberto Moreno Moreira et al.
O Risco Cambial na Otimização de Carteiras Internacionais: O Efeito dos Países Latino-Americanos	2003	Gilberto de Oliveira Kloechner et al.
O Uso de Controles Internos: Um Estudo em Empresas Hoteleiras	2007	Rogério João Lunkes
Procciclicidade do Risco de Crédito: Um Modelo Point in Time para Risco da Carteira de Crédito Agregada Dos Bancos Brasileiros	2007	Ana Paula Mussi Szabo Cherobim et al.
Risco de Base em Derivativos Agropecuários: Uma Abordagem Estocástica para o Café do Cerrado	2005	Anderson Luiz Rezende Mól et al.
Riscos de Mercado em Empresas Emissoras de American Depositary Receipts: Uma Análise no Período de 1995-2006.	2008	Ivonaldo Brandani Gusmão et al.
Situações de Crise: Investigação sobre a Mudança na Matriz de Correlações e o Cálculo do VaR de Stress no Mercado de Renda Variável Brasileiro	2001	Eduardo Facó Lemgruber et al.
The Fisher Hypothesis in VAR Framework: Empirical Evidence from Latin America	2002	Paulo Renato Soares Terra
Tomada de Decisão em Ambiente de Risco: Uma Avaliação sob a Ótica Comportamental	2005	Alexandre Majola Gava et al.
Transparência das Demonstrações Contábeis no Brasil após o Acordo de Basiléia 2: Um Estudo Temporal dos 10 Maiores Bancos do País	2007	Renato Canteiro Garcia Lhamas et al.
Um Estudo da Avaliação do Risco na Análise dos Investimentos de Capital das Micro, Pequena e Médias Empresas	2002	Aluizio Caffé Alves
Um Estudo de Percepção do controle interno pelos gestores de instituições financeiras da grande São Paulo	2004	Joshua Onome Imoniana et al.
Um Estudo Exploratório do Controle Gerencial de Ativos e Recursos Intangíveis em Empresas Brasileiras	2001	Josir Simeone Gomes et al.
Um Estudo sobre a Atuação da Aud. Interna na Detecção de Fraudes nas Empresas do Setor Privado no Estado de S.Paulo	2004	Anísio Candido Pereira et al.
Um Modelo de Duas Etapas para Previsão de Insolvência com Base em Indicadores Contábeis	2002	Frederico A. de Carvalho et al.
Uma Comparação entre o Desempenho de Metodologias de Cálculo do Valor em Risco Aplicadas à Carteiras Lineares e Opções de Compra	2002	Josete Florêncio dos Santos et al.
Uma Proposta para avaliação da empresa em condições de risco com base o modelo de Ohlson	2002	Reinaldo Guerreiro et al.
Uma Reflexão sobre Taxonomia de Risco, seus índices e Aspectos Qualitativos na Avaliação de Investimentos Estrangeiros Diretos	2004	Roberto Moreno Moreira et al.
Uso de Derivativos e Gerenciamento de Risco em Empresas Não Financeiras: Uma Comparação entre Evidências Brasileiras e Internacionais	2004	Rafael Felipe Schiozer et al.
Value at Risk for Indexed Securities	2005	Gyorgy Varga et al.
Value-at-risk Baseado em Distribuições Alfa-Estáveis: Uma Análise Empírica dos Mercados Latino-Americanos	2001	Eduardo Facó Lemgruber et al.
Zimmerman versus Luke & Mouritsen: uma pesquisa empírica sobre econômicos e perfil da contabilidade gerencial	2004	Fábio Frezatti